

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM**

LUCAS DAMS BERTOLI

**A NEGRITUDE FEMININA NA OBRA DE MARIA FIRMINA DOS REIS:
LITERATURA VERSUS NECROPOLÍTICA E BIOPODER**

**PONTA GROSSA
2025**

LUCAS DAMS BERTOLI

**A NEGRITUDE FEMININA NA OBRA DE MARIA FIRMINA DOS REIS:
LITERATURA VERSUS NECROPOLÍTICA E BIOPODER**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, linha de pesquisa de Estudos Literários, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Keli Cristina Pacheco

PONTA GROSSA

2025

Bertoli, Lucas Dams

B546 A negritude feminina na obra de Maria Firmina dos Reis: literatura versus necropolítica e biopoder / Lucas Dams Bertoli. Ponta Grossa, 2025.
156 f.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem - Área de Concentração: Linguagem, Identidade e Subjetividade), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Keli Cristina Pacheco.

1. Necropolítica. 2. Maria firmina dos Reis. 3. Susana. 4. Joana. 5. Biopoder. I. Pacheco, Keli Cristina. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Linguagem, Identidade e Subjetividade. III.T.

CDD: 869.93

LUCAS DAMS BERTOLI

A NEGRITUDE FEMININA NA OBRA DE MARIA FIRMINA DOS REIS:
LITERATURA VERSUS NECROPOLÍTICA E BIOPODER

Dissertação apresentada para obtenção do título grau de Mestre em Estudos da
Linguagem na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de concentração em
Linguagem, Identidade e Subjetividade.

Ponta Grossa, 17 de junho de 2025

Documento assinado digitalmente
 **KELI CRISTINA PACHECO**
Data: 24/06/2025 11:24:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Keli Cristina Pacheco - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Documento assinado digitalmente
 **EUNICE DE MORAIS**
Data: 23/06/2025 09:31:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Eunice de Moraes - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Documento assinado digitalmente
 **RICARDO GAIOTTO DE MORAES**
Data: 19/06/2025 10:32:03-0300
CPF: ***.710.228-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Ricardo Gaiotto - Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

A presença, silenciosa e sutil, é o alicerce invisível que sustenta nossas jornadas. Existem presenças que se revelam no gesto terno, no abraço apertado, na palavra que chega no instante exato. Outras, embora ausentes fisicamente, permanecem vivas na memória, na inspiração, na força que nos impele a seguir adiante. Esta dissertação é fruto dessas **presenças**. Todas as essenciais para a construção do meu caminho.

À minha mãe, Vilsa Dams (*in memoriam*), primeira luz que iluminou meu ser, fonte inesgotável de amor, coragem e resistência. Sua memória é a bússola que orienta meus passos e fortalece meu espírito a cada dia.

À minha esposa Priscila, companheira de todas as horas, minha maior incentivadora e inspiração constante. Gratidão por compartilhar comigo os desafios e as alegrias, por encher os momentos mais difíceis com sua paciência, amor e generosidade, transformando esta caminhada em uma travessia iluminada.

Às minhas irmãs, Laís e Leticia, e ao meu pai, Márcio, pela presença constante, pelo cuidado e pelo afeto que sempre me ampararam nesta trajetória.

À minha orientadora, professora Keli Cristina Pacheco, cuja escuta atenta e orientação generosa foram faróis durante toda a construção deste trabalho. Seu apoio e sensibilidade foram imprescindíveis para a realização desta pesquisa.

Aos professores, e agora amigos, Caio Ricardo Bona Moreira e Fernando Henrique Crepaldi Cordeiro, da Universidade Estadual do Paraná – campus de União da Vitória, por terem despertado em mim o fascínio pela pesquisa e pela literatura, marcando profundamente minha formação.

A todas as professoras e todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela partilha generosa de saberes e pelo incentivo constante que enriqueceu minha trajetória acadêmica.

Aos meus colegas de mestrado, companheiros de inquietações, debates e descobertas, com quem compartilhei não apenas a rotina dos estudos, mas também o apoio mútuo e a amizade que tornaram este percurso mais leve e significativo.

À banca de defesa, pela atenção dedicada à leitura crítica deste trabalho, pelas contribuições que o enriqueceram e pelo diálogo construtivo que elevou ainda mais o rigor e a qualidade deste trabalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo suporte financeiro que possibilitou o pleno desenvolvimento desta pesquisa.

E a todas e todos que, de algum modo, fizeram parte desta caminhada, deixo meu reconhecimento e gratidão profunda. Este momento é também de vocês.

"Exalta a minha mente, e a embriaga

De poético odor."

— Maria Firmina dos Reis, *Cantos à beira-mar* (1871)

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo investigar como a escritora maranhense Maria Firmina dos Reis, por meio das obras *Úrsula* (2018) e “A escrava” (2018), publicadas originalmente em 1859 e 1887, respectivamente, constrói narrativas que desafiam as estruturas coloniais de dominação, especialmente aquelas voltadas ao controle dos corpos negros femininos no Brasil oitocentista. A análise concentra-se nas personagens Susana e Joana, evidenciando como Firmina rompe com estereótipos da tradição romântica brasileira e constrói subjetividades negras que desafiam o pensamento colonizador de sua época. Para tanto, foram articulados os conceitos de *Necropolítica* Achille Mbembe (2016), *Biopoder* e *Biopolítica* de Michel Foucault (2024) e *Epistemicídio* de Sueli Carneiro (2005) aos campos da teoria literária — Conceição Evaristo (1996/2005/2009), Eduardo de Assis Duarte (2004/2018/2021), Fernanda Miranda (2019/2020), Luiza Lobo (1993) e Rafael Balseiro Zin (2018) —, dos teóricos pós-coloniais — Aimé Césaire (1978), Frantz Fanon (2008), Grada Kilomba (2019), Michel-Ralph Trouillot (1995), Stuart Hall (2016) — e do feminismo negro — Angela Davis (2016/2018), bell hooks (1995) e Lélia Gonzalez (2020). Além disso, é denunciado o apagamento sistêmico da autora dos estudos literários nacionais, que contribuiu para a exclusão de sua obra dos principais manuais críticos e da historiografia literária brasileira. Dessa forma, a dissertação propõe uma revalorização crítica da literatura afro-brasileira, reforçando a necessidade de ampliação do cânone literário a partir do reconhecimento da importância socio-histórica, política e cultural da obra de Maria Firmina dos Reis.

Palavras-chave: Maria Firmina dos Reis; Susana; Joana; Necropolítica; Biopoder.

RESUMEN

Esta tesis de maestría tiene como objetivo investigar cómo la escritora maranhense Maria Firmina dos Reis, a través de las obras *Úrsula* (2018) y “A escrava” (2018), publicadas originalmente en 1859 y 1887 respectivamente, construye narrativas que desafían las estructuras coloniales de dominación, especialmente aquellas dirigidas al control de los cuerpos femeninos negros en el Brasil del siglo XIX. El análisis se centra en los personajes Susana y Joana, evidenciando cómo Firmina rompe con los estereotipos de la tradición romántica brasileña y construye subjetividades negras que desafían el pensamiento colonizador de su época. Para ello, se articulan los conceptos de *Necropolítica* de Achille Mbembe (2016), *Biopoder* y *Biopolítica* de Michel Foucault (2024) y *Epistemicidio* de Sueli Carneiro (2005) con los campos de la teoría literaria —Conceição Evaristo (1996/2005/2009), Eduardo de Assis Duarte (2004/2018/2021), Fernanda Miranda (2019/2020), Luiza Lobo (1993) y Rafael Balseiro Zin (2018)—, de los teóricos poscoloniales —Aimé Césaire (1978), Frantz Fanon (2008), Grada Kilomba (2019), Michel-Ralph Trouillot (1995), Stuart Hall (2016)— y del feminismo negro —Angela Davis (2016/2018), bell hooks (1995) y Lélia Gonzalez (2020). Asimismo, se denuncia la invisibilización crítica de la autora en los estudios literarios nacionales, lo que ha contribuido a la exclusión de su obra de los principales manuales críticos y de la historiografía literaria brasileña. De esta manera, la tesis propone una revalorización crítica de la literatura afrobrasileña, subrayando la necesidad de ampliar el canon literario a partir del reconocimiento de la importancia sociohistórica, política y cultural de la obra de Maria Firmina dos Reis.

Palabras-clave: Maria Firmina dos Reis; Susana; Joana; Necropolítica; Biopoder.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação errônea de Maria Firmina dos Reis.....	27
Figura 2 - Quadro exposto na Câmara Municipal de Guimarães até 2013	28
Figura 3 - Ilustração publicada no site Brasil de Fato.....	28
Figura 4 - Ilustração de Maria Firmina dos Reis	29
Figura 5 - Arte da ilustração de Maria Firmina dos Reis	29
Figura 6 - Busto feito pelo artesão Flory Gama	30
Figura 7 - Ilustração elaborada pelo site Mulheres de Luta.....	31
Figura 8 - Ilustração digital de Maria Firmina dos Reis feita por Waniel Jorge Silva .	31
Figura 9 - Ilustração de Firmina elaborada pela Revista Cult.....	31

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 MARIA FIRMINA DOS REIS: REPRESENTAÇÃO, SILENCIAMENTO E REESCRITA CRÍTICA	25
2.1 A REPRESENTAÇÕES DE MARIA FIRMINA DOS REIS	25
2.1.1 Breve contraponto na representação de Maria Firmina dos Reis	40
2.2 APAGAMENTO LITERÁRIO DE MARIA FIRMINA DOS REIS: UM EPISTEMICÍDIO?	43
2.3 PERCURSOS CRÍTICOS: A REDESCOBERTA DE MARIA FIRMINA	57
2.3.1 Mapeando pesquisas: um olhar para a produção acadêmica recente	67
3 O PROJETO LITERÁRIO DE MARIA FIRMINA DOS REIS E O SILENCIAMENTO DO PASSADO	72
3.1 O OUTRO: COLONIALIDADE E APAGAMENTO DA MEMÓRIA NEGRA	72
3.2 MECANISMOS DE CONTROLE SOBRE O CORPO NEGRO: BIOPODER, BIOPOLÍTICA E NECROPOLÍTICA	77
3.3 O PROJETO FIRMINIANO: SUBVERSÃO DA SUBJETIVIDADE COLONIAL	85
4 LITERATURA VERSUS NECROPOLÍTICA E BIOPODER EM <i>ÚRSULA</i> E “A ESCRAVA”	97
4.1 A MULHER NEGRA NO BRASIL DO SÉCULO XIX: ENTRE SUBALTERNIDADE E RESISTÊNCIA	97
4.2 A NEGRITUDE FEMININA NA OBRA DE MARIA FIRMINA DOS REIS	105
4.2.1 <i>Úrsula</i> e “A escrava”	105
4.3 VOU CONTAR-TE DO MEU CATIVEIRO	112
4.4 EU MESMA. AINDA POSSO FALAR	125
5 CONSIDERAÇÕES	140
REFERÊNCIAS	143
ANEXO A – DISSERTAÇÕES E TESES SOBRE MARIA FIRMINA DOS REIS (2017-2023)	154

1 INTRODUÇÃO

A censura recente de livros de autoria negra e com conteúdo voltado para a diversidade racial, como nos casos de *O Menino Marrom* (2012), de Ziraldo¹, escrito em 1986, e *Meninas Sonhadoras, Mulheres Cientistas* (2023), de Flávia Martins, revela um preocupante padrão de discriminação e intolerância no Brasil. No início do mês de junho de 2024, o livro de Flávia Martins foi retirado das escolas públicas de São José dos Campos, São Paulo, após acusações infundadas de apologia ao aborto feitas pelo vereador Thomaz Henrique (PL)². Essas ações refletem um contexto mais amplo de tentativas de silenciar vozes e perspectivas diversas na literatura e na educação, remetendo a casos históricos como a censura de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (2019), de Machado de Assis, publicado originalmente em 1881, e *Macunaíma* (2020), de Mario de Andrade, no estado de Rondônia, em 2020³, obras frequentemente exigidas em vestibulares.

Além disso, recentemente, o livro *O Averso da Pele* (2020), de Jeferson Tenório, também foi alvo de censura, destacando a persistência dessas práticas discriminatórias no cenário cultural brasileiro. “*Políticos do Paraná chamam ‘Averso da Pele’ de lixo e falam em ‘obra satânica da esquerda’*”⁴, é assim que o romance vencedor do Prêmio Jabuti de 2020 do escritor Jeferson Tenório é retratado na Assembleia Legislativa do Paraná. O livro *O Averso da Pele* foi incluído no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) pelo Ministério da Educação, sendo recomendado para uso no Ensino Médio, destinado a alunos que, geralmente, têm entre 15 e 17 anos. No Paraná, o recolhimento do livro ocorreu após uma diretora no Rio Grande do Sul criticar o uso da obra nas escolas e fazer um vídeo recitando trechos que fazem

¹ Em junho de 2024, o livro *O Menino Marrom*, de Ziraldo, foi retirado das escolas municipais de Conselheiro Lafaiete (MG) após críticas de um grupo de pais que consideraram o conteúdo inadequado. A decisão foi suspensa pela Justiça de Minas Gerais que reconheceu o valor educativo da obra e afirmou que a manifestação de poucos não justifica a censura a um livro com classificação indicativa apropriada para a faixa etária. Esse episódio exemplifica os desafios atuais relacionados à censura de obras literárias que tratam de diversidade racial e identidade.

² Reportagem veiculada no dia 13 de junho de 2024, pela CBN Vale do Paraíba, sobre os ataques que a obra de Flávia Martins sofreu em São José dos Campos.

³ Em fevereiro de 2020, a Secretaria de Educação de Rondônia determinou o recolhimento de 43 títulos de livros das escolas estaduais, incluindo *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, e *Macunaíma*, de Mario de Andrade, sob a alegação de conterem “conteúdos inadequados” para crianças e adolescentes. A medida gerou controvérsias e foi posteriormente revogada após repercussão negativa.

⁴ Título da reportagem veiculada no dia 06 de março de 2024, pelo Jornal Plural, sobre os ataques que a obra de Tenório vem sofrendo no Brasil.

menção ao sexo. Lilia Moritz Schwarcz, renomada historiadora e antropóloga brasileira, por sua vez, condenou a censura do romance em uma postagem na rede social Instagram: “Como se não bastasse o ato de censura no Rio Grande do Sul, hoje, dia 5 de março, o livro de Jeferson Tenório, “*O avesso da pele*”, sofreu novo ato de violência; agora vindo do Núcleo Regional Curitiba”.

Schwarcz argumenta, em manifestação pública compartilhada em sua conta no Instagram em 6 de março de 2024, que o recolhimento da obra de Jefferson Tenório é uma forma de censura moralista e de má fé, especialmente após a divulgação de um vídeo sensacionalista que distorce trechos da obra. Isso equivale a reduzir um romance tão complexo, que aborda um tema central do país – o racismo estrutural no Brasil (conceito desenvolvido por Silvio Almeida em 2019), a uma simples condenação moral. Tal censura só pode ser entendida como uma cruzada moral e mal-intencionada. Além disso, representa um sério obstáculo à liberdade de pensamento e expressão. A prática de censurar livros e tentar restringir o acesso a determinados temas reflete um movimento que remonta aos governos autoritários, visando doutrinar em vez de promover uma educação que valorize a liberdade e a autonomia dos indivíduos⁵.

Em 2016, a poeta Lívia Natália foi censurada e ameaçada de morte quando teve o poema *Quadrilha* (2015) banido de um outdoor em Ilhéus, no sul da Bahia⁶. Numa releitura do reconhecido poema homônimo de Carlos Drummond de Andrade, Lívia, em cinco versos, fala sobre a chacina do Cabula e a letalidade policial no Estado, evidenciando a resistência enfrentada por aqueles que tentam trazer à tona questões sensíveis e que fazem parte, infelizmente, do cotidiano brasileiro. Ao falar sobre as ameaças e perseguições que sofreu, Lívia destaca que o poema não tinha a intenção de atacar indivíduos, mas sim denunciar uma violência sistêmica promovida pelo Estado. Essa experiência traumática afetou a autora profundamente, levando-a a evitar o tema por muitos anos. No entanto, sua determinação em continuar escrevendo mostra seu compromisso em dar protagonismo às experiências silenciadas e em promover a conscientização sobre questões sociais importantes.

A história de Lívia Natália, e de tantos outros, é um lembrete poderoso do papel do escritor como agente de mudança e da necessidade de proteger a liberdade

⁵ Publicação compartilhada nas redes sociais (Instagram) em 6 de março de 2024.

⁶ O poema *Quadrilha* integra a coletânea *Correntezas e Outros Estudos Marinhos*, publicada em 2015 pela poeta Lívia Natália.

de expressão, mesmo quando confrontada com críticas superficiais, desafios e adversidades. A coragem de Livia para enfrentar a censura e as ameaças ilustra o poder transformador da literatura e sua capacidade de promover o diálogo e a reflexão sobre questões urgentes em nossa sociedade⁷.

Outro caso emblemático de censura à literatura é o da escritora brasileira Cidinha da Silva. O incidente foi com a coletânea de contos *Um Exu em Nova York*, publicado em 2018, finalista do Prêmio Jabuti 2019. Mesmo aprovado em todas as etapas do PNLD Literário de 2021, não foi aceito. Em uma live transmitida no Youtube, Cidinha diz:

*Essa política de censura instalada nas políticas públicas de formação de acervo... são livros que vão para as bibliotecas escolares do Brasil inteiro. A medida em que um livro é censurado, você perde a possibilidade de alcançar milhares de estudantes, de diversas gerações.*⁸

Silva observa que, embora não aceite tentativas de embranquecimento de sua literatura, enfrenta situações em que seu trabalho é apagado. Ela destaca o fenômeno de rotulação de todas as mulheres negras, que escrevem como “escritoras negras”, sem distinguir entre os diferentes gêneros literários como ficção, poesia, ensaio e obras de autoajuda ou de superação. Para ela, o grande desafio atual reside em promover um reconhecimento que valorize as características únicas da produção literária dessas autoras, questionando o enfoque limitado de perguntas como: “como é ser uma escritora negra?”.

Muitas intelectuais negras contemporâneas tiveram que descobrir, por conta própria, as obras de suas antecessoras. A escritora e professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (FALE), Leda Maria Martins, relata que durante sua formação acadêmica não teve acesso a obras de autores/as negros/negras. Ela ressalta que, ao longo de suas pesquisas, deparou-se, constantemente, com a ausência de reconhecimento para escritores/as, dramaturgos/as e artistas negros e negras que foram, deliberadamente, omitidos da narrativa histórica. Esse problema persiste refletindo uma lacuna significativa no conhecimento dos alunos negros, destacando o que Leda denomina, há mais de 30 anos, “pedagogia da invisibilidade” - um sistema que perpetua a exclusão desses criadores.

⁷ Reportagem publicada pelo portal Correio 24 horas, no dia 27 de abril de 2024.

⁸ Live transmitida no canal Ponte Jornalismo no dia 11 de novembro de 2022.

De forma que, no cenário da literatura brasileira dos séculos XIX e XX, é alarmante a escassez de reconhecimento dado às intelectuais negras ocasionado pela exclusão dessas autoras dos programas oficiais de literatura brasileira. Um exemplo emblemático desse fenômeno é o da escritora Carolina Maria de Jesus cujo livro, *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada* (2015), publicado originalmente na década de 1960, alcançou sucesso mundial ao ser traduzido para 16 idiomas. Apesar de seu impacto significativo e de sua ampla repercussão internacional, Carolina foi amplamente ignorada nos círculos literários brasileiros. Essa omissão não apenas reflete uma injustiça histórica, mas também revela uma tentativa de embranquecimento do cânone nacional, uma prática que muitas autoras negras enfrentaram ao longo dos séculos no Brasil. Essa ausência de reconhecimento é uma manifestação contundente da marginalização sistemática das vozes negras na história da literatura brasileira, destacando a necessidade urgente de revisão e inclusão dessas narrativas nas estruturas educacionais e culturais do País.

No entanto, essa invisibilização remonta a um período ainda anterior, como evidenciado no caso da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis, autora do século XIX. Além de sua ausência nos programas oficiais de Literatura Brasileira, Firmina enfrentou um apagamento literário e de representação ao longo dos anos. Suas contribuições para a literatura nacional e sua importância como uma das pioneiras na luta pela igualdade racial, de gênero e da escrita literária feminina frequentemente foram negligenciadas e subestimadas. Esses aspectos serão amplamente explorados no primeiro capítulo desta dissertação, que busca apresentar algumas razões por trás desse apagamento e resgatar a relevância de Firmina para o cenário literário brasileiro.

Considerando essa trajetória histórica e literária, torna-se evidente a importância de analisar e resgatar as obras de Maria Firmina dos Reis. No contexto atual, marcado por debates sobre representatividade, inclusão e justiça social, as contribuições de Firmina para a literatura brasileira ganham ainda mais relevância. Sua abordagem humanista, sua habilidade de representar os marginalizados e suas experiências e sua crítica social e moral continuam a inspirar escritores e intelectuais contemporâneos. Além disso, ao explorar o debate entre a literatura e os conceitos de necropolítica, biopoder e biopolítica, como proposto no segundo capítulo, pode-se compreender melhor como a escrita de Firmina desafia e subverte essas estruturas de poder que, historicamente, marginalizaram as vozes negras. Sua obra serve como

um contraponto poderoso à tentativa de censura e apagamento literário enfrentados por escritores/as negros/negras ao longo da história do Brasil.

Pensando-se em enredo e personagens na literatura brasileira do século XVI ao XIX, a presença dos negros é consideravelmente modesta. As poucas personagens representadas aparecem caracterizadas de maneira silenciada e, principalmente, estereotipada, como se não tivessem importância nesses enredos. Em estudo sobre a presença negra na literatura do século XIX, Heitor Martins (1996) questiona essa invisibilidade e observa que, no Romantismo brasileiro, as personagens negras surgem raramente e quando aparecem são tratados sob um viés alegórico, distantes da realidade vivida pelos escravizados. Segundo o autor:

Apenas marginal e excepcionalmente, alguns autores consideram-no como personagem, através de uma ótica tão deformante que ele passa a ter a condição de alegoria e não de realidade. No romance e no teatro, José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo e Bernardo Guimarães trataram dele, procurando sempre deslocar o problema imediato da realidade da vida do escravo para a consideração da influência moral negativa que a escravidão exercia sobre a população branca. O negro escravo é a alegoria dos males morais da escravidão (Martins, 1996, p. 89).

A análise de Martins (1996) aponta obras como *O demônio familiar* (1857), de José de Alencar, *As vítimas-algozes* (2005), de Joaquim Manuel de Macedo, e *A escrava Isaura* (2021), de Bernardo Guimarães, não rompem com o olhar estereotipado e embranquecedor. No romance de Guimarães, por exemplo, a personagem principal é arianizada a tal ponto que o drama reside no fato de uma mulher negra, de aparência branca, poder vir a ser tratada como escravizada. Já nos “romances” reunidos em *As vítimas-algozes*, o negro é figurado como vilão brutal, como no conto *Simeão, o crioulo*, reproduzindo imagens negativas que pouco contribuíam para um debate real em prol da abolição.

Na obra de Maria Firmina dos Reis, ao contrário, evidencia-se esse grupo marginalizado ligado, diretamente, ao contexto social vivido no século XIX. A autora rompe com o silenciamento e promove uma representação mais humanizada dos sujeitos negros, destacando seus sofrimentos, suas subjetividades e resistências, o que evidencia o caráter subversivo e crítico de seu projeto literário.

Complementando essa reflexão, Leda Martins (1995), ao refletir sobre a invisibilidade da personagem negra nas produções literárias brasileiras até as primeiras décadas do século XX, afirma:

[...] até as primeiras décadas do século XX, a presença da personagem negra define uma situação limite, a da invisibilidade. Esta traduz-se não apenas pela ausência cênica da personagem, mas também pela construção dramática e fixação de um retrato deformado do negro. Os moldes de representação cênica que criam e veiculam essa imagem apoiam-se numa visão de mundo eurocêntrica, em que o outro - no caso o negro - só é reconhecível e identificável por meio de uma analogia com o branco, este, sim, encenado como sujeito universal, uno e absoluto (Martins, 1995, p. 40).

Embora Martins (1995) se refira principalmente à literatura dramática e à produção romântica, sua análise pode ser expandida para abarcar a produção literária de um modo geral. Nesse sentido, a poesia abolicionista de Castro Alves, por exemplo, oferece uma representação da negritude mais politizada e engajada, contrastando com as imagens distorcidas ou ausentes da personagem negra em outras manifestações literárias. Além disso, o romance naturalista *O Mulato*, de Aluísio Azevedo, publicado originalmente em 1881, aborda questões raciais com uma visão crítica sobre a sociedade brasileira da época, e os contos abolicionistas de Machado de Assis, como *Pai contra mãe* (1906), expõem as tensões entre a invisibilidade e a presença forçada dessas personagens com uma crítica à estrutura social e racial do Brasil.

Nesse contexto, Martins (1995) observa que sujeitos negros eram sistematicamente silenciados e frequentemente deixados à margem de qualquer processo de legitimação. Portanto, não é por acaso que artistas, intelectuais e ativistas negros busquem espaço para sua expressão, lutando para retirar a personagem negra da esfera do “indizível” - termo utilizado pela autora. Isso reflete a percepção do poder que as narrativas dramáticas e históricas têm na construção da identidade e da representação do negro na literatura como elementos essenciais na contestação do silêncio imposto a esses sujeitos.

A busca por visibilidade e reconhecimento, como aponta Martins (1995), torna-se fundamental para desafiar os padrões estabelecidos de representação, propondo uma compreensão mais autêntica, plural e diversa da identidade negra. Esse movimento é crucial não apenas para dar voz ao negro, mas também para questionar as normas estabelecidas, criando caminhos para a narrativa literária, como exemplificado pela obra de Maria Firmina dos Reis.

No contexto das reflexões sobre a negritude feminina e as dinâmicas de poder nas sociedades escravocratas, as obras de Maria Firmina dos Reis constituem uma importante contribuição para o confronto entre literatura, necropolítica e biopoder. A questão que surge, portanto, é: de que maneira, no romance *Úrsula* (1859) e no conto

“A escrava” (1887), a literatura de Maria Firmina dos Reis, fundamentada em uma ética humanista, constrói imagens e narrativas que enfrentam as estruturas necropolíticas e biopolíticas? E, de que forma essas representações literárias expõem as dinâmicas de controle sobre corpos racializados e as tensões entre vida e morte nas relações sociais e raciais do século XIX?

Essas indagações são pertinentes uma vez que Firmina emergiu em um período em que a produção literária era dominada por homens brancos em contextos eurocêntricos. A crescente popularidade das escritoras afro-brasileiras contemporâneas, que retratam a mulher negra sob suas próprias perspectivas, problematizam uma visão tradicionalmente patriarcal e eurocêntrica. A literatura feminina negra ganhou maior destaque a partir dos anos 1970, especialmente com a crescente discussão do feminismo negro e as contribuições das intelectuais negras, e continua a se fortalecer no século XXI. Nesse contexto, Maria Firmina dos Reis, em seu tempo, foi pioneira, marcando o início dessa presença literária no Brasil e revelando uma visão singular por meio de suas personagens escravizadas. Sua obra, embora anterior a esse movimento, antecipa questões que hoje são centrais no debate sobre as representações da negritude e da mulher negra na literatura, influenciando e ampliando as discussões contemporâneas sobre identidade, resistência e pertencimento.

Desse modo, esta pesquisa se faz necessária e relevante, pois pretende-se discutir as relações socioculturais, políticas, econômicas e literárias das mulheres negras durante o século XIX no Brasil, por meio do olhar de uma autora negra que ressignifica a maneira como a sociedade observa essas mulheres. Para isso, serão produzidos diálogos entre a literatura, entendida como manifestação histórica, política e sociocultural, relacionando sua linguagem com as subjetividades e identidades postas em jogo por essa poética. Redescobrir a obra de Firmina, atualmente, pode nos ajudar a compreender melhor como se deu a luta política no âmbito literário no século XIX e como esse processo se desdobrou nos séculos XX e XXI. Poucas pesquisas relacionam os conceitos de necropolítica, biopoder e o subjugamento do corpo negro, em especial, o feminino. O objetivo aqui é, por meio das personagens de Maria Firmina dos Reis, especialmente Susana e Joana, presentes no romance *Úrsula* (1859) e no conto “A escrava” (1887), respectivamente, pensar como a autora retrata a representatividade dos corpos negros que são considerados “sub-humanizados” pela sociedade brasileira em todo o período escravagista.

Para isso, é fundamental conhecer o percurso biográfico de Maria Firmina dos Reis (1822-1917). Escritora e intelectual negra vanguardista brasileira, nascida no bairro de São Pantaleão, na Ilha de São Luís, capital da província do Maranhão, Firmina nasceu livre, filha de Leonor Felipa dos Reis⁹, uma mulher escravizada, que ao nascimento de sua filha “já se encontrava alforriada”, e de pai negro, João Pedro Esteves, militar da Companhia de Cavalaria Franca do Maranhão (Gomes, 2022, p. 85). Desde cedo demonstrou interesse pelas letras. De forma autodidata, Firmina desenvolveu seu conhecimento graças ao incentivo de seu primo, por parte de mãe, o escritor maranhense Francisco Sotero dos Reis, “a quem deve sua cultura, como afirma em diversos poemas” (Lobo, 1993, p. 224).

Maria Firmina teve uma carreira multifacetada, além de escritora atuou como professora primária em 1847, segundo Rafael Balseiro Zin (2016, p. 23), “tornando-se, assim, a primeira professora efetiva a integrar, oficialmente, os quadros do magistério maranhense”. Exerceu essa função até 1881. Uma de suas contribuições para a educação foi a fundação da primeira escola mista, (que incluía meninos e meninas) e gratuita no Maranhão, no vilarejo de Maçaricó, que funcionou até 1890, conforme registrado por Nascimento Moraes Filho na obra *Maria Firmina dos Reis - fragmentos de uma vida* (1975). Apesar de enfrentar dificuldades financeiras, que a obrigaram a interromper as aulas, Firmina continuou dedicada ao ensino. “Segundo relatos de uma ex-aluna a Nascimento Moraes Filho, Maria Firmina seguiu lecionando até por volta de 1901, quando já contava mais de setenta anos” (Diogo, 2022, p. 23).

Algemira de Macêdo Mendes em sua tese de doutorado, *Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira: representação, imagem e memórias nos séculos XIX e XX* (2006), afirma que Firmina discordava da abordagem educacional “freirática” oitocentista, que perpetuava a desigualdade entre meninos e meninas, portanto:

[...] criou uma sala de aula gratuita para crianças de ambos os sexos que não pudessem pagar. [...] Conhecidos seus contam que, toda manhã, subia em um carro de bois para dirigir-se a um barracão de propriedade de um senhor de engenho onde lecionava para as filhas do proprietário. Levava consigo alguns alunos, outros se juntavam (Mendes, 2006, p. 27-28).

⁹ Há diversos registros da grafia do nome de sua mãe, tanto como Leonor Felipe dos Reis quanto como Leonor Reis. Nascimento Moraes documenta: Leonor Felipa dos Reis, no seu livro *Maria Firmina dos Reis: Fragmentos de uma vida* (1975).

Além de seu trabalho como educadora, que intercalava com a escrita, Maria Firmina dos Reis deixou um legado significativo na literatura brasileira. Suas contribuições são extensas, atuando como ativista da cultura popular¹⁰, abrangendo diversos gêneros literários como romance, conto, poesia e crônica. Também era presença marcante e produtiva na imprensa maranhense do século XIX. Sua obra mais conhecida, *Úrsula*, publicada em 1859¹¹ sob o pseudônimo “Uma Maranhense”, é considerada o romance inaugural da literatura afro-brasileira e o primeiro escrito por uma mulher no Brasil¹², um marco na literatura nacional e reconhecido, atualmente, por diversos pesquisadores.

Firmina destacou-se, especialmente na atualidade, pela abordagem inovadora da questão da escravização, retratando os escravizados de forma humanizada e expondo as contradições sociais e morais de sua época. No ano seguinte à publicação de sua primeira obra, Maria Firmina colaborou com o jornal *A Imprensa*, em 1860, publicando poesias sob as iniciais M.F.R. Em 1861, iniciou a publicação de *Gupeva* no jornal *Jardim das Maranhenses* e foi convidada a participar da antologia poética *Parnaso Maranhense*, organizada por Gentil Homem de Almeida Braga¹³. Nos anos de 1863 e 1865, republicou *Gupeva* na imprensa, nos jornais *Porto Livre* e *Eco da Juventude*, respectivamente.

A autora continuou sua produção literária de forma prolífica. Em 1871, publicou os poemas dos *Cantos à beira mar*, pela Tipografia do Paiz. Anos depois, em 1887, a escritora lançou alguns poemas na Revista Maranhense e o conto “A escrava”, no auge das manifestações abolicionistas e republicanas. Neste conto, descreveu o funcionamento da rede antiescravista, cujos integrantes escondiam fugitivos e, de maneira rápida e legal, compravam-lhes a liberdade, uma prática articulada desde São Luís até o Rio de Janeiro (Telles, 2004).

¹⁰ Termo usado por Agenor Gomes (2022, p. 40).

¹¹ Segundo o pesquisador Agenor Gomes (2022), o romance *Úrsula* foi publicado em 1860, e não em 1859, como consta na folha de rosto da primeira edição. De acordo com ele, a impressão foi concluída em julho de 1860, e o romance passou a ser oferecido a partir de agosto desse ano. O pesquisador destaca que a publicação ocorreu em um ano de “efervescência eleitoral” no Maranhão. Como Maria Firmina vivia apenas de seu salário como professora é provável que tenha contado com o apoio de abolicionistas da capital (São Luís) para financiar a divulgação da obra (Gomes, 2022, p. 172-175).

¹² Pioneirismo destacado por pesquisadores como: Moraes Filho (1975); Almeida (1975); Luiza Lobo (1993; 2022); Fernanda Miranda (2019); Agenor Gomes (2022).

¹³ Gentil Homem de Almeida Braga (1835-1876), conhecido pelo pseudônimo Flávio Reimar, foi um jurista, poeta e escritor brasileiro. Ao longo de sua vida, publicou diversos folhetins que o tornaram extremamente popular na região de São Luís (MA). Além disso, é reconhecido como um dos patronos da Academia Maranhense de Letras.

Além de sua contribuição literária, Firmina também se destacou como compositora de músicas clássicas e populares, como os *Autos de bumba meu boi*, e musicou os *Versos da garrafa*¹⁴, creditada a Gonçalves Dias. Segundo Mendes (2006), Firmina foi precursora em diversos aspectos da cultura maranhense, incluindo jornalismo, romance, poesia, conto e música popular e erudita. Ela também foi responsável pela composição do *Hino da libertação dos escravos*, em 1888, elaborando letra e música, segundo Moraes Filho (1975).

Apesar de ter sido largamente esquecida após sua morte – tanto em vida quanto em sua obra, como será discutido no primeiro capítulo – Maria Firmina foi redescoberta em meados do século XX, graças às pesquisas de Moraes Filho (1975). Sua obra e vida têm sido objeto de crescente interesse e reconhecimento, evidenciando sua importância como uma voz inovadora na luta pela igualdade e justiça social no Brasil, através da literatura.

Segundo Mendes (2006), Moraes Filho revela em sua obra que o (re)descobrimento de Firmina causou-lhe espanto e a curiosidade, despertados principalmente por duas questões: quem era aquela mulher que já escrevia em jornais no século XIX, e por que ele, assim como tantos outros intelectuais, não a conhecia e não tinha qualquer conhecimento sobre a obra dessa pioneira? Intrigado, Moraes Filho iniciou sua pesquisa e ficou ainda mais surpreendido ao constatar que a escritora havia sido completamente esquecida. Seu nome e sua obra não eram mencionados em lugar algum.

Como evidenciado em sua pesquisa, até aquele momento, a presença da escritora se restringia aos jornais maranhenses nos quais publicava. Sua biografia permanecia envolta em mistério, com exceção das referências de Augusto Victorio Alves Sacramento Blake em seu *Dicionário Histórico e Bibliográfico Brasileiro* (1900), que serviu de guia para a investigação. Foi a partir desse material que Moraes Filho (1975) descobriu que Maria Firmina dos Reis não apenas colaborava com periódicos, mas também havia publicado livros. Entre eles, *Úrsula*, considerado o primeiro romance escrito por uma mulher no Brasil.

¹⁴ Música presente até hoje em Guimarães (MA), musicada por Maria Firmina dos Reis, letra de Gonçalves Dias. Em 1859, o poeta Gonçalves Dias, foi à Europa, por motivos de saúde; em sua volta, o navio em que viajava naufragou, o *Ville de Boulogne*. Todos, exceto o poeta, se salvaram. Segundo a tradição popular, ele teria colocado seus últimos versos em uma garrafa que viera parar nas praias de Guimarães (Moraes Filho, 1975).

Sacramento Blake descreve Firmina da seguinte maneira:

D. Maria Firmina dos Reis — Filha de João Pedro Esteves e dona Leonor Felippa dos Reis, nasceu na cidade de S. Luiz do Maranhão a 11 de outubro de 1825¹⁵. Dedicando-se ao magisterio, regeu a cadeira de primeiras letras de S. José de Guimarães desde agosto de 1847 até março de 1881, quando foi aposentada. Em 1880 fundou uma aula mixta em Maçaricó, termo de Guimarães, cujo ensino era gratuito para quasi todos os alumnos, e por isso foi a professora obrigada a suspendel-a depois de dous annos e meio. Cultivou a poesia, e tanto em verso, como em prosa escreveu algumas obras, de que as mais conhecidas são:

— *Cantos à beira-mar: poesias*. S. Luiz...

— *Ursula: romance*. S. Luiz...

— *A escrava: romance*. S. Luiz... (Blake, 1900, p. 232).¹⁶

Conforme apresentado por Régia Agostinho da Silva (2013), há uma divergência quanto à classificação da obra “*A escrava*”. Enquanto o dicionário de Sacramento Blake, a categoriza como romance, uma edição mais recente, organizada por Zahidé Lupinacci Muzart (1996), da Editora Mulheres, a identifica como conto. Silva argumenta que o único texto mais extenso publicado por Maria Firmina dos Reis foi, de fato, *Úrsula* (Silva, 2013, p. 88).

Com base na trajetória bibliográfica exposta, percebe-se que Maria Firmina dos Reis emerge como uma figura multifacetada, que transcendeu as limitações impostas pelo seu tempo. Como educadora, não apenas quebrou barreiras ao fundar a primeira escola mista e gratuita no Maranhão, mas também desafiou as normas sociais ao oferecer educação para crianças de ambos os sexos, independentemente de sua condição financeira. Além disso, foi uma escritora extremamente ativa, contribuindo para diversos gêneros literários, incluindo romance, conto, poesia e crônica.

Em “*E escrava*”, vemos outro exemplo notável na forma como Firmina aborda a escravização e suas contradições sociais. Nele, a autora narra a história de Joana, uma escravizada que foi liberta aos cinco anos, mas, após dois anos, foi recapturada e reescravizada. Após muito sofrimento e violência, Joana acaba enlouquecendo ao ser separada de seus dois filhos gêmeos (Carlos e Urbano), que foram vendidos para

¹⁵ Até o ano de 2017, as pesquisas eram unânimes em afirmar que a autora havia nascido em 11 de outubro de 1825. Dircely Agrão Adler divulgou (durante as atividades do VIII Seminário Internacional e XVII Seminário Nacional Mulher e Literatura) sua pesquisa recente realizada no Arquivo Público do Maranhão, revelando que, na verdade, Firmina nasceu em 11 de março de 1822. (Adler, 2017, *apud* Miranda, 2019, p.73).

¹⁶ As reticências após “São Luís” constam no original e não indicam omissão feita pelo autor da dissertação.

um senhor do Rio de Janeiro. Em determinado momento do conto, Joana diz, “Eu mesma. Ainda posso falar” (Reis, 2018a, p. 172). A partir desse instante, a personagem se torna a narradora de si, e descreve suas memórias.

Tanto em “A escrava” quanto em *Úrsula*, Firmina constrói personagens que narram suas próprias histórias e revelam a violência da escravização a partir de suas experiências individuais. No romance *Úrsula*, a autora descreve como era a vida de Susana no continente africano, sua captura e o momento em que é vendida a um grande proprietário de terras. Em um trecho da obra, Susana fala, “tudo me obrigaram os bárbaros a deixar!” (Reis, 2018b, p. 180). Nesse momento, a autora subverte o discurso colonial que retrata o negro como bárbaro e o branco europeu como civilizado. Em vários momentos das narrativas de Firmina há essa inversão do discurso. Por isso, as personagens dessas obras se assemelham, segundo Luiza Lobo (1993), porque narram em discurso direto suas histórias pessoais, marcadas pelas desigualdades ancoradas não só nas leis escravagistas, mas também numa ideologia racial que estruturalmente privilegia os brancos.

Essa estratégia de Firmina – de evidenciar os marginalizados e inverter a hierarquia do discurso colonial – se alinha à abordagem crítica sugerida por Edward Said no livro *Cultura e Imperialismo* (1995). Said (1995, p. 104) propõe que os grandes textos canônicos e outros arquivos culturais devem ser lidos com o esforço de “extrair, entender, enfatizar e dar voz ao que está calado, ou marginalmente presente ou ideologicamente representado em tais obras”. Essa abordagem crítica se manifesta claramente na obra de Firmina, que realiza precisamente essa tarefa ao visibilizar as experiências de personagens marginalizadas e ao subverter o discurso colonial dominante.

Esse posicionamento crítico está alinhado com a análise que Aimé Césaire faz na obra *Discurso sobre o Colonialismo* (1978). Nele, o autor descreve a Europa como moral e espiritualmente indefensável, estabelecendo uma relação intrínseca entre colonização e civilização. E afirma que “o grave é que ‘a Europa’ é moral, espiritualmente indefensável” (Césaire, 1978, p. 10).

Para o autor, a “mentira principal” que sustenta a colonização é a ideia de civilização como justificativa para o processo colonial, fundamentada no “pedantismo cristão” e no capitalismo. O Cristianismo, segundo ele, formulou “equações desonestas” (como “cristianismo = civilização, paganismo = selvageria”), resultando em abomináveis consequências colonialistas e racistas, que vitimaram povos

indígenas, asiáticos e africanos (Césaire, 1978, p. 11). Césaire (1978, p11) conclui que desse processo de colonização e civilização “não sobraria um único valor humano”.

Essas críticas ao discurso colonial e à falsa moralidade europeia se refletem em Achille Mbembe (2016), que propõe uma discussão interseccional com os conceitos de biopoder e biopolítica de Michel Foucault (2024) e afirma que em alguns episódios da história, os discursos políticos serviram de validação para massacres, extermínios e regimes totalitários. A partir da ideia de que o discurso é um instrumento de poder, Mbembe vai além e aponta que o biopoder e a biopolítica não são suficientes para compreender as relações de perseguições coloniais. O estudioso relaciona o discurso sobre poder, de Foucault, a um racismo de Estado - central às práticas coloniais - que está presente nas sociedades e que fortalece as políticas de morte, ou seja, o que ele conceitua como necropolítica.

No cenário brasileiro, a pensadora Lélia Gonzalez (2020) chama a atenção para a condição da mulher negra no País e para a maneira como a categoria de raça foi construída historicamente, contribuindo para a estigmatização dessas identidades. Para a pensadora brasileira, as mulheres negras sempre estiveram marginalizadas enquanto sujeitos históricos. Essa marginalização decorre não apenas da pobreza, da falta de oportunidades e da escassez de escolaridade, mas também da construção ideológica originada pela herança colonial brasileira. Essas adversidades, que afetam toda a população negra, impactam de forma ainda mais acentuada as mulheres, evidenciando a persistência de estruturas coloniais de exclusão que continuam a se manifestar na sociedade contemporânea.

Portanto, justifica-se a presente proposta de trabalho, também, por levar em conta uma produção de enorme relevância para a vida política, social e literária do País. Nesse sentido, o professor e pesquisador Eduardo de Assis Duarte (2021) aponta para o fato de que a literatura afro-brasileira, e em específico a de Maria Firmina, sofreu um “apagamento de rastros” na historiografia da literatura brasileira. Já que, segundo ele, a produção literária da autora está ausente “nas páginas de Antônio Candido, Afrânio Coutinho, Lucia Miguel Pereira, Nelson Werneck Sodré e Alfredo Bosi” (Duarte, 2021).

Cabe destacar que esta dissertação dá continuidade à pesquisa desenvolvida no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pelo autor Lucas Dams Bertoli, cujo aprofundamento resultou na publicação do artigo *Necropolítica e biopoder: a*

representação da mulher negra nas obras de Maria Firmina dos Reis (2024), em coautoria com a orientadora de mestrado, professora Dr.^a Keli Cristina Pacheco, e o orientador de TCC, professor Dr. Caio Ricardo Bona Moreira. A partir dessa investigação inicial, o presente trabalho expande os horizontes analíticos ao integrar novos aportes teóricos e metodológicos, permitindo uma abordagem mais crítica e aprofundada das obras de Maria Firmina dos Reis, especialmente no que se refere à articulação entre literatura, negritude feminina, necropolítica e biopoder.

Desta forma, esta dissertação se mostra relevante por sua abordagem crítica aos preceitos literários canônicos, e pela tentativa de abrir espaço para outras produções literárias que tratem de problemas centrais para a formação do País como o racismo, a violação do corpo feminino negro, a violência social, o apagamento da memória e os traumas coletivos. Este estudo busca, portanto, investigar as relações entre necropolítica, biopoder e a subjetividade da mulher negra no século XIX, utilizando as obras, o romance *Úrsula* (1859) e o conto “A escrava” (1887), como base, e uma análise especial das personagens Susana e Joana.

Nessas obras, as mulheres são retratadas como sujeitos protagonistas que desafiam a hegemonia e a influência do pensamento colonizador da época. Suas personagens se destacam como representações significativas das mulheres negras no Brasil daquele período, dentro do contexto narrativo, estabelecendo fundamentos significativos para o futuro.

Para alcançar esse objetivo, esta dissertação foi organizada em três capítulos. No primeiro capítulo, a invisibilização de Maria Firmina dos Reis no campo literário e imagético é discutida, compreendendo esse apagamento como parte de um processo de epistemicídio, conforme conceituado por Sueli Carneiro (2005). Para isso, foram articuladas discussões pertinentes de Grada Kilomba (2019), Achille Mbembe (2016) e Djamila Ribeiro (2019), refletindo sobre como o silenciamento da autora, Maria Firmina dos Reis, é efeito de uma lógica colonial que moldou o cânone da literatura brasileira. Analisa-se, ainda, como a representação da mulher negra foi historicamente construída por meio de estereótipos — como a “mulata”, a “mãe preta” ou a “doméstica” — em uma crítica amparada nas contribuições de Lélia Gonzalez (2020), bell hooks (1995), Angela Davis (2016, 2018) e Cida Bento (2022). Além disso, ao analisar criticamente a marginalização da autora e as formas estereotipadas de representação da mulher negra, o capítulo também se ancora em uma abordagem

crítica-literária comprometida com a revisão do cânone e a valorização de narrativas dissidentes.

No segundo capítulo, o projeto literário de Maria Firmina dos Reis é analisado a partir de teorias que tratam do poder sobre os corpos e as subjetividades. Investigou-se como sua escrita propõe uma reescrita da história sob a ótica dos sujeitos subalternizados, especialmente das mulheres negras. A partir dos conceitos de biopoder e biopolítica, propostos Michel Foucault (2024), e, especialmente, de necropolítica, proposto por Achille Mbembe (2016), é possível compreender como a autora denuncia os mecanismos de controle e dominação aplicados aos corpos racializados. Além disso, a perspectiva pós-colonial de autores como Michel-Ralph Trouillot (1995), Chimamanda Ngozi Adichie (2009), Frantz Fanon (2008), Lélia Gonzalez (2020) e Conceição Evaristo (2020, 2005, 2009, 1996, 2021, 2017), permitiu pensar a obra de Firmina como uma resposta crítica à racionalidade colonial e à falsa universalidade dos discursos eurocentrados.

No terceiro capítulo, uma leitura analítico-interpretativa das obras *Úrsula* (1859) e “A escrava” (1887) é realizada, focalizando as personagens femininas negras como agentes de resistência e reconstrução de memória. Valendo-se dos estudos de Fernanda Miranda (2019, 2020), Régia Agostinho da Silva (2013), Walter Mignolo (2000) e da historiografia brasileira, em diálogo com as discussões de Mbembe (2016), foi examinada a maneira como Firmina rompe com os modelos narrativos de sua época ao atribuir às personagens racializadas o direito à palavra, ao afeto e à memória. Com isso, argumenta-se aqui que, embora inserida no contexto oitocentista, a literatura de Maria Firmina dos Reis antecipa debates contemporâneos sobre identidade, justiça social e violência racial, oferecendo ferramentas críticas para repensar a permanência das estruturas coloniais na sociedade brasileira atual.

2 MARIA FIRMINA DOS REIS: REPRESENTAÇÃO, SILENCIAMENTO E REESCRITA CRÍTICA

O (re)descobrimento de Maria Firmina dos Reis no século XX despertou interesse e espanto entre os estudiosos, levantando questões sobre a invisibilidade de sua obra ao longo dos anos. A pesquisa de Moraes Filho (1975) revelou que, apesar de sua contribuição significativa para jornais e publicações, Firmina havia sido praticamente esquecida pela história literária brasileira. A referência de Sacramento Blake (1900), em seu dicionário histórico e bibliográfico, forneceu pistas valiosas para investigações posteriores, destacando a importância da preservação da memória e do legado de escritoras pioneiras como Maria Firmina dos Reis. Nesse sentido, a seguir, essa invisibilidade da autora, tanto em termos representativos quanto literários, será discutida.

2.1 A REPRESENTAÇÕES DE MARIA FIRMINA DOS REIS

“O corpo é um portal que, simultaneamente, inscreve e interpreta, significa e é significado, sendo projetado como continente e conteúdo, local, ambiente e veículo da memória” (Martins, 2021, p. 89). Essa frase de Leda Maria Martins destaca a profundidade do corpo como um repositório de significado e experiência. No contexto de Maria Firmina dos Reis e seu apagamento imagético, essa citação ressalta como a ausência de representação visual de Firmina reflete não apenas uma negligência histórica, mas também a perda de uma narrativa visual rica que poderia ampliar nossa compreensão de sua obra e legado. A discussão conceitual sobre imagem e representação será retomada e aprofundada mais adiante neste capítulo, a fim de contextualizar criticamente essas ausências e suas implicações no campo da memória e da visibilidade.

Como afirma Stuart Hall (2016, p. 36), “o sentido depende da relação entre as coisas no mundo — pessoas, objetos e eventos, reais ou ficcionais — e do sistema conceitual, que pode funcionar como representação mental delas”. Nesse sentido, a ausência de imagens concretas de Firmina nos obriga a recorrer a representações

simbólicas mediadas pela linguagem e pela memória coletiva¹⁷ — um arquivo de imagens fluidas que repousa em relatos orais e afetivos, como os coletados por Nascimento Morais Filho a partir de depoimentos de pessoas que conviveram com a escritora (Miranda, 2019).

Obriga-se a depender das palavras que mobilizam a imaginação: imagens fluidas construídas a partir de relatos e depoimentos de uma filha adotiva e de uma ex-aluna de Maria Firmina dos Reis. Por serem fragmentários, esses testemunhos oferecem apenas uma visão parcial do que poderia ter sido a presença física da autora. Ainda assim, contribuem para delinear traços de sua figura. Morais Filho (1975), por exemplo, a descreve com o rosto arredondado, cabelos crespos e grisalhos, e olhos escuros:

Traços físicos – Nenhum retrato deixou Maria Firmina dos Reis. Mas estão acordes os traços desse retrato falado dos que a conheceram ao andar pelas casas dos 85 anos. Rosto arredondado, cabelo crespo, grisalho, fino, curto, amarrado na altura da nuca; olhos castanho-escuros, nariz curto e grosso; lábios finos; mãos e pés pequenos, meã (1,58, pouco mais ou menos), morena (Morais Filho, 1975).

Apesar do pesquisador ter fornecido uma descrição de Maria Firmina dos Reis, a verdadeira aparência da autora permanece envolta em mistério devido à falta de imagens. Essa lacuna de representação visual abre espaço para uma variedade de interpretações que são atribuídas a ela, mas que não podem ser verificadas como verdadeiras. Um exemplo disso é a circulação de uma imagem que se popularizou, principalmente na internet, que é frequentemente identificada como sendo de Maria Firmina dos Reis quando na realidade retrata Maria Benedicta Câmara Bormann (1852-1896), uma escritora gaúcha conhecida pelo pseudônimo Délia (Figura 1). Esse equívoco contribui para a confusão em torno da imagem de Firmina e destaca a necessidade de abordar com cautela as representações visuais associadas a ela, como aponta Rafael Balseiro Zin (2018a):

Esse é o caso mais emblemático, sem dúvida, além de ser o mais recorrente. [...] Feita em bico de pena e de autoria desconhecida, essa imagem foi publicada pela Editora Mulheres na página 193 do livro *Mulheres Ilustres do Brasil*, de Ignez Sabino (1899), em edição fac-símile de 1996. De cor branca e sendo neta de Guilherme Bormann, um alemão da cidade de Hanôver,

¹⁷ Esta discussão será aprofundada no segundo capítulo desta dissertação, no subtítulo *O projeto firminiano*, onde é analisado o conceito de memória coletiva com base em Kabengele Munanga (2012), que utiliza a teoria de Maurice Halbwachs (1968 *apud* Munanga, 2012) para compreender as dinâmicas da memória coletiva da população negra brasileira.

Maria Benedita Bormann, até onde se pode supor, era bastante diferente de Maria Firmina, que era negra. Embora tenham sido contemporâneas, a escritora gaúcha nasceu em 25 de novembro de 1853, na cidade de Porto Alegre, e faleceu em 23 de julho de 1895, na cidade do Rio de Janeiro (Zin, 2018a, p. 239-240).

Figura 1 - Representação errônea de Maria Firmina dos Reis



Fonte: Welle, 2022.

© public domain

Além disso, Zin (2018a) aponta que a propagação errônea da imagem de Maria Firmina dos Reis, pela internet e outros meios, ganhou recursos adicionais, tornando-se complicado desfazer esse equívoco. Essa representação equivocada também se manifesta em outras formas recentes, como um quadro exposto na Câmara Municipal de Guimarães (Figura 2) durante as celebrações do aniversário da cidade. A obra, encomendada ao artista Rogério Martins e doada ao Poder Legislativo pelo escritor Antônio Noberto, retrata o que se acreditava ser o rosto da autora maranhense. Contudo, essa pintura se baseia claramente no retrato da escritora gaúcha Maria Benedita Bormann, como representação de Firmina ainda mais embranquecida. Segundo Régia Agostinho da Silva (2013), a obra havia sido removida no ano de 2013.

Figura 2 - Quadro exposto na Câmara Municipal de Guimarães até 2013



Fonte: Silva, 2013.

Por mais que haja uma descrição de Maria Firmina, documentada por Moraes Filho (1975), muitas representações equivocadas ainda são encontradas na internet nos últimos anos. Um exemplo é a ilustração de uma reportagem publicada no site Brasil de Fato, intitulada *Quem foi Maria Firmina dos Reis, ícone do movimento antiescravista que completaria 200 anos, em 11 de março de 2022*. Nessa ilustração (Figura 3) a representação da autora apresenta-se de maneira estereotipada, com traços racializados caricatos, tom de pele mais escuro, contrastando com os relatos apresentados a Moraes Filho por Nhazinha Goulart e Eurídice Barbosa.

Figura 3 - Ilustração publicada no site Brasil de Fato



Fonte: Castro, 2022.

Outras representações que chamam a atenção são as que retratam Firmina ainda como Maria Bormann, porém, com o tom de pele escurecido. Essas representações estão disponíveis nos sites eletrônicos da Revista Época Negócios, do grupo Globo (Figura 4), e da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP) (Figura 5). As duas ilustrações até

podem se aproximar da descrição apresentada a Moraes Filho. No entanto, é plausível que essa representação tenha sido criada utilizando a ilustração da Figura 1 como base, ajustando a tonalidade da pele e alguns detalhes faciais. Isso denota que quem as fez não estava atento a realmente buscar representações mais autênticas e respeitosas, considerando sempre as descrições históricas disponíveis.

Figura 4 - Ilustração de Maria Firmina dos Reis



Foto: André Valente/BBC, 2020.

Figura 5 - Arte da ilustração de Maria Firmina dos Reis



Arte: Alice Elias, 2023.

Segundo Zin (2018a), uma referência frequentemente utilizada para representar Maria Firmina dos Reis é o busto instalado em 1975 na Praça do Panteon, ao lado de outros dezessete bustos de intelectuais maranhenses, em frente à Biblioteca Pública Benedito Leite, em São Luís. A escultura (Figura 6), criada pelo artesão Flory Gama, conterrâneo da escritora, foi baseada nas informações fornecidas a Nascimento Moraes Filho (1975).

Nesse sentido, ao longo da última década, têm sido feitos esforços significativos para trazer uma memória imagética da autora, “com o intuito de solucionar os equívocos ou de, pelo menos, diminuir os impactos negativos que eles têm gerado” (Zin, 2018a, p. 254). Em 2022, o site *Mulheres de Luta* produziu um artigo intitulado *Maria Firmina dos Reis, a primeira romancista brasileira*¹⁸, acompanhado por uma ilustração baseada no busto de Gama (Figura 7). Waniel Jorge Silva criou digitalmente uma ilustração (Figura 8) baseada nas descrições colhidas por Moraes Filho (1975). Em 2017, a Revista Cult produziu uma ilustração (Figura 9) para um artigo, o busto de Flory Gama foi utilizado como referência. Além disso o site Memorial Maria Firmina dos Reis é outro espaço que se dedica a divulgar informações da autora.

Figura 6 - Busto feito pelo artesão Flory Gama



Foto: Bellesa, 2018.

¹⁸ Embora o título remeta à mesma designação utilizada por Josué Montello em seu artigo de 1975, publicado no *Jornal do Brasil*, não se trata do mesmo texto. A publicação de 2022 retoma, de forma popular e sintética, o reconhecimento já consagrado pela crítica literária, reafirmando o pioneirismo de Firmina na história do romance brasileiro.

Figura 7 - Ilustração elaborada pelo site Mulheres de Luta



Arte: Site Mulheres de Luta, 2022.

Figura 8 - Ilustração digital de Maria Firmina dos Reis feita por Waniel Jorge Silva



Arte: Literafro UFMG, 2024.

Figura 9 - Ilustração de Firmina elaborada pela Revista Cult



Arte: Revista Cult, 2017.

Esses esforços contínuos sublinham a importância de preservar e honrar a memória de Maria Firmina dos Reis, de maneira autêntica, na tentativa de reverter os equívocos. No entanto, a diferenciação entre negros claros e escuros, presente na sociedade brasileira, contribui para a desacreditação da identidade afrodescendente, minando a união na luta contra o racismo. Isso reflete um país marcado pelo racismo, muitas vezes negado e praticado no cotidiano. Conforme o argumento de Djamila Ribeiro (2019), é necessário desafiar a ideia de um sujeito universal, reconhecendo que a branquitude também é um traço identitário marcado por privilégios construídos à custa da opressão de outros grupos.

Nessa perspectiva, a persistência de representações equivocadas da autora maranhense evidencia como a história e a imagem de pessoas negras foram distorcidas ao longo do tempo. Mesmo sendo uma figura proeminente na literatura brasileira, a verdadeira aparência de Firmina sofreu um apagamento sistêmico, sendo frequentemente associada a representações que não refletem sua identidade racial e cultural. Isso demonstra a necessidade urgente de consideração e de correção dessas distorções.

Além disso, a exclusão dos negros, em geral, e das mulheres negras, em particular, do campo do conhecimento nas ciências humanas é evidente. Muitas das questões históricas que afetam essa parcela da sociedade não são abordadas pela narrativa oficial, pois as experiências dos narradores não captam a singularidade dos sujeitos marcados pelas opressões de raça, classe e gênero. Pior ainda, mesmo quando alguma reflexão é feita, frequentemente a perspectiva objetifica os corpos negros e romantiza as violências sofridas por eles.

A pensadora brasileira, Lélia Gonzalez (2020), em *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano* no ensaio *Cultura, etnicidade e trabalho*, aponta que a “mulata” é central ao mito da democracia racial no Brasil. Esse mito sugere uma falsa ideia de igualdade racial e integração harmoniosa entre diferentes etnias no País. A figura da “mulata” é associada a uma intensa sensualidade e representa a folclorização e a comercialização da cultura negra brasileira. Ela afirma que:

[...] o termo “mulata” implica a forma mais sofisticada de reificação: ela é nomeada “produto de exportação”, ou seja, objeto a ser consumido pelos turistas e pelos burgueses nacionais. Temos aqui a enganosa oferta de um pseudomercado de trabalho que funciona como um funil que, em última

instância, determina um alto grau de alienação. Esse tipo de exploração sexual da mulher negra se articula a todo um processo de distorção, folclorização e comercialização da cultura negra brasileira (Gonzalez, 2020, p. 44).

Angela Davis (2016), em *Mulheres, raça e classe* investiga, desde a época da escravização até os dias de hoje, as raízes do lugar da mulher negra nos Estados Unidos, descrevendo a vivência das mulheres escravizadas em comparação às práticas masculinas. Ela afirma:

Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (Davis, 2016, p. 25).

Gilberto Freyre em *Casa-Grande & Senzala* (2019, p. 368) afirma que no Brasil escravocrata “o homem branco só goza com a mulher negra”. Essa afirmação remete à desumanização a qual as mulheres negras eram submetidas, uma ideia que, infelizmente, se perpetuou com o passar do tempo. No campo literário, esses retratos estão presentes, por exemplo, nas personagens de “Jorge Amado, a Rita Baiana; a Nega Fulô; A Vidinha de Memórias de um sargento de milícias; [...] Jini, de Guimarães Rosa, entre outras, estão nessa categoria” (Miranda, 2019, p. 50).

Em *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo, publicado originalmente em 1890, são retratados diversos estereótipos, incluindo duas mulheres negras: Bertoleza, a Mãe Preta, e Rita Baiana, cuja caracterização é construída com base nos estereótipos da mulher negra, especificamente como “mulata”:

Ela saltou em meio da roda, com os braços na cintura, rebolando as ilhargas e bamboando a cabeça, ora para a esquerda, ora para a direita, como numa sofreguidão de gozo carnal, num requebrado luxurioso que a punha ofegante; já correndo de barriga empinada; já recuando de braços estendidos, a tremer toda, como se fosse afundando num prazer grosso que nem azeite, em que se não topa pé e nunca se encontra fundo (Azevedo, 2016, p. 70).

Nesse sentido, bell hooks (1995, p. 49) escreve que dentre as “mulheres, as negras têm sido consideradas ‘só corpos, sem mente’”. Ou seja, a ilustração dos corpos femininos negros é representada apenas como dotados sexualmente, e “perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado” (hooks, 1995, p. 49). Essa ilustração serviria para justificar, por exemplo, o estupro e a exploração do

homem branco sobre os corpos femininos na escravização. O papel das mulheres negras raramente é descrito a partir de uma visão humanista, ou que reconheça a sua articulação política e a resistência histórica realizada, individualmente e em grupos, sendo estas frequentemente, retratadas sob a ótica da passividade. Essa objetificação sexual e a subjugação histórica das mulheres negras continuam a moldar suas representações, tanto na literatura quanto na sociedade, perpetuando estereótipos prejudiciais e contribuindo para a desvalorização de suas experiências e lutas.

Nesse contexto, Gonzalez (2020) traz à tona a voz negra, a voz do povo negro, da mulher negra ao inaugurar o debate sobre o lugar de fala, destacando o risco assumido ao falar com todas as implicações. Ela ressalta que, devido à histórica infantilização dos negros, assumir a própria fala é um ato desafiador. A autora relata a própria experiência sobre assumir o lugar de fala, “e o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados [...] que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa” (Gonzalez, 2020, p. 77-78). A pensadora brasileira destaca essa afirmação contrapondo a noção de inferioridade e incapacidade atribuída ao povo negro.

Esse discurso de inferiorização do povo negro tem origem em concepções eugenistas e racialistas, difundidas a partir do século XIX, e fortemente enraizadas na lógica eurocêntrica. Como demonstra Lilia Moritz Schwarcz (2022), em *O espetáculo das raças*, o Brasil incorporou teorias científicas europeias que classificavam os negros como inferiores, infantilizados e incapazes de exercer plenamente sua cidadania, o que contribuiu para a marginalização e o silenciamento dessas vozes na sociedade brasileira¹⁹. Nesse sentido, ao assumir sua própria fala, Gonzalez (2020) desafia essa visão estereotipada e reivindica a autonomia do pensamento negro.

Ao destacar o lugar de fala, Gonzalez (2020) está horizontalizando as posições hierárquicas estabelecidas na sociedade brasileira, especialmente para as pessoas negras e, em particular, para as mulheres negras. Essa ação visa desestabilizar as hierarquias discursivas e promover uma maior representatividade e legitimidade das vozes marginalizadas.

¹⁹ Para um aprofundamento sobre os discursos eugenistas que marcaram a construção da ideia de inferioridade dos negros no Brasil, ver a obra de Lilia Moritz Schwarcz, *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930* (2022).

Conforme explicado por Ribeiro (2019), o lugar de fala é um conceito que se refere a um lugar social, onde indivíduos e grupos podem expressar suas vivências, perspectivas e opiniões a partir de suas próprias experiências e posições na sociedade. Essa compreensão é essencial para que se entenda como esse lugar de fala pode ser uma ferramenta de resistência e empoderamento para aqueles que historicamente foram silenciados e marginalizados.

Essa reflexão sobre o lugar social e a consciência discursiva está intrinsecamente ligada ao debate sobre representatividade e inclusão na produção de conhecimento nas Ciências Humanas, sobretudo na Literatura. O reconhecimento de que o lugar que os indivíduos ocupam socialmente influencia suas experiências e perspectivas é fundamental para entender a importância da teoria do ponto de vista feminista e do lugar de fala.

Ao refutar uma visão universal de mulher e de negritude, levando em consideração os apontamentos de Ribeiro (2019), compreende-se que as identidades são construídas a partir de vivências e contextos específicos. Isso leva ao questionamento da suposta neutralidade de determinados discursos, como os produzidos por homens brancos que se consideram universais. Nesse sentido, a ideia de branquitude como metáfora do poder, conforme discutido por Grada Kilomba (2019), ganha relevância ao evidenciar como essas relações de poder estão intrinsecamente ligadas às questões raciais:

Com isso, pretende-se também refutar uma pretensa universalidade. Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva (Ribeiro, 2019, p. 69-70).

Dessa forma, é fundamental reconhecer também o lugar de fala do autor deste trabalho: um homem branco, professor e pesquisador, inserido em uma universidade pública brasileira, que se debruça sobre a obra de uma escritora negra do século XIX. A consciência desse posicionamento é essencial para que a análise aqui proposta não se aproprie indevidamente de uma experiência que não é dele, mas que busque, com respeito, contribuir para a visibilidade aos sujeitos historicamente silenciados.

Justamente por não ocupar o lugar social da autora analisada, a importância de refletir sob uma perspectiva situada e responsável é reconhecida. Perspectiva que acolha a complexidade das narrativas negras femininas sem a pretensão de falar por elas, mas sim com elas. O compromisso aqui é romper com a lógica de uma

autoridade universal do discurso, assumindo conscientemente que todos os saberes são situados.

Nesse sentido, Sueli Carneiro (2005) aponta que a hegemonia da branquitude exerce uma violência invisível sobre a subjetividade e a afetividade das mulheres negras, produzindo figuras estereotipadas que limitam suas possibilidades de expressão e autodeterminação. Gonzalez (2020) chama a atenção para a triangulação das figuras da “mulata”, da doméstica e da mãe preta²⁰, que exemplificam essa construção social estereotipada, a qual relega as mulheres negras a papéis específicos, ignorando suas individualidades e diversidades. Observe-se o que a autora diz:

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas (Gonzalez, 2020, p. 80).

Já a mãe preta, segundo Gonzalez (2020, p. 88), é mais do que uma mera figura de dedicação e amor incondicional; ela é uma mulher que desempenha um papel crucial na estrutura familiar e social, sendo responsável pelos cuidados maternos como amamentar, dar banho e educar. No entanto, sua função materna é deslegitimada pela sociedade branca, que vê a mulher branca como a “legítima esposa”, mas incapaz de exercer o papel de mãe de fato, delegando essa função à mulher negra. Gonzalez (2020) também critica a visão racista que reduz a mulher negra a uma figura subalterna, uma “mucama”²¹, e enfatiza que sua verdadeira identidade está na maternidade, já que é ela quem realiza todas as tarefas maternas, apesar de sua condição de subordinação.

Nesse contexto, a inserção da psicanálise se revela essencial para compreender os efeitos do mito da democracia racial na construção da subjetividade

²⁰ Para uma análise mais detalhada sobre essas representações, sugerimos a leitura do texto de Lélia Gonzalez *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, presente no livro *Por um feminismo afro-latino-americano* (2020).

²¹ O Aurélio assim define: Mucama. (Do quimbundo mu’kama “amásia escrava”) S. f. Bras. A escrava negra moça e de estimação que era escolhida para auxiliar nos serviços caseiros ou acompanhar pessoas da família e que, por vezes, era ama de leite (Gonzalez, 2020, p. 81).

das mulheres negras, como analisa Gonzalez (2020). Para a autora, a próxima etapa será explorar o mito da democracia racial sob a ótica da mulher negra, destacando como essa narrativa influencia suas vivências e identidades. Essa análise faz um convite a repensar as próprias posições sociais e a considerar a diversidade de experiências que compõem a realidade brasileira.

Mediante o exposto, a falta de representação de Maria Firmina ilustra vividamente a hegemonia da branquitude²² e as estruturas de poder que moldaram a narrativa histórica brasileira, relegando as pessoas negras à margem da sociedade em todos os setores e, no caso da literatura de Maria Firmina, elaborou-se e reproduziu-se a exclusão, por longos anos, da sua obra da história literária brasileira. Assim como as vozes das mulheres negras foram desconsideradas e minimizadas, a verdadeira identidade e as contribuições de Firmina foram distorcidas e esquecidas ao longo do tempo. Esse apagamento não se resume a uma omissão casual, mas reflete o projeto que inocula ideias eurocêntricas que encetam o branco como padrão universal, marginalizando e silenciando aqueles que não se enquadram.

Cida Bento (2022) destaca a importância de deslocar o olhar que, historicamente, esteve sobre os “outros” racializados e movimentos identitários para o centro, onde o branco foi colocado como o universal. Essa perspectiva auxilia a compreender como a noção de raça²³ foi construída a partir desse centro, ignorando e subestimando as experiências e contribuições dos grupos étnicos marginalizados. Ao relacionar o apagamento da autora maranhense com essa reflexão proposta por Bento, percebe-se como a invisibilidade e a marginalização dos negros na história brasileira são resultado direto dessa dinâmica de poder que colocou o branco como o ponto de referência central. A autora acrescenta:

É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros. Mas é como se assim fosse: as formas de exclusão e de manutenção de privilégios nos mais diferentes tipos de instituições são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas. Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele (Bento, 2022, p. 18).

²² Branquitude é um termo utilizado por Cida Bento (2022) para descrever o sistema de privilégios e hegemonia cultural associados à identidade branca na sociedade brasileira.

²³ A “noção de raça” se refere ao conceito explicado por Silvio Almeida (2021, p. 31) em seu livro *Racismo Estrutural* como “um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários”.

Nesse sentido, Bento (2022) enfatiza que, embora as pessoas brancas não se reúnam secretamente para manter seus privilégios e excluir os negros, o efeito prático é semelhante: formas de exclusão e preservação de privilégios em diversas instituições são sistematicamente negadas ou silenciadas. Esse pacto da branquitude, segundo ela, possui uma dimensão narcísica de autopreservação, como se o diferente ameaçasse o normal ou o universal. Esse medo e sentimento de ameaça, fundamental para o preconceito e a representação do outro, moldam a maneira como as pessoas reagem a ele.

Da mesma forma, a tentativa de apagamento da história e das culturas negras no Brasil remonta a um passado longínquo. Abdias Nascimento (2016) destaca um esforço emblemático realizado logo após a abolição da escravatura, mencionando o ato de 1899 do ministro das Finanças, Rui Barbosa, que ordenou a incineração de todos os documentos relacionados à escravização, ao tráfico negreiro e aos africanos escravizados:

[...] o ato de 1899, do ministro das Finanças, Rui Barbosa, ordenando a incineração de todos os documentos – inclusive registros estatísticos, demográficos, financeiros, e assim por diante – pertinentes à escravidão, ao tráfico negreiro e aos africanos escravizados. Assim, supunha-se apagar a “mancha negra” da história do Brasil (Nascimento, 2016, p. 93).

Essa medida tinha como objetivo suprimir a “mancha negra” da história do Brasil, conforme Nascimento (2016), dificultando a reconstrução dessa narrativa fragmentada e limitando as possibilidades de reparação que dela poderiam advir.

Essa tentativa de apagamento não se limita apenas ao esquecimento deliberado, mas também engloba uma política da ignorância, como destaca Mbembe (2014). Nesse contexto, há uma vontade de ignorar que se disfarça sob uma pretensa busca pelo saber. Trata-se de uma ignorância desenvolta e frívola que, na verdade, busca minar qualquer possibilidade de encontro genuíno com os negros, baseando-se exclusivamente na força. Mbembe (2014) sugere que essa política da ignorância está intrinsecamente ligada à política imperial, onde a vitória é atribuída não ao mais sábio, mas ao mais forte. Essa convicção de que a força sempre prevalecerá sobre a verdade e o direito contribui para a perpetuação da ignorância e da negação da história e das contribuições dos povos negros.

A outra pedra angular da consciência imperial sempre foi a formidável vontade de ignorar, que, a cada vez, tenta se disfarçar de saber. A ignorância

que falamos aqui é de uma espécie particular – uma ignorância desenvolvida e frívola, que arruína de antemão qualquer possibilidade de encontro e de relação que não sejam baseados na força. Em sua *Carta sobre a Argélia* (1837), Tocqueville põe o dedo justamente na ferida dessa política da ignorância. Sugere que, no contexto da política do império (que é outro nome para a política da guerra), essa vontade de ignorar se assenta no princípio segundo o qual, “num campo de batalha, a vitória é [...] do mais forte e não do mais sábio”. O fato de não sabermos praticamente nada e não nos preocuparmos em aprender se explica pela convicção de que, nas relações com os africanos, a força sempre compensará a ausência de verdade e a vacuidade do direito (Mbembe, 2014, p. 125-126).

Ou seja, a ausência de representações visuais de figuras negras, como Maria Firmina dos Reis, reflete um padrão de supressão da história e das culturas negras no Brasil. Assim como documentos e registros foram destruídos na tentativa de eliminar a produção negra da história do País, a distorção e o apagamento da imagem de personalidades negras contribuem para essa mesma narrativa de negação e silenciamento. No caso de Firmina, sua representação visual foi manipulada e embranquecida ao longo do tempo. Esse apagamento imagético não apenas oculta a diversidade e a complexidade da experiência negra, mas também perpetua estereótipos e hierarquias raciais que marginalizam e diminuem a importância das contribuições das mulheres negras para a sociedade brasileira.

Portanto, refletir sobre as múltiplas representações construídas de Firmina leva a considerar os modos como ela foi representada, e reinventada, ao longo do tempo, desde o século XIX até o tempo presente. A ausência de um retrato ou registro visual concreto da autora não é apenas uma lacuna documental, mas um fator que instiga a criação de imagens simbólicas e discursivas que tentam preencher esse vazio. Essas representações, muitas vezes construídas a partir do imaginário social e acadêmico, revelam mais sobre os contextos e interesses que as produzem do que sobre a própria autora. Ainda assim, essa ausência abre também um campo de possibilidades: sem uma imagem fixa, Firmina pode ser muitas. Pode encarnar as experiências de inúmeras mulheres negras brasileiras historicamente apagadas, ampliando, assim, sua representatividade.

A importância dessas representações está, portanto, não em definir uma identidade essencial da autora, mas em evidenciar os diferentes olhares e disputas simbólicas que atravessam sua figura. As representações de Firmina, ora silenciada, ora reverenciada, ora embranquecida, não são meros reflexos do real, mas construções que expressam o modo como a sociedade lida com a presença (ou ausência) de sujeitos negros no campo da memória cultural e da história literária.

2.1.1 Breve contraponto na representação de Maria Firmina dos Reis

Dando continuidade à reflexão sobre os apagamentos visuais que marcaram a trajetória de Maria Firmina dos Reis é pertinente estabelecer um contraponto entre sua invisibilização imagética e o processo de embranquecimento simbólico pelo qual passou outro importante escritor do século XIX: Machado de Assis. A comparação entre os processos de representação de Machado de Assis e Maria Firmina dos Reis evidencia dinâmicas distintas, porém interligadas, de apagamento racial na formação do imaginário literário brasileiro.

Joaquim Maria Machado de Assis (1839 – 1908), escritor brasileiro, foi contemporâneo a momentos de transições conjunturais no país, presenciou tanto o processo de abolição da escravatura quanto a Proclamação da República, em 1889. Dentro da escola literária do Realismo, obras de Machado de Assis, como *Memórias Póstumas do Brás Cubas*, de 1881, e *Dom Casmurro*, de 1899, lançaram críticas sociais dotadas de humor e ironia, marcas que se tornaram características do autor.

Machado de Assis nasceu no Morro do Livramento, no Rio de Janeiro. De família pobre, era filho de Francisco José Machado de Assis e Maria Leopoldina Câmara Machado; enquanto a mãe vinha de família portuguesa, da Ilha de São Miguel, a descendência afrobrasileira do escritor se deu pelo pai, que “era ‘pardo’ e neto de escravos” (Gledson, 2013, p.9).

Com traços mestiços, herdados de seus antepassados paternos de descendência africana, sua imagem foi amplamente veiculada em registros editoriais como a de um homem branco. Um retrato realizado em 1896, quando o autor tinha 57 anos, foi posteriormente revisado em 2019, por meio do *Projeto Machado de Assis Real*²⁴ — uma iniciativa da Faculdade Zumbi dos Palmares, em São Paulo, com o objetivo de reafirmar a identidade negra do escritor e resgatar sua representação autêntica como intelectual afrodescendente.

Ainda assim, observa-se que Machado, sendo um homem negro e neto de pessoas escravizadas, foi, frequentemente, retratado como branco, com traços

²⁴ Segundo reportagem publicada no site do Nexo Jornal, O “Projeto Machado de Assis Real” foi idealizado pela Faculdade Zumbi dos Palmares e buscou reconstruir a imagem do escritor com base em seus traços afrodescendentes, como forma de reivindicar sua identidade racial. A ação ganhou destaque na mídia nacional.

suavizados e desvinculados de sua origem racial — resultado de um processo simbólico de embranquecimento. No caso de Maria Firmina dos Reis, a ausência de registros levanta questões importantes sobre a visibilidade de autoras negras no Brasil do século XIX. As tentativas de representá-la baseiam-se em descrições orais coletadas anos após sua morte, o que evidencia um certo distanciamento entre sua figura e os meios de preservação de memória visual.

No entanto, é necessário considerar que essa ausência não implica necessariamente um apagamento deliberado: pode estar relacionada a condições sociais e históricas que dificultaram a documentação visual. Ao contrário de figuras como Machado de Assis, que tiveram acesso a instituições e redes de circulação simbólica mais consolidadas, Firmina vivenciou condições sociais que podem ter contribuído para esse silenciamento visual.

Ainda assim, em diálogo com o conceito de epistemicídio (Carneiro, 2005), pode-se refletir sobre como a ausência de representações contribui para a negação da legitimidade de sujeitos negros como produtores de saber.

Conforme argumenta Jacques Aumont (1993), a imagem é um objeto real, uma categoria analítica com uma multiplicidade de sentidos relacionada ao tempo-espço, e sua leitura depende tanto de quem a produz quanto de quem a interpreta. A recepção de uma imagem, nesse sentido, está condicionada a fatores como classe social, época, cultura e ideologia, pois “entram em jogo o saber, os afetos, as crenças, que por sua vez, são muitos modelados pela vinculação a uma região da história” (Aumont, 1993, p. 77). A ausência de registros visuais de Firmina, contrastada com o esforço de embranquecer a imagem de Machado, são reflexos de uma operação discursiva que busca invisibilizar ou neutralizar a presença negra na constituição do pensamento e da literatura nacional. Como destaca Hall (2016), os sentidos atribuídos a uma imagem não são fixos, mas socialmente construídos.

Nesse caso, tanto a omissão deliberada quanto a distorção dessas imagens funcionam como estratégias de poder da hegemonia branca que, ao controlar a narrativa visual, define também os corpos que têm legitimidade para ocupar os espaços do saber e da memória cultural. Portanto, o silêncio imagético em torno de Maria Firmina e o embranquecimento de Machado de Assis são duas faces de um mesmo projeto: a normatização da branquitude como padrão de referência e a exclusão da identidade negra do centro da história brasileira.

Embora hoje seja reconhecida como uma das primeiras romancistas do Brasil e uma voz fundamental na denúncia do racismo e da escravidão, a obra de Firmina foi historicamente relegada ao esquecimento ou subestimada pela crítica literária e pelos círculos acadêmicos. Esse apagamento, no entanto, não pode ser compreendido apenas a partir de sua condição de mulher ou de pessoa negra de forma isolada. Conforme argumenta Kimberlé Crenshaw (1989), mulheres negras vivenciam formas específicas de opressão que não podem ser reduzidas nem ao sexismo nem ao racismo de maneira separada, mas sim como experiências interseccionais²⁵. Nesse sentido, o silenciamento em torno de Firmina inscreve-se em um sistema de exclusão que marginalizou, de modo ainda mais profundo, aquelas que ocupam a interseção entre raça e gênero.

O próximo subcapítulo desta dissertação discutirá esse apagamento literário, refletindo sobre os mecanismos que levaram à negligência ou minimização de sua contribuição à Literatura Brasileira ao longo do tempo.

Ao relacionar o apagamento literário de Firmina dos Reis com seu apagamento imagético, destaca-se como esses dois fenômenos estão interligados de maneira interseccional. Assim como sua imagem física foi distorcida e embranquecida ao longo do tempo sua obra e legado literário também foram, muitas vezes, reinterpretados ou negligenciados para se adequarem aos padrões dominantes da sociedade branca e patriarcal.

A distorção e a marginalização tanto de sua representação quanto de sua produção literária refletem a mesma dinâmica de exclusão e negação da identidade negra na sociedade brasileira. Esta interseccionalidade leva a uma compreensão mais profunda de como o racismo estrutural permeia diferentes aspectos da vida e da

²⁵ O termo *interseccionalidade* foi cunhado por Kimberlé Crenshaw em 1989 para descrever como diferentes categorias sociais — como raça, gênero e classe — interagem simultaneamente na produção de desigualdades e opressões, especialmente no caso de mulheres negras, cujas experiências são frequentemente invisibilizadas por abordagens que consideram apenas uma dessas dimensões isoladamente. No texto seminal de 1989, Crenshaw analisou como a tendência de tratar raça e gênero como categorias mutuamente exclusivas perpetua uma visão limitada, especialmente na produção das leis contra a discriminação racial e nas teorias feministas e antirracistas. Essa abordagem de “eixo-único” invisibiliza mulheres negras, que acabam sendo deixadas de fora tanto das discussões sobre racismo — onde os homens negros predominam — quanto das discussões sobre discriminação de gênero — onde as mulheres brancas são privilegiadas. Segundo ela, “[...] as concepções operativas de raça e sexo se tornam ancoradas em experiências que, na realidade, representam apenas um subconjunto de um fenômeno muito mais complexo” (Crenshaw, 1989, p. 140, tradução nossa). No Brasil, o conceito foi ampliado e aprofundado por Carla Akotirene na obra *O que é interseccionalidade?*, publicada pelo projeto *Feminismos Plurais*, organizado pela filósofa Djamila Ribeiro, que contribui para a discussão das múltiplas formas de opressão e resistência no contexto brasileiro.

história dos negros no Brasil, exigindo uma análise crítica que reconheça e enfrente essas formas de discriminação em todas as suas manifestações.

2.2 APAGAMENTO LITERÁRIO DE MARIA FIRMINA DOS REIS: UM EPISTEMICÍDIO?

Norma Telles (2004), no texto *Escritoras, escritas e escrituras*, destaca que o século XIX foi um período marcado por mudanças profundas nas estruturas econômicas e sociais da Europa Ocidental cujos impactos reverberaram globalmente devido à escala e à abrangência do processo de expansão. Esse foi o auge do imperialismo europeu caracterizado não apenas pela sua amplitude geográfica, mas também pelo detalhamento na organização do poder, alterando não apenas estruturas, mas também aspectos cotidianos da vida, desde grandes teorias científicas até comportamentos interpessoais.

A cultura desempenhou papel fundamental nesse processo, sendo que no centro da cultura europeia, durante os séculos de dominação, havia a marca de um eurocentrismo inabalável que acumulava experiências e territórios, pessoas e narrativas, classificando-as, unificando a multiplicidade na medida em que baniu identidades diferentes, a não ser como ordem inferior da cultura e da ideia de uma Europa branca, masculina, letrada e cristã (Telles, 2004, p. 336).

Já Rita Terezinha Schmidt (2000), em seu artigo *Mulheres Reescrevendo a Nação*, argumenta que um dos modos mais significativos de exercer o poder foi a exclusão das mulheres autoras no século XIX. Durante esse período crucial para a formação da identidade nacional, a literatura se consolidou como um instrumento pedagógico essencial para destacar a diferença cultural brasileira, utilizando seu poder simbólico para manter a coerência e a unidade política da ideia romântica de nação como um “todo unido”.

Schmidt (2000) diz que a esfera nacional, como um espaço de projeções imaginárias de uma comunidade que buscava afirmar sua autonomia e soberania em relação à metrópole, se configurou de maneira direta e excludente como um domínio masculino. Pensadores, críticos e escritores definiam o papel do sujeito que falava em nome da cultura, cidadania e hegemonia a partir de uma lógica conjuntiva e horizontal com um enfoque universalista, alinhado à racionalidade progressista que sustentava a coesão social e a concepção de uma nação moderna.

Nesse contexto dinâmico, Telles (2004) observa que o século XIX se destaca como o período do romance, que emergiu como a forma literária dominante da época. Originando-se na Inglaterra do século XVIII, coincidindo com a ascensão da sociedade burguesa, o romance moderno se diferenciou de formas de ficção anteriores ao retratar não mais tipos humanos genéricos, mas sim pessoas específicas em condições particulares. Esse novo enfoque trouxe para o centro das narrativas questões contemporâneas e incidentes do cotidiano, afastando-se das convenções literárias anteriores. No entanto, apesar desses avanços, a autora explica que as representações femininas (brancas), no século XIX, foram limitadas por estereótipos e binarismos que associavam a mulher à natureza, ao outro e ao inferior.

Os papéis sociais atribuídos às mulheres, seja como anjos do lar ou figuras fatais, refletiam a visão de mundo patriarcal da época, negando-lhes a autonomia e a subjetividade necessárias para a criação literária. Conforme observado por Lobo (1993), as leis e costumes do século XIX restringiam, consideravelmente, a liberdade às mulheres. Em relação à escrita literária, Lobo (1993, p. 20) afirma que “se a mulher quisesse obter material para seus romances, saindo pelas ruas ou partindo para outras cidades, possivelmente seria acusada de louca ou ridícula”. Essa restrição evidencia não apenas as barreiras sociais enfrentadas pelas mulheres, mas também a limitação de sua liberdade criativa em um contexto profundamente patriarcal.

Segundo Schmidt (2000), na construção da genealogia brasileira não houve espaço para a alteridade, e a produção literária local refletiu a intenção programática de construir uma literatura nacional baseada em um nacionalismo romântico abstrato e conservador. Esse processo foi marcado pela contradição entre o desejo de autonomia e a dependência cultural. No entanto, Telles (2004) argumenta que, apesar dessas restrições, um número significativo de mulheres desafiou as normas vigentes e começou a escrever e publicar durante o século XIX. Mesmo enfrentando dificuldades para acessar a educação formal e a palavra escrita, essas pioneiras contribuíram para a expansão do cânone literário, embora tenham sido amplamente negligenciadas pela historiografia literária dominante, que privilegiava, majoritariamente, autores masculinos.

Essa ausência de reconhecimento se estende à literatura brasileira do século XIX, onde as mulheres escritoras foram amplamente ignoradas pela historiografia oficial. O acesso limitado à educação e a marginalização social dificultaram a produção literária feminina, resultando em sub-representação nas obras acadêmicas

e nas antologias literárias. Como aponta Zahidé Lupinacci Muzart, no artigo *Mulheres de faca na bota: escritoras e políticas no século XIX* (1996),

A visão que temos da literatura feminina no século XIX é a de uma literatura choramingas, uma literatura na qual dominava um romantismo desbragado e mal compreendido. Por mal compreendido, penso nas amarras da educação patriarcal que fazia com que essas mulheres não chegassem à compreensão do movimento romântico no que ele tinha de revoltado e de livre (Muzart, 1996, p. 149).

No entanto, Telles (2004) destaca que pesquisadoras contemporâneas estão empenhadas em resgatar e registrar a contribuição das mulheres para a literatura brasileira, destacando suas vozes e experiências até então marginalizadas. Além disso, Schmidt (2000) observa que num período em que a literatura se constituiu como signo de valor e repositório de identidade cultural, buscando legitimação através de uma imagem de autonomia, coesão e unidade, nasceram as determinações que produziram o corpus oficial da literatura brasileira, ou seja, o cânone literário.

Schmidt (2000, p. 89) utiliza o que Maurice Halbwachs (1989 *apud* Schmidt, 2000) chama de “caráter uniformizador e destrutivo da memória coletiva nacional” para explicar como esse cânone, com seu poder de conferir representatividade à narrativa nacional, foi forjado e mantido pelo esquecimento de memórias subterrâneas, suprimidas pela submissão à abstração das diferenças.

A memória nacional, considerada a forma mais acabada da memória coletiva, e o cânone literário, visto como a narrativa autorizada dessa memória, recalcam outras narrativas do nacional que deixam visíveis as fronteiras internas da *comunidade imaginada*²⁶ e refiguram a questão identitária nas diferenças sociais de gênero, classe e raça. Assim, o resgate da autoria feminina do século XIX traz à tona essas outras narrativas, reconceitualizando a nação como um espaço heterogêneo e real, atravessado por tensões e diferenças.

Portanto, do ponto de vista feminino, nacionalizar o nacional implica questionar a base ideológica do paradigma universalista que influenciou o princípio do nacionalismo brasileiro. Esse paradigma tem sido responsável pela predominância das forças políticas, sociais e culturais na formação e desenvolvimento da nação.

²⁶ Benedict Anderson, em *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a disseminação do nacionalismo* (2016), define a “comunidade imaginada” como uma construção social na qual os membros de um grupo se reconhecem como parte de uma coletividade, mesmo sem interações diretas entre eles. Ele argumenta que as nações são exemplos de comunidades imaginadas, em que os indivíduos compartilham uma identidade coletiva por meio de símbolos, práticas culturais e narrativas comuns, apesar da ausência de contato pessoal entre a maioria de seus membros.

Talvez isso explique o silenciamento e a exclusão das escritoras da historiografia literária, da crítica moderna e da história das ideias no Brasil. Para muitas dessas escritoras mostrar o país significava problematizar as ideologias masculinas que sustentam a noção de nação (Schmidt, 2000).

No entanto, a ideia de “comunidade imaginada” não se limita a uma representação idealizada e homogênea da nação. Luís Reis Torgal (2008) sugere que, particularmente em contextos pós-coloniais como os Estados africanos, as fronteiras políticas criadas de forma artificial resultaram em formações estatais que, muitas vezes, não se baseiam em fatores étnicos unificadores, mas sim na autoridade de políticos locais ou dinásticos. Esses Estados, como “comunidades imaginadas”, são marcados por uma multiplicidade de culturas e interesses muitas vezes distantes da ideia de uma nação coesa:

Na África foram territórios mais ou menos definidos em estatuto colonial que deram origem a estados-nações, formados depressa e em boa parte artificialmente, ou seja, como “comunidades imaginadas”, de forma política e em função das elites negras, e resultantes de lutas anticoloniais ou de simples concessão da potência colonizadora. Desta forma, compreende-se a pouca solidez ainda dos estados-nações, estados que muitas vezes resultam menos de factores de etnicidade que une, mas que resultam de uma multiplicidade de culturas ou da autoridade de certos políticos, que fizeram da política não um serviço, mas um poder pessoal ou dinástico (Torgal, 2008, p. 236).

O século XIX no Brasil foi um período de intensas transformações sociais, políticas e culturais, particularmente evidentes no processo de integração do País às mudanças do mundo ocidental. Esse processo, que se arrastou desde o final do século anterior, refletiu-se em uma crescente complexidade da estrutura social, nas modificações na base produtiva e no crescimento demográfico (Telles, 2004). Nesse cenário de mudanças, as mulheres desempenharam um papel político significativo, embora, frequentemente, subestimado.

Como observa Muzart (1996, p. 151-152), essa atuação se manifestou em movimentos sociais, como aqueles pela abolição da escravidão e pela educação da mulher, duas bandeiras que mobilizaram as mulheres brasileiras durante a segunda metade do século XIX “se entendemos como tal a atuação em movimentos e sociedades em prol da abolição da escravidão, em jornais e movimentos pela educação da mulher, as duas bandeiras de luta que mais as mobilizaram”.

Telles (2004) explica que durante esse período, as ideias revolucionárias, tanto da Revolução Francesa quanto da Revolução Americana, exerciam influência

significativa sobre as elites e a opinião pública em geral. Enquanto alguns grupos defendiam a separação da metrópole portuguesa sem alterações políticas, outros buscavam uma República sem mudanças na estrutura social, e ainda havia aqueles que advogavam pela separação, República e libertação dos escravizados. Essas ideias encontravam eco em diferentes regiões do País, como o Rio de Janeiro, Salvador e Minas Gerais, cada uma com suas próprias nuances e posicionamentos.

Houve também, a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, um marco que desencadeou reformas significativas, como a abertura dos portos e o livre comércio, preparando o terreno para a Independência em 1822. Esse período também viu um aumento no consumo de cultura, incluindo romances estrangeiros, refletindo em um crescente interesse intelectual. “Recife, nas primeiras décadas do século, era um centro cultural importante. Fervilhava com ideias separatistas e com as ideias francesas de liberdade e justiça, difundidas por uma elite intelectual” (Telles, 2004).

Nesse ambiente fervilhante do “século XIX destacam-se poucas vozes femininas: Nísia Floresta, uma feminista, Gilca Machado, Francisca Júlia, Maria Firmina dos Reis, a primeira romancista a mencionar o tema abolicionista no Brasil” (Lobo, 1993, p. 59). Nísia Floresta, por exemplo, teve um impacto duradouro na defesa dos direitos das mulheres e na promoção da educação feminina através do seu trabalho como escritora e educadora.

Com obras como *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* (1989), Nísia desafiou os preconceitos da sociedade patriarcal brasileira, defendendo a igualdade de gênero e a educação para as mulheres. Apesar das limitações da época, a obra de Nísia teve uma repercussão significativa. No entanto, foi o suficiente para influenciar outras escritoras brasileiras, como Ana Eurídice Eufrosina de Barandas, que compartilhava ideais semelhantes sobre a participação das mulheres na política e na sociedade. Mesmo assim, a participação das mulheres em atividades políticas era, frequentemente, vista com desconfiança, e interpretações literárias muitas vezes denunciavam a suposta incapacidade das mulheres para a luta política.

Norma Telles (2004) também aborda a exclusão das mulheres no século XIX de uma participação efetiva na sociedade, destacando como eram impedidas de ocupar cargos públicos, assegurar sua própria sobrevivência e acessar a educação superior. Elas eram confinadas dentro de casas e sobrados, limitadas pelas convenções sociais e pelos enredos literários masculinos que as retratavam como

seres subordinados e sem voz própria. Telles (2004) menciona a escritora e crítica literária inglesa Virginia Woolf que descreve a mulher como um espelho que reflete a figura masculina ampliada, servindo como musa inspiradora, mas privada da oportunidade de ser criadora por direito próprio.

No Brasil, escritoras como Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) expressaram a mesma ideia de exclusão, enfrentando a dominação masculina na sociedade e na produção cultural. Telles (2004) destaca a luta das mulheres para escapar dos papéis definidos pelos textos masculinos, buscando autonomia e propondo alternativas à autoridade que as aprisionava. Mesmo diante das restrições, as mulheres escreveram bastante, desde diários pessoais até jornais e romances, enfrentando estereótipos e desafios para conquistar seu espaço na carreira literária.

Telles (2004) também menciona figuras emblemáticas como Ana Lisboa dos Guimarães Peixoto Bastos, conhecida como Cora Coralina, que superou obstáculos sociais e educacionais para se tornar uma renomada poeta, demonstrando a persistência das mulheres na busca por reconhecimento e expressão artística. A conquista do território da escrita foi uma jornada longa e difícil para as mulheres no Brasil, marcada por resistência e determinação ao longo dos séculos, desde as pioneiras como Nísia Floresta até as contemporâneas como Hilda Hilst e Rachel Jardim.

Complementarmente, Alós e Schmidt (2009) sustentam que o descrédito à literatura produzida por mulheres é uma forma de controlar o campo literário. Os autores explicam que a história literária é moldada por escolhas políticas e ideológicas que refletem e mantêm o poder das elites culturais dominantes. Essas exclusões não são neutras, mas sim parte de uma formação discursiva dominante que marginaliza vozes dissidentes, incluindo as das mulheres.

Schmidt (2011) ainda argumenta que, ao investigar as inclusões e exclusões históricas, tornam-se visíveis as relações de poder e ideologia subjacentes às estruturas literárias. A história literária, ao cristalizar uma “narrativização da memória” homogênea, constitui e protege a identidade nacional dominante, excluindo diferenças e alteridades, como as perspectivas femininas. Essas observações denunciam as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na literatura brasileira desde seus primórdios. Apesar de terem contribuído para a literatura brasileira, desde então, essas mulheres foram frequentemente renegadas e esquecidas pelo cânone literário, tanto em suas épocas quanto posteriormente. Recentemente, pesquisadoras e pesquisadores têm

se empenhado em resgatar e reconhecer a importância dessas escritoras, buscando registrar suas contribuições para a literatura brasileira.

Essas pioneiras da literatura brasileira, como Maria Firmina dos Reis, desafiaram as normas patriarcais e o racismo eurocêntrico. Seus esforços foram fundamentais para abrir caminho para futuras escritoras. Seu trabalho representa um marco significativo na história da literatura brasileira. Ao explorar as injustiças sociais causadas pelo sistema escravocrata, as questões de gênero e a luta pela igualdade, Firmina acrescentou uma nova dimensão à narrativa literária brasileira, destacando-se como uma voz proeminente em um cenário literário dominado por homens. Sua obra, permeada pela sensibilidade social e pela habilidade narrativa, ecoa os desafios enfrentados pelas mulheres e pelos marginalizados em uma sociedade profundamente desigual.

Em 1859, no prólogo de sua obra, Maria Firmina dos Reis descreve seu livro como “mesquinho e humilde”. No entanto, este romance, inicialmente caracterizado como humilde pela autora, se tornou uma peça fundamental na literatura afro-brasileira, sendo o primeiro romance de autoria feminina e abolicionista do Brasil. Firmina, conscientemente, expressou sua posição sociocultural na época, reconhecendo-se como mulher e negra em uma sociedade que marginalizava e menosprezava essas identidades. A autora, ciente de sua educação limitada e da falta de acesso ao ambiente intelectual dominado pelos homens ilustrados, apresentou sua obra ao público, sabendo das possíveis reações de indiferença. A autora não buscava fama ou reconhecimento pessoal, mas simplesmente desejava compartilhar sua narrativa, reconhecendo suas próprias limitações em termos de instrução formal e experiência cultural.

MESQUINHO E HUMILDE LIVRO é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume. Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo (Reis, 2018b, p. 93).

Virginia Woolf (2014), no texto, *Um teto todo seu*, sobre mulheres e ficção, observa que as mulheres enfrentavam, e ainda enfrentam, resistência ao tentar escrever. Elas eram, e ainda são, frequentemente, questionadas e ridicularizadas,

sem receber o mesmo acolhimento que os homens. A pergunta que muitas vezes denota era: o que uma mulher tem para dizer sobre o mundo? O que de bom pode vir da escrita feminina? Esses questionamentos ressoam sobre uma reflexão de como a escrita de autoria feminina desafia o silêncio, preenche lacunas e, por consequência, reescreve a história marcada por colonizações, ditaduras, conflitos étnicos, exploração capitalista e relações hierárquicas/dicotômicas de gênero. Sob essa perspectiva, Carla Akotirene (2018) diz que a literatura é considerada um constructo cultural cuja potência representa o espaço e a voz conquistada ao longo do tempo, possibilitando a construção de novas subjetividades nos modos de ser e sentir em uma visão interseccional que considera categorias como classe, raça/etnia, lugar e gênero.

No entanto, apesar dessas adversidades, muitas mulheres persistiram e ainda persistem na escrita. No prólogo de sua obra, Firmina expressa o desejo de apresentar seu trabalho ao mundo, mesmo reconhecendo suas imperfeições. Ela demonstra o amor por sua criação, mas também apela ao leitor para que não abandone sua obra em sua humildade e desconhecimento. Recorre ao drama e a uma posição ultrarromântica para sensibilizar o leitor em uma tentativa de acessar emocionalmente seu público, uma característica do contexto literário do século XIX. Ela compara sua obra a uma donzela desprovida de beleza física, mas que, através do fervor genuíno de sua alma expresso em lágrimas de dor sincera, é capaz de despertar o interesse daqueles que a menosprezaram, forçando-os, ao menos, a considerá-la com bondade.

[...] não o abandoneis na sua humildade e obscuridade, senão morrerá à míngua, sentido e magoado, só afogado pelo carinho materno. Ele semelha a donzela, que não é formosa; porque a natureza negou-lhe as graças feminis, e que por isso não pode encontrar uma afeição pura, que corresponda ao afeto da sua alma; mas que com o pranto de uma dor sincera e viva, que lhe vem dos seios da alma, onde arde em chamas a mais intensa e abrasadora paixão, e que embalde quer recolher para a corrupção, move ao interesse aquele que a desdenhou e o obriga ao menos a olhá-la com bondade (Reis 2018b, p. 93-94).

Ao final do prólogo, Maria Firmina faz um apelo aos leitores para que não desprezem sua obra, mas a recebam com bondade e a apoiem, na esperança de que esse gesto possa encorajá-la a continuar escrevendo e inspirar outras mulheres a seguirem um caminho similar mesmo que suas vozes sejam ainda mais brilhantes e educadas: “sirva esse bom acolhimento de incentivo para outras, que com imaginação

mais brilhante, com educação mais acurada, com instrução mais vasta e liberal, tenham mais timidez do que nós” (Reis, 2018b, p. 94).

Tal apelo reflete não apenas sua determinação pessoal, mas também a audácia de sua narrativa. Segundo Lobo (1993, p. 205), o prefaciador da terceira edição de *Úrsula*, publicado em 1988, o estadunidense Charles Martin, observa a singularidade de Maria Firmina dos Reis ao retratar, no século XIX, a relação entre o senhor de escravos e seus escravizados de forma equitativa. Na obra, *Maria Firmina dos Reis, ao ligar com traços de amizade o escravo Túlio ao herói branco Tancredo, que o liberta*, realiza algo raramente visto na literatura da época. Essa abordagem desafia as convenções narrativas do século XIX ao evidenciar tensões nas relações de poder e hierarquia da sociedade brasileira.

No entanto, embora seja uma obra questionadora, ou melhor, por ser uma obra questionadora, *Úrsula* é um texto frequentemente esquecido, como aponta Rita Terezinha Schmidt (2018, p. 14), ausente das histórias da literatura brasileira desde o século XIX, “por não apresentar, segundo a instituição da crítica literária, um valor estético/escritural/simbólico, condição necessária para integrar o cânone literário brasileiro”.

Sob o mesmo ponto de vista, Eduardo de Assis Duarte (2004), no posfácio da 4ª edição de *Úrsula, Maria Firmina dos Reis e os Primórdios da Ficção Afro-brasileira* destaca que:

Como era comum numa época em que as mulheres viviam submetidas a inúmeras limitações e preconceitos, Maria Firmina dos Reis omite seu nome tanto na capa quanto na folha de rosto de *Úrsula*, ali consignando apenas o pseudônimo “uma maranhense”. Desta forma, a ausência do nome, aliada à indicação da autoria feminina e, ainda, a procedência da distante província nordestina, juntam-se, conforme veremos, ao tratamento absolutamente inovador dado ao tema da escravidão no contexto do patriarcado brasileiro (Duarte, 2004, p. 266-267).

Duarte (2004) destaca que essa cortina de silêncio permitiu que nomes importantes da historiografia literária brasileira, como Sílvio Romero, José Veríssimo e outros, ignorassem completamente a obra de Maria Firmina dos Reis. A ausência de menção em obras de referência — como as de críticos já mencionados anteriormente — evidencia ainda mais esse processo de invisibilização e negligência em relação à autora e sua contribuição para a literatura brasileira.

Nesse sentido, o esquecimento de figuras e produções culturais negras não é apenas um fenômeno histórico, mas também um problema ético e político que reflete

um processo violento e exterior, descolado da agência das populações negras. Essa ausência de reconhecimento e valorização das referências e matrizes negras está intrinsecamente ligada ao conceito de epistemicídio, cunhado pela filósofa Sueli Carneiro (2005):

O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento legítimo ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc (Carneiro, 2005, p. 97).

Ou seja, para Carneiro (2005), o epistemicídio vai além da simples anulação do conhecimento dos povos subjugados, é um processo persistente que resulta na produção da indigência cultural. Esse processo se materializa através da negação ao acesso à educação de qualidade, da produção da inferiorização intelectual e dos diversos mecanismos de deslegitimação do conhecimento negro. Ao negar e desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados, o epistemicídio também desqualifica, individual e coletivamente, sua capacidade de produzir conhecimento legítimo.

No contexto brasileiro, o epistemicídio se manifesta de diversas maneiras, inclusive na academia, onde se observa o dualismo entre o discurso militante e o discurso acadêmico. Nesse cenário, o pensamento do ativismo negro é desqualificado como uma fonte de autoridade sobre o negro, enquanto o discurso do branco sobre o negro é legitimado. Os pesquisadores negros são frequentemente reduzidos à condição de fonte de informação em vez de serem considerados interlocutores reais no diálogo acadêmico. Essa dinâmica contribui para marginalizar e aprisionar os pesquisadores negros ao tema racial, limitando sua participação em outros campos de pesquisa e dificultando seu reconhecimento como autoridades intelectuais em suas áreas de atuação.

Além disso, Carneiro (2005) destaca que mesmo quando pessoas negras superam inúmeras barreiras para alcançar a excelência acadêmica, como foi o caso de Maria Firmina dos Reis, ainda estão sujeitas ao epistemicídio. Isso ocorre devido

aos processos de aculturação promovidos pelo sistema colonial de educação e à subvalorização das formas de conhecimento da comunidade negra. Essa narrativa pode justificar e naturalizar a situação de desigualdade enfrentada pela comunidade negra ao invés de provocar uma reflexão sobre as injustiças sistêmicas que perpetuam tais disparidades.

Como destacado anteriormente, tanto o processo de representação quanto o esquecimento literário de Maria Firmina dos Reis são parte de um padrão mais amplo de supressão da história e das culturas negras no Brasil: o epistemicídio. Esse fenômeno não se limita a um simples esquecimento deliberado, mas envolve uma política de ignorância, como salientado por Mbembe (2014). Essa política da ignorância é caracterizada por uma tentativa de suprimir a verdade em prol da força, uma mentalidade enraizada na tradição colonial que valoriza a dominação sobre a compreensão.

Nesse sentido, a cultura dominante exerce um papel central na forma como as narrativas são apropriadas, reinterpretadas ou silenciadas. Como observa Alfredo Bosi (1992), em *A dialética da colonização*:

Quanto ao uso da vida simbólica do povo fazem os pesquisadores universitários e os meios de massa à cata de assunto, diz respeito, em primeiro lugar, aos próprios vaivéns ideológicos da cultura dominante. Esta pretende dar sentidos aos seus objetos. É forçosamente a cultura dominante que faz leituras, ora redutoras, ora abertas, da vida popular (Bosi 1992, p. 374).

Esse processo pode ser observado na trajetória da autora maranhense, que sofreu um duplo apagamento: de gênero e de raça. Como mulher negra, sua obra foi sistematicamente ignorada pela crítica literária e pelos espaços de consagração acadêmica e editorial ao longo do século XIX e grande parte do século XX, integrando um processo maior de epistemicídio que impediu o reconhecimento de sua produção intelectual como parte fundamental da literatura brasileira.

A cultura dominante, ao longo do tempo, não apenas invisibilizou Maria Firmina, mas também construiu um cânone literário que privilegiava autores homens, brancos e alinhados a uma visão eurocêntrica da literatura. Essa lógica se alinha à ideia de leituras redutoras, mencionada por Bosi (1992), na qual a cultura dominante molda e limita a recepção de determinados discursos. O resgate recente da obra de Firmina, impulsionado por pesquisadoras e pesquisadores, negras e negros,

exemplifica como a luta contra o epistemicídio passa pelo reconhecimento e valorização de vozes silenciadas.

Tal mentalidade também se reflete na maneira como a figura de Maria Firmina foi tratada ao longo do tempo. Tanto sua ausência de representações visuais precisas quanto o esquecimento de sua produção literária contribuem para o silenciamento das vozes negras na História Brasileira. Assim, como documentos foram destruídos para apagar a memória da população negra, a manipulação e o embranquecimento da representação de Firmina desvinculam-na de sua verdadeira identidade racial e cultural.

Esse apagamento não apenas oculta a rica diversidade da experiência negra, mas também perpetua estereótipos e hierarquias raciais que marginalizam as contribuições dos negros para a sociedade brasileira. Portanto, a falta de reconhecimento que Maria Firmina sofreu não é apenas uma omissão histórica, mas uma manifestação contínua da política de ignorância que procura negar a verdadeira natureza das relações raciais no Brasil.

Alex Ratts (2006), em *Eu Sou Atlântica*, ao retratar a vida da socióloga brasileira Beatriz Nascimento, levanta a questão do esquecimento sistemático de autoras negras na academia brasileira. Para além das barreiras étnico-raciais, que limitam a presença de homens negros e praticamente excluem as mulheres negras das universidades, observa-se a existência de mecanismos que obscurecem aqueles poucos indivíduos que conseguem adentrar esse ambiente acadêmico.

Um desses mecanismos reside na dificuldade em reconhecer a capacidade da população negra de produzir conhecimento, tanto acadêmico quanto cultural. Consequentemente, a produção intelectual negra é negligenciada pela academia, inclusive nos estudos sobre relações étnico-raciais e religiões de matriz africana. São raros os cursos que incorporam intelectuais negros em suas grades curriculares, o que contribui para a invisibilidade acadêmica dessas vozes.

Ratts (2006) sugere que embora uma mulher negra pesquisadora possa ser facilmente reconhecida no ambiente universitário pode passar despercebida quando se trata de sua produção como autora. Essa discrepância evidencia como a academia ainda falha em valorizar e dar visibilidade ao trabalho intelectual das mulheres negras. Partindo deste mesmo princípio, a socióloga Phill Collins (2016), corrobora com a observação de Ratts ao destacar que sociólogas negras frequentemente encontram

omissões de fatos e observações sobre mulheres afro-americanas nos paradigmas sociológicos existentes. E completa:

[...] acadêmicas afro-americanas são constantemente atingidas por sua própria invisibilidade, tanto como sujeitos humanos plenos incluídos em fatos e observações sociológicos, quanto como praticantes da disciplina em si. Não deveria ser surpresa que muito do pensamento feminista negro tem como objetivo contornar essa invisibilidade, ao apresentar análises de mulheres negras enquanto sujeitos humanos plenos (Collins, 2016, p. 120).

A percepção de Collins (2016) reforça a necessidade de uma abordagem feminista negra que busque contornar essa invisibilidade, oferecendo análises que reconheçam e afirmem plenamente a humanidade das mulheres negras. Assim, é fundamental reconhecer e combater os mecanismos que contribuem para a marginalização e sub-representação dos sujeitos negros nos espaços acadêmicos.

Nesse sentido, essa omissão não surpreende quando se considera a história do Brasil, marcada por quase 400 anos de escravização que envolveu não apenas uma apropriação indébita concreta e simbólica, mas também uma violação institucionalizada de direitos. A sociedade empreendeu esforços para apagar essa “mancha negra da história”, como exemplificado por Nascimento (2016), e queimou documentação importante sobre esse período. A herança de tal silêncio ressoa na subjetividade contemporânea dos brasileiros, especialmente dos brancos, que são beneficiários diretos ou indiretos dessa realidade, como ressalta Bento (2022).

De semelhante modo, Grada Kilomba (2019) oferece uma reflexão complementar sobre o silenciamento, comparando-o à máscara utilizada como instrumento de tortura durante a escravização colonial. Essa máscara, colocada na boca dos sujeitos negros para evitar que mastigassem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam, tinha como principal objetivo produzir mudez e medo. A autora sugere que essa prática simboliza o colonialismo como um todo, representando políticas sádicas de conquista, dominação e silenciamento dos “chamados (as) Outros (as)” (Kilomba, 2019, p.33). A máscara, ao controlar a fala, reprime e controla a expressão daquilo que é adverso à branquitude, como os racismos e privilégios negados e mantidos em segredo.

Além disso, Kilomba (2019, p. 33) levanta questionamentos: “Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar?”. Essas indagações incidem sobre o controle exercido pelos brancos sobre o órgão da boca, historicamente sujeito à severa censura. A autora descreve a boca como uma

metáfora para a posse e explora a interpretação distorcida do desejo negro de consumir alimentos, como frutos, cana-de-açúcar e cacau, como um ato de roubo pelos colonizadores. Esse processo de negação projeta a culpa do opressor sobre o oprimido, transformando o negro em um inimigo intrusivo enquanto o branco se apresenta como uma vítima compassiva. Esse mecanismo reflete a projeção de aspectos reprimidos da psique branca sobre o “Outro”, perpetuando a divisão entre a parte boa e má do ego branco.

A autora também discute a máscara do silenciamento como uma ferramenta de tortura, durante a escravização, que produzia mudez e medo nos sujeitos negros. Essa dinâmica não apenas transforma o negro na *Outridade*²⁷ em relação ao branco, mas também o converte em uma representação dos aspectos reprimidos pela branquitude. Portanto, as fantasias brancas sobre a negritude não refletem a realidade dos negros, mas sim os temores e projeções da psique branca. Esse processo de alienação e trauma psíquico resulta em uma amputação da identidade negra, como descrito por Frantz Fanon (2008), perpetuando a separação traumática do indivíduo de sua própria identidade e conexão com a sociedade.

Portanto, o apagamento literário de Maria Firmina dos Reis revela conexões profundas com os conceitos apresentados até aqui. A exclusão da escritora da história literária brasileira exemplifica o fenômeno do epistemicídio, apresentado por Sueli Carneiro (2005), caracterizado pela sistemática negação e desqualificação do conhecimento produzido por grupos marginalizados. Ao omiti-la da narrativa literária oficial por mais de um século, perpetua-se a ideia de que as vozes e perspectivas das mulheres negras não possuem validade ou relevância, contribuindo para a subjugação e o silenciamento desses grupos.

Além disso, a marginalização da autora maranhense também ilustra a *Outridade*, discutida por Kilomba (2019) e interseccionada com Fanon (2008), que descreve a percepção dos grupos marginalizados como “Outros” pela sociedade dominante. Ao ser excluída dos círculos literários e acadêmicos, Firmina é relegada à posição de “Outra”, vista como uma figura estranha e incompatível com a norma branca e masculina que prevalece nesses espaços.

²⁷ Grada Kilomba vai conceituar o termo *Outridade*, como algo que não surge apenas de vivências familiares, mas que também emerge do encontro traumatizante, violento e cruel com o mundo branco, que, impulsionado pela irracionalidade do racismo, classifica os sujeitos negros como “Outros”, estranhos, conflitantes e incomuns, incompatíveis com a norma social branca.

O desaparecimento literário de Maria Firmina dos Reis está, consequentemente, intimamente ligado ao esquecimento e apagamento das contribuições das mulheres negras para a cultura e história brasileiras. Ao ser ignorada e negligenciada pela crítica literária e historiográfica, sua obra e seu legado são suprimidos da memória coletiva (os conceitos de silenciamento e memória coletiva serão mais profundamente discutidos no segundo capítulo desta dissertação) alimentando uma narrativa que marginaliza e exclui as vozes não brancas e não masculinas.

Vale lembrar que, diante de todo esse cenário de exclusão e epistemicídio, é possível afirmar que caso as condições sociais, políticas e culturais do século XIX tivessem permanecido inalteradas dificilmente teria havido espaço para o resgate da obra de Maria Firmina dos Reis. O sistema literário vigente naquele século, como demonstrado, era estruturado sob uma lógica patriarcal, eurocêntrica e produtor de subjugamentos, que deslegitimava as mulheres negras negando-lhes o direito à autoria e à memória.

Assim, se tais estruturas tivessem sido mantidas inquestionadas ao longo do século XX a redescoberta de Firmina não teria encontrado terreno fértil. O próprio surgimento de movimentos sociais, feministas e negros — sobretudo a atuação das mulheres negras organizadas a partir dos anos 1970 — foi crucial para abrir espaço para uma nova consciência crítica, que passou a valorizar produções antes consideradas marginais ou insignificantes pela crítica oficial.

2.3 PERCURSOS CRÍTICOS: A REDESCOBERTA DE MARIA FIRMINA

Maria Firmina dos Reis, apesar de sua significativa importância, foi mantida à margem da história literária por mais de um século. Esse apagamento se deu tanto pelo esquecimento — que a excluiu dos espaços de memória e dos cânones literários — quanto pelo silenciamento que impediu que sua voz autoral, marcada por um discurso antiescravagista e antirracista, fosse lida, ouvida e valorizada.

No entanto, sua obra e seu legado têm sido resgatados de maneira proeminente na contemporaneidade. Um exemplo disso é o seu romance *Úrsula*, que teve um aumento de popularidade entre 2017 e 2018. De acordo com Zin (2018b), passou da sexta edição em 2017 para um total de 18 edições em dezembro de 2018, ou seja, em um intervalo de menos de um ano foram publicadas doze edições do

romance. Tal fato demonstra renovado interesse e valorização de sua escrita, o que se deve, em parte, à inclusão de sua obra como leitura obrigatória em alguns vestibulares²⁸ e nos livros didáticos²⁹.

Essa inclusão do romance como leitura obrigatória em diversos vestibulares demonstra um reconhecimento crescente da importância da obra e da autora na literatura brasileira. Ao ser adotado por várias universidades, a obra ganha visibilidade e destaque, contribuindo para ampliar o conhecimento sobre a história e a cultura afro-brasileira, bem como para promover uma reflexão mais ampla sobre questões sociais, raciais e de gênero. Essa iniciativa também representa um esforço para diversificar e enriquecer os conteúdos curriculares, proporcionando aos estudantes uma experiência de leitura mais inclusiva e representativa. De acordo com Fernanda Miranda (2019):

A visibilidade que a autora e sua obra têm experimentado espelha esforços de pesquisa que partem do chão do presente naquilo que ela traz de revide: a busca pela voz da mulher negra, sistematicamente ausentada do cânone nacional. Nessa ótica, assumir a autora oitocentista como paradigma enunciativo amplia espaços de presença para a mulher negra na literatura, capturando os desafios específicos que enfrenta esse corpo autoral no universo de circulação de discursos (Miranda, 2019, p. 25-26).

A pesquisadora destaca a importância do trabalho de pesquisa e resgate das obras de Maria Firmina no contexto contemporâneo. Ressalta que, ao reconhecer e promover a escrita dessa autora oitocentista, há uma ampliação dos espaços de representação para as mulheres negras na literatura brasileira. Sua análise também aponta para a relevância de dar voz às experiências e perspectivas das mulheres negras que, historicamente, foram marginalizadas e silenciadas nos discursos dominantes. Ao fazer isso, não apenas se resgata a contribuição literária da autora maranhense, mas também se confronta o apagamento e o esquecimento histórico das

²⁸ Em 2024 o romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, está proposto como leitura obrigatória dos vestibulares da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Universidade Vale do Acaraú (UVA), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

²⁹ É importante mencionar que o autor desta dissertação é professor de Língua Portuguesa da Educação Básica no estado de Santa Catarina, participando do processo de escolha das obras para o PNLD 2026–2029. Sobre o processo de escolha, tece observações a respeito do fato de algumas editoras contemplarem a obra *Úrsula* nos livros didáticos apresentados. A Editora Moderna, por exemplo, inclui trechos da referida obra em capítulos voltados à literatura afro-brasileira, ao lado de autores como Castro Alves e Luiz Gama. O livro didático da Editora Saraiva, por exemplo, aborda *Úrsula* em seções dedicadas ao Romantismo, ao lado de autores como José de Alencar, evidenciando um renovado reconhecimento da importância da escrita de Maria Firmina dos Reis no currículo escolar.

vozes negras na cultura e na história do Brasil. Miranda (2019) evidencia a importância do reconhecimento e da valorização das obras de escritoras negras como parte fundamental da construção de uma narrativa mais inclusiva e representativa.

Na primeira publicação (1859), em São Luís, Maria Firmina assinou sob o pseudônimo “Uma Maranhense...” e teve a obra impressa pela Tipografia do Progresso. Conforme Zin (2018b), embora tenha desempenhado um papel cultural relevante no Maranhão do século XIX Maria Firmina dos Reis foi relegada ao esquecimento por muitas décadas. Atuando como professora e escritora, aspirava contribuir, por meio do ensino e da literatura, para a construção de um país mais justo e libertário. E esse prolongado período de apagamento pode ser atribuído a um possível silenciamento ideológico por parte das elites que controlavam o panorama intelectual brasileiro.

Cabe aqui uma crítica, feita pelo autor desta dissertação, ao silencioso descaso do Poder Público diante do desaparecimento do manuscrito original de *Úrsula*. Essa perda não representa apenas um infortúnio documental, mas uma negligência que reflete o desprezo histórico pelas produções culturais afro-brasileiras e suas narrativas essenciais para a compreensão da formação social do país. A perda do original transcende a esfera material e traduz-se numa ferida simbólica, que perpetua o silenciamento e a marginalização cultural desses autores e suas contribuições. Esse episódio evidencia a urgência de políticas públicas efetivas e comprometidas com a valorização e proteção dos bens culturais que representem a pluralidade da identidade brasileira, especialmente aqueles que desafiam as narrativas hegemônicas e coloniais.

Em 1973, o historiador José Nascimento Morais Filho, descobriu, ao acaso, a existência de Maria Firmina. Lobo (1993) explica que o historiador conduziu uma extensa pesquisa em jornais do Maranhão do século XIX e início do XX, bem como nos arquivos da Biblioteca Benedito Leite. Após longas pesquisas e entrevistas, com diversas personalidades, incluindo duas filhas de criação da escritora, Leude Guimarães e Nhazinha Goulart, o pesquisador elaborou a primeira biografia de Firmina, intitulada, *Maria Firmina dos Reis: fragmentos de uma vida*, obra de difícil acesso e lançada em 1975, mesmo ano que marcou o lançamento da edição fac-similar de *Úrsula*, organizada por Horácio de Almeida e patrocinada pelo governo do Maranhão em comemoração aos 150 anos de nascimento de Firmina. Josué Montello (1975) publica o artigo *A primeira romancista do Brasil*, no jornal do Brasil.

Assim como afirma Morais Filho (1975):

Descobrimo-la, casualmente, em 1973, ao procurar nos bolorentos jornais do século XIX, na “Biblioteca Pública Benedito Leite”, textos natalinos de autores maranhenses para a nossa obra, “Esperando a Missa do Galo”. Embora participasse intensamente da vida intelectual maranhense publicando livros ou colaborando quer em jornais e revistas literárias quer em antologias – “Parnaso Maranhense” – cujos nomes foram relacionados, em nota, sem exceção, por Sílvia Romero, em sua História da Literatura Brasileira, registrada no cartório intelectual de Sacramento Blake – o “Dicionário Bibliográfico Brasileiro” – com surpreendentes informações, quase todas ratificadas em nossa pesquisa, Maria Firmina dos Reis, lida e aplaudida no seu tempo, foi por amnésia coletiva totalmente esquecida: o nome e a obra! (Morais Filho, 1975).

Ainda de acordo com Lobo (1993), esse volume organizado por Morais Filho abrange uma variedade de criações, incluindo diversos hinos, um bumba-meu-boi e uma letra de música para um poema de Gonçalves Dias. Além disso, apresenta charadas, enigmas e muitos poemas que foram originalmente publicados na imprensa do Maranhão. Destacam-se também a novela *Gupeva*, de temática indianista, e o conto “A escrava”, de teor abolicionista. O volume ainda “oferece algo que é de fundamental importância para a História literária: trata-se provavelmente do primeiro diário escrito por mulher publicado no Brasil, com o título de ‘Álbum’” (Lobo, 1993, p. 225). Em 1976, Morais Filho reedita o livro de poemas *Cantos à Beira-mar*, originalmente publicado em 1876. Lobo (1993) argumenta que essa redescoberta enriqueceu a literatura maranhense inserindo o nome de Maria Firmina, entre outros autores destacados de São Luís, um dos centros culturais mais proeminentes do século XIX. Zin (2018b) acrescenta que:

Somado a isso, o prefácio de Charles Martin (1988) à terceira edição de *Úrsula*; as reflexões de Norma Telles (1987, 1989, 1997 e 2012) e de Luiza Lobo (1993, 2006, e 2011) disponibilizadas em livros e periódicos especializados; o estudo assinado por Zahidé Muzart (1999) sobre as escritoras brasileiras oitocentistas; os apontamentos de Eduardo de Assis Duarte (2009) acerca da maranhense, além de alguns verbetes que podem ser consultados em dicionários ou enciclopédias literárias voltados para essa temática (SABINO, 1996 [1899]; SCHUMACHER; VITAL BRAZIL, 2000; 2007; LOPES, 2007), completam os trabalhos mais relevantes sobre Maria Firmina dos Reis, evidenciando, assim, a escassa recepção crítica obtida pela autora, em pouco mais de um século (Zin, 2018b, p. 67).

A despeito da escassa recepção crítica, até então, é necessário considerar as condições sociais, políticas e culturais que permitiram que a obra de Firmina começasse a ser resgatada a partir da década de 1960, culminando na publicação fac-similar de *Úrsula* em 1975. Nesse sentido, a análise de Gonzalez (2020), no artigo

*A mulher negra no Brasil*³⁰, oferece elementos importantes para compreender o contexto contraditório que possibilitou esse redescobrimento, ainda que marcado por permanências estruturais de racismo, sexismo e elitismo acadêmico.

Gonzalez (2020, p. 114) demonstra que, apesar da ampliação do acesso das mulheres brancas ao ensino superior e ao mercado de trabalho durante o chamado “milagre econômico brasileiro”, as mulheres negras permaneceram à margem desses processos, com inserção majoritária em ocupações manuais e precárias, e com índices alarmantemente baixos de escolaridade. Essa exclusão estrutural também se refletia no campo intelectual e na produção de conhecimento, onde essa mulher negra foi sistematicamente desautorizada. Nesse cenário, o resgate de uma autora negra do século XIX não emerge como fruto de reconhecimento espontâneo, mas como efeito parcial de pressões sociais e de rupturas provocadas por movimentos organizados, “tais como o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), o Movimento Negro Unificado (MNU), o Grupo de Estudos André Rebouças, a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba)” (Gonzalez, 2020, p. 163) e os primeiros coletivos de mulheres negras, que passaram a disputar os sentidos da história, da cultura e da memória.

Ainda segundo a autora, a atuação desses movimentos, buscava não apenas denunciar a violência do racismo estrutural, mas também afirmar a centralidade da mulher negra como sujeito político e produtor de saber. É nesse campo de forças que se deve compreender a reemergência de Firmina no debate acadêmico, literário e político. Longe de representar uma integração plena da autora ao cânone, sua redescoberta revela as fissuras abertas pelas lutas antirracistas e feministas contra os mecanismos de silenciamento e normatização da memória literária brasileira.

Entretanto, mesmo diante desse contexto de mobilização social e intelectual, o reconhecimento crítico de Firmina ainda encontrou forte resistência nas instâncias consagradas da historiografia literária brasileira. Como já mencionado, assim como o professor Duarte (2004/2021), Rafael Balseiro Zin (2018b) salienta que Firmina foi completamente ignorada por Sílvio Romero, José Veríssimo, Ronald de Carvalho, Nelson Werneck Sodré, Afrânio Coutinho, Antonio Candido e Alfredo Bosi. De acordo com Zin (2018b, p. 66), “e mesmo um intelectual afrodescendente como Oswaldo de

³⁰ O artigo *A mulher negra no Brasil* de Lélia Gonzalez está incluído no livro *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos* (2020).

Camargo (1987), em sua coletânea *O negro escrito*, de suma importância para o resgate de escritores afro-brasileiros, não faz referência alguma a ela”.

Diversos expoentes da historiografia literária nacional seguiram o mesmo caminho, exceto Sacramento Blake, que foi contemporâneo da autora e Raimundo de Menezes, que tomou conhecimento da existência do seu romance após seu ressurgimento e acabou incluindo um verbete sobre a escritora na segunda edição de seu *Dicionário Literário Brasileiro* (1978). Além de Wilson Martins, que, no terceiro volume de sua *História da Inteligência Brasileira* (2010), menciona seu nome em apenas uma linha. No entanto, recentemente, novos estudos sobre a escritora têm sido conduzidos em programas de pós-graduação nas áreas de Letras, História, Ciências Sociais e Educação, bem como em programas interdisciplinares, como os de Cultura e Sociedade e de Estudos Brasileiros, tanto em nível de mestrado quanto de doutorado. Essa mudança no cenário acadêmico em relação à autora indica uma evolução significativa, merecendo uma análise mais detalhada.

Rafael Balseiro Zin é um dos autores dedicados aos estudos sobre Maria Firmina dos Reis: suas pesquisas de mestrado e doutorado em Ciências Sociais, cujo resultado foram as obras intituladas *Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista* (2016) e *Escritoras abolicionistas no Brasil-Império: Maria Firmina dos Reis e Júlia Lopes de Almeida na luta contra a escravidão* (2022), respectivamente, exploram a vida e a obra da escritora maranhense.. Além disso, ele publicou vários artigos sobre a autora. Em um deles, *Consolidando a fortuna crítica de Maria Firmina dos Reis: uma avaliação preliminar das dissertações e teses acadêmicas sobre a autora desenvolvidas em programas de pós-graduação brasileiros nos últimos trinta anos (1987-2016)*, Zin (2018b) propõe uma revisão dos estudos acadêmicos que abordam diversos aspectos da vida e da obra da autora. Esse trabalho envolve uma pesquisa no Banco de Teses e Dissertações da Capes, utilizando os termos “Maria Firmina dos Reis”, “Maria Firmina” e “Firmina dos Reis”.

O autor observa que nos últimos trinta anos, desde 1987, quando o primeiro estudo sobre Maria Firmina dos Reis foi realizado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, houve uma crescente produção acadêmica sobre Maria Firmina. Esses estudos se estenderam, segundo ele, para diversos programas de pós-graduação, abrangendo áreas como Letras, História, Ciências Sociais e Educação, além de programas

interdisciplinares como Cultura e Sociedade, Estudos Brasileiros e História e Literatura, tanto em nível de mestrado quanto de doutorado.

Zin (2018b) destaca que, embora muitas dessas pesquisas se concentrem principalmente no romance *Úrsula*, deixando de lado outros escritos da autora, sua relevância para a construção e consolidação da fortuna crítica dedicada a ela é inegável. Em seu artigo, o sociólogo analisa a produção acadêmica, dissertações e teses, em torno de Maria Firmina dos Reis, defendidas em programas de pós-graduação brasileiros entre 1987 e 2016. Os resultados preliminares obtidos por ele, baseados nos trabalhos disponíveis no Banco de Teses e Dissertações da Capes, revelam que foram incluídos um total de 22 trabalhos, sendo 4 teses e 18 dissertações, após uma busca realizada entre os meses de novembro e dezembro de 2017 para garantir a inclusão de todas as pesquisas até o ano de 2016 no repositório oficial da Capes. Zin (2018b) categoriza o material analisado em três grupos distintos:

i) Trabalhos sobre Maria Firmina dos Reis, referente aos estudos que se debruçam sobre a vida e a obra da escritora maranhense; ii) Trabalhos sobre Maria Firmina dos Reis em perspectiva comparada, atinente às pesquisas que investigam a obra da romancista em diálogo com demais obras de escritoras que atuaram no mesmo período ou em períodos posteriores ao vivido por ela; e, finalmente, iii) Trabalhos sobre temas diversos que passam pela obra de Maria Firmina dos Reis, alusiva aos estudos que analisam um determinado aspecto social, político ou econômico e que, para isso, se utilizam da obra de Maria Firmina dos Reis como fonte documental para a compreensão de um dado período histórico (Zin, 2018b, p.64).

Para atualizar a pesquisa desse autor, brevemente, foram consultados dados sobre dissertações e teses relacionadas a Maria Firmina no repositório oficial da Capes³¹. Durante o período de sete anos (2017-2023), foi encontrado um total de 46 trabalhos disponíveis para consulta, dos quais 39 são dissertações de mestrado e 7 são teses de doutorado. Chama a atenção o expressivo aumento de trabalhos nos anos de 2022 e 2023, somando 26 no total, sendo 12 em 2022 e 14 em 2023. O Detalhamento sobre essa produção acadêmica de 2017 até 2023 será feito mais adiante.

Outra pesquisadora com uma contribuição relevante é Fernanda R. Miranda (2019), que em seu livro *Silêncios prEscritos: estudo de romance de autoras negras brasileiras (1859-2006)* propõe a criação de um *corpus* de narrativas de autoras negras brasileiras como forma de confrontar o silenciamento imposto a essas

³¹ Na busca, realizada em 29 de abr. de 2024, a palavra-chave utilizada foi “Maria Firmina dos Reis”.

escritoras e suas obras, incluindo Maria Firmina dos Reis. Segundo a autora, Firmina “inscreve pela primeira vez no arquivo textual nacional a captura de quem foi escravizado” (Miranda, 2019, p. 109). Isso fica evidente no trecho abaixo em que a personagem escravizada do romance *Úrsula*, Susana, estava a caminho do trabalho quando é aprisionada:

[...] E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira – era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se de minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível a sorte me reservava ainda longos combates [...] (Reis, 2018b, p. 180-181).

A descrição feita pela personagem Susana reflete, de forma precisa, a brutalidade e a desumanidade com que os negros eram tratados desde os navios que atravessavam o Atlântico até sua chegada às terras brasileiras. Como observa Mbembe (2014), suas vidas eram consideradas supérfluas, com um valor tão baixo que não se equiparava nem mesmo ao de uma mercadoria, e muito menos ao de uma vida humana. Essa existência era desprovida de qualquer reconhecimento de valor ou dignidade, reduzida a uma mercadoria que circulava no mercado de escravização. Ao descrever meticulosamente os horrores enfrentados pelos negros africanos, desde sua captura até os cativeiros, Firmina inova ao oferecer aos leitores do século XIX uma visão impactante do tratamento desumano que lhes era imposto. Sua narrativa abrange desde a dolorosa captura até a separação das famílias, o sofrimento durante a travessia do oceano Atlântico e a degradação contínua do corpo negro.

O pesquisador e professor de literatura estadunidense, Charles Martin (2021, p. 86), autor da introdução da terceira edição do romance *Úrsula*, diz que a obra “afirma a totalidade do negro em um retrato único de sua época ao apresentar esses personagens como indivíduos refinados, pensantes e observadores que, além disso, haviam sido arrancados da liberdade, cultura e história dos ancestrais.

Outro pesquisador importante para os estudos sobre Maria Firmina é o professor Eduardo de Assis Duarte, que contribuiu com diversos artigos e textos, incluindo o posfácio da quarta edição de *Úrsula*, publicada pela editora Mulheres em 2004. Duarte (2004, p. 276-277) destaca que o discurso antiescravista presente na obra de Maria Firmina “soa subversivo frente aos estereótipos do bom senhor e do escravo contente”. O autor ressalta que as personagens periféricas criadas por

Firmina trazem uma percepção característica da ancestralidade de outras civilizações, que, aparentemente, foram abandonadas e reprimidas pelo discurso do “paraíso tropical brasileiro” (Duarte, p. 276), e, ainda, que Firmina questiona a credibilidade desse discurso presente nas obras literárias oitocentistas. Dessa forma, o discurso abolicionista de Maria Firmina centra-se na humanização, condenando a escravização por invalidar os padrões de humanidade a que todos têm direito.

Até aqui foram explorados diversos aspectos relacionados à vida e à obra de Maria Firmina dos Reis, destacando sua importância como pioneira da literatura brasileira e sua significativa contribuição para a representação das vozes marginalizadas em sua época. Discutiu-se sobre como Firmina desafiou as normas patriarcais e eurocêntricas de sua época, abordando questões sociais, de gênero e raças em seus escritos. Também, pôde-se observar como sua obra, por muito tempo posta ao esquecimento, vem sendo resgatada e valorizada, cada vez mais nas últimas décadas, graças aos esforços de pesquisadores como Eduardo de Assis Duarte, Luiza Lobo, Norma Telles, Charles Martin, Rafael Balseiro Zin, Agenor Gomes, Luciana Diogo, Fernanda R. Miranda, entre tantos outros.

A obra de Firmina pode ser compreendida dentro de uma reflexão crítica que resgata a importância de sua escrita enquanto uma proposição de novas formas de representação e resistência contra as estruturas dominantes da época. Como aponta Conceição Evaristo (1996) a visão do “outro” como desviante da norma tem sido uma constante na História, e a literatura brasileira não foi exceção, nesse contexto:

Colocar o outro como desviante da norma, como aquele que foge ao padrão, como aquele que até pode viver o seu exotismo, é apenas a perduração de um discurso comparatista racista, em que o outro continua apenas cumprindo o seu papel de objeto, sendo-lhe negado o papel de sujeito, de agente da sua própria história. É preciso, ao pensar o outro sob o prisma da diferença, não pensá-lo como um desviante da norma, de um modelo universal, mas como um indicador de outras posturas possíveis (Evaristo, 1996, p. 3).

Essa visão se complementa com a análise de Duarte (2018), que afirma que Firmina foi uma mulher do seu tempo e do seu País. A autora não se limitou a ser uma escritora que apenas refletia passivamente os acontecimentos de sua época; foi uma agente ativa na construção de uma literatura que clamava por novos tempos, por um novo olhar sobre as questões sociais e raciais do Brasil, ou seja, estava “de olhos e ouvidos abertos ao ‘seu tempo’ e ao ‘seu país’” (Duarte, 2018, p. 9).

Sua escrita não pode ser reduzida a um simples reflexo das normas românticas da época, mas deve ser vista como um ato de resistência, um convite para se repensar as estruturas vigentes e a representação dos sujeitos historicamente oprimidos. Firmina buscou, assim, abrir um espaço para que novas narrativas pudessem surgir, ultrapassando os limites impostos pelo pensamento colonial e pelo racismo estrutural que ainda moldavam a literatura e a sociedade brasileiras de seu tempo.

bell hooks (1995, p. 468) também oferece uma base fundamental para entender a trajetória de Maria Firmina dos Reis. Para ela, a/o “intelectual é alguém que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas porque ele ou ela vê a necessidade de fazê-lo”, indicando a importância de ultrapassar as limitações impostas pelas convenções para construir novas formas de conhecimento. Para a mulher negra, esse papel de intelectual é ainda mais desafiador, pois, como aponta a autora, muitas vezes, as imagens de intelectuais negras são invisibilizadas, sendo raramente associadas a mulheres.

No entanto, Maria Firmina, ao escrever sobre a escravização e a condição da mulher negra em uma sociedade profundamente segregada, se posiciona como uma intelectual transgressora. Sua obra rompe com as expectativas da literatura de sua época e, ao fazê-lo, contribui para a construção de novas narrativas e subjetividades, tornando-se, assim, uma figura essencial no movimento de descolonização das mentes e das histórias marginalizadas.

A luta de Maria Firmina dos Reis, ao contrário do que se pode imaginar, não foi uma busca pelo distanciamento de sua comunidade ou um movimento elitista. Pelo contrário, sua obra reflete um profundo compromisso com a luta social, com a busca pela libertação dos sujeitos silenciados. Ela entendeu que a intelectualidade não era um fim em si mesma, mas um meio de promover mudanças e de dar visibilidade aos grupos marginalizados. Seu trabalho literário reflete, portanto, uma união entre o saber e a ação, entre o intelectual e a comunidade, o que também é apontado por bell hooks (1995), quando escreve:

essa experiência forneceu a base de minha compreensão de que a vida intelectual não precisa levar-nos a separar-nos da comunidade mas antes pode capacitar-nos a participar mais plenamente da vida da família e da comunidade. Confirmou desde o início o que líderes negros do século XIX bem sabiam — o trabalho intelectual é uma parte necessária da luta pela libertação fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ou

exploradas que passariam de objeto a sujeito que descolonizariam e libertariam suas mentes (hooks, 1995, p. 466).

Maria Firmina, com sua escrita, foi capaz de transitar entre o papel de intelectual e ativista, utilizando sua literatura para desafiar as normas da sociedade de seu tempo e para engajar-se na luta de libertação das vozes oprimidas. Seu trabalho se tornou uma ferramenta de reconstrução, tanto das mentes quanto das histórias das pessoas negras, especialmente das mulheres. Ela não apenas denunciou as injustiças do seu tempo, mas também se posicionou como uma intelectual que contribui para a construção de novas formas de conhecimento, nas quais os sujeitos marginalizados pudessem, finalmente, assumir o controle de suas próprias narrativas.

Além disso, analisa-se brevemente como a crítica literária tem reconhecido a importância de Firmina como uma voz fundamental na denúncia da escravização e na busca pela humanização das personagens negras em um contexto social profundamente desigual. Por fim, o aumento significativo de estudos acadêmicos dedicados a Maria Firmina nos últimos anos é observado, evidenciando um maior interesse por sua obra e legado. Essa tendência sugere um reconhecimento crescente da importância de Firmina como uma das figuras mais relevantes da literatura brasileira, cujo trabalho continua a ressoar e inspirar novas gerações de escritores e pesquisadores.

2.3.1 Mapeando pesquisas: um olhar para a produção acadêmica recente

Conforme já anunciado, ao pesquisar no banco de teses e dissertações da Capes, foram identificados 46³² trabalhos relacionados a Maria Firmina dos Reis e/ou suas obras. A consulta no repositório foi realizada utilizando a palavra-chave “Maria Firmina dos Reis”. Com o intuito de mapear e oferecer um panorama do que os pesquisadores estão estudando sobre Firmina uma tabela com essas teses e dissertações foi formulada. Esse material está disponível no item anexo (Anexo A) desta dissertação. As pesquisas seguem alguns eixos norteadores interessantes: estudos relacionados à vida e obra de Firmina, estudos comparativos, estudos de gênero e raça, e outras temáticas.

³² As referências completas dessas dissertações e teses, pode ser visualizada no Anexo A, ao final desta dissertação.

Dentre as pesquisas listadas, 7 trabalhos exploram temáticas comparativas, enquanto 13 trabalhos se dedicam ao estudo do romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis. Algumas concentram-se exclusivamente na análise detalhada e na interpretação do romance sem realizar comparações com outras obras literárias ou autorais. Em contraste, outras pesquisas mencionam ou comparam *Úrsula* com diferentes contextos literários, autorais ou históricos, ampliando assim o entendimento sobre a obra da autora maranhense dentro de um contexto mais amplo da literatura brasileira e dos estudos afro-brasileiros.

Também é perceptível que o romance *Úrsula* é o texto mais referido, recebendo atenção significativa em 13 dissertações. Por outro lado, o conto “A escrava”, a novela indianista *Gupeva* e os poemas *Cantos à beira-mar* são menos analisados ou até mesmo ignorados, aparecendo com menor frequência nas pesquisas acadêmicas sobre a autora. Essa disparidade sugere uma predominância de interesse em torno do romance, possivelmente devido à sua importância como uma obra fundacional da literatura afro-brasileira e abolicionista, enquanto outras obras de Maria Firmina dos Reis ainda carecem de uma análise mais aprofundada e amplamente reconhecida.

Observa-se, ainda, que as temáticas relacionadas ao feminismo são frequentes: entre as 46 pesquisas analisadas, 17 incluem termos como “mulher”, “feminino”, “feminismo” e “gênero” em seus títulos. Notavelmente, todos esses estudos são conduzidos por autoras femininas. Essa contagem revela que o interesse em estudar uma mulher negra maranhense, como Maria Firmina dos Reis, é predominantemente conduzido por mulheres, que frequentemente exploram sua obra e vida sob a perspectiva dos estudos femininos e/ou feministas.

Por fim, das pesquisas listadas, um total de 31 trabalhos aborda explicitamente temáticas relacionadas à raça e etnia em seus títulos. Esses estudos utilizam termos como “raça”, “etnia”, “afro-brasileira”, “negras”, “negro” e “abolicionista” para explorar diferentes aspectos das obras de Maria Firmina dos Reis. Em particular, focam na forma como a autora tratou essas questões em seu romance *Úrsula* e em outros contextos literários e históricos. Além disso, dos trabalhos mencionados, 19 dissertações e teses se dedicam diretamente às temáticas de escravização e abolicionismo. Estes estudos examinam como Firmina abordou esses temas em sua obra, contextualizando essas questões dentro do cenário histórico e social do Brasil do século XIX: não apenas exploram a representação da escravização, mas também

analisam o ativismo abolicionista presente na escrita da autora maranhense, destacando seu papel na luta pela liberdade e dignidade dos afro-brasileiros durante aquele período histórico.

A investigação sobre a presença, principalmente de *Úrsula*, nas dissertações e teses brasileiras, a partir dos dados coletados por Zin (2018b), no período de 1987 a 2016 e da presente dissertação (2017-2023), oferece uma visão quantitativa da produção acadêmica dedicada à obra. Nesse cenário, o romance aparece como uma porta de entrada para a exploração mais abrangente da literatura de Firmina. Contudo, a quantidade de estudos, até agora realizados, indica que o campo de pesquisa ainda é vasto e inexplorado. Ao comparar-se as 73 dissertações e teses sobre a autora maranhense com a quantidade de pesquisas dedicadas a outros autores consagrados no cânone literário, é nítida a percepção sobre esse número representar apenas uma fração do que seria esperado em termos de produção acadêmica em um período equivalente. Esse dado ressalta a urgência de se ampliar as investigações sobre o legado completo de Firmina.

Ademais, não há, até o momento, qualquer estudo que se proponha a investigar a relação entre o conceito contemporâneo de necropolítica e a obra de Maria Firmina dos Reis. A ausência dessa reflexão aponta para a necessidade de uma pesquisa que explore a relevância desse conceito para uma interpretação mais profunda do legado literário de Firmina. Como ela própria afirma: “Deixai, pois, que a minha *Úrsula* [...] caminhe entre vós” (Reis, 2018b, p. 26).

A partir de 2017, observa-se uma ampliação do escopo das dissertações e teses que passaram a contemplar não apenas *Úrsula*, mas o conjunto da obra de Maria Firmina. Nesse sentido, o romance desempenha uma função dupla: inicialmente, foi o foco principal nas discussões sobre a autora, mas, ao longo do tempo, passou a servir como um ponto de partida para uma análise mais profunda da produção de Firmina. Desde a década de 1970, a obra se consolidou como um dos principais objetos de estudo, além de ser um fator chave para o crescimento da crítica literária em relação à autora. Dessa forma, as pesquisas sobre a trajetória de Maria Firmina dos Reis continuam em evolução, e muitos aspectos de sua obra ainda permanecem por ser descobertos.

Essa expansão do campo de pesquisa pode ser compreendida no contexto das recentes transformações socioculturais, em que políticas antirracistas, feministas e de inclusão vêm ampliando o espaço para a pluralidade étnica e a valorização de

vozes historicamente silenciadas. Na pós-modernidade, discursos centralizadores e colonialistas são progressivamente questionados, deslocados ou deslegitimados, abrindo caminho para debates descentralizados e perspectivas decoloniais que fortalecem o interesse por autores como Maria Firmina dos Reis.

Nesse sentido, a reflexão da teórica Aleida Assmann (2011) é fundamental para entender os processos de inclusão e exclusão na memória cultural:

A lembrança cultural do nome próprio é um privilégio altamente exclusivo; isso foi reafirmado também pela pesquisa feminista no exemplo da instituição da autoria. Barbara Hahn demonstrou que “o nome de um autor não é natural, mas efeito da escrita em um sistema específico da produção de textos (Assmann, 2011, p. 66).

A permanência ou exclusão de um autor no cânone literário depende das instituições sociais responsáveis pela consagração ou ostracismo, pela honra ou excomunhão cultural. A pesquisa feminista reforça que a noção de “grandeza” literária é uma construção histórica e social, predominantemente feita por homens e para homens, o que torna urgente a ampliação das investigações que rompem com essa lógica, ampliando também o reconhecimento de autoras negras como Maria Firmina dos Reis.

O fortalecimento das políticas de ações afirmativas nas universidades brasileiras tem ampliado significativamente o ambiente institucional para o desenvolvimento de estudos sobre literaturas negras, favorecendo a valorização de autoras como Firmina.

Ao mesmo tempo, a consolidação dos estudos decoloniais e de gênero tem reconfigurado os paradigmas tradicionais de leitura, abrindo espaço para interpretações que problematizam as estruturas de poder e o racismo presentes nas obras e em seus contextos históricos. A articulação entre redes acadêmicas e movimentos militantes dedicados à valorização da literatura negra tem intensificado a circulação dessas narrativas, estabelecendo conexões produtivas entre pesquisa, militância e políticas culturais.

Além disso, o crescente acesso a repositórios acadêmicos online, juntamente com o reconhecimento da autora em vestibulares, políticas públicas culturais e currículos escolares, tem contribuído para consolidar a presença de Maria Firmina dos Reis no campo literário e acadêmico contemporâneo. Essas dimensões interligadas configuram um quadro em que Firmina não apenas retoma seu lugar na história

literária, mas se estabelece como uma das referências para debates sobre memória, identidade e justiça social.

3 O PROJETO LITERÁRIO DE MARIA FIRMINA DOS REIS E O SILENCIAMENTO DO PASSADO

Este capítulo investiga como o silenciamento histórico das narrativas negras se insere em uma estrutura de dominação intelectual e política, sustentada por mecanismos como o Biopoder, a Necropolítica e a História Única. Partindo das reflexões de Michel-Rolph Trouillot, Michel Foucault, Achille Mbembe, Frantz Fanon e Lélia Gonzalez, analisou-se como a produção historiográfica e acadêmica ocidental marginalizou eventos como a Revolução Haitiana e deslegitimou intelectuais negros/as, reforçando uma hierarquia racial que ainda persiste. A partir do conceito de Biopoder e da Necropolítica, discute-se como a normatização de corpos e a exclusão de vozes negras do cânone literário e intelectual operam como ferramentas para sustentar esse sistema. Além disso, a crítica de Chimamanda Ngozi Adichie à História Única é incorporada, refletindo sobre os efeitos dessa narrativa na construção de estereótipos e na negação da subjetividade negra.

No contexto da obra de Maria Firmina dos Reis, foi investigado como seu projeto literário - que pode ser compreendido sob o subtítulo *O projeto firminiano: subversão da subjetividade colonial* - contesta essas estruturas, reivindicando espaços de enunciação para sujeitos historicamente silenciados. Ao longo do capítulo, busca-se evidenciar como a resistência a essas dinâmicas opressoras passa pelo reconhecimento das múltiplas narrativas que desafiam o discurso hegemônico e pela valorização do pensamento negro como elemento central na reconstrução de uma história mais plural e justa.

3.1 O OUTRO: COLONIALIDADE E APAGAMENTO DA MEMÓRIA NEGRA

Michel-Rolph Trouillot (1995), em sua obra *Silenciando o passado*, argumenta que a intelectualidade europeia, historicamente, atribuiu um lugar de incapacidade às pessoas negras. Este posicionamento serviu para perpetuar uma narrativa de dominação e silenciamento das contribuições e resistências do povo negro. Ao refletir sobre a Revolução Haitiana, Trouillot (1995, p.173) destaca que este evento “contradiz muito do que o Ocidente conta de si mesmo, para si e para os outros”. A Revolução Haitiana, ocorrida entre 1791 e 1804, foi um marco significativo de resistência negra, desafiando as ideologias raciais estabelecidas na época. O autor aponta que o

silenciamento desse episódio revolucionário “é mais um capítulo de uma narrativa de dominação global” (Trouillot, 1995, p.173). Ao minimizar ou ocultar essa revolução, o ocidente nega a agência histórica do povo negro.

A partir da ideia de Trouillot (1995), entende-se que os escritos de escritores/as negros/as permanecem desconhecidos não apenas por contradizerem essa concepção hegemônica sobre a questão de raça, mas também porque são produzidos por indivíduos não reconhecidos como pessoas capazes de produzir conhecimento de grande alcance e de grande valor. Essa abordagem vem ao encontro com o que Fanon (2008, p. 147) diz: “o branco está convencido de que o negro é um animal” e que esse indivíduo tem a necessidade de se defender do diferente. Essa narrativa de silenciamento não apenas deturpa a história, mas também perpetua a marginalização dos sujeitos negros no presente.

A análise de Trouillot (1995) revela como a historiografia ocidental, muitas vezes, omite ou distorce eventos que não se alinham com suas narrativas de superioridade e progresso. Assim, o autor nos convida a reconsiderar e reescrever a história, reconhecendo as lutas e contribuições dos povos negros como centrais para a compreensão da história global.

Essa necessidade de reescrita da história também é discutida por Gonzalez (2020) que ao analisar os efeitos do colonialismo evidencia como suas estruturas consolidaram o racismo moderno e moldaram a produção acadêmica ocidental. No ensaio *A categoria político-cultural da Amefricanidade*, incluído no livro *Por um feminismo afro-latino-americano*, a autora propõe uma reflexão crítica sobre acontecimentos históricos como a Revolução Haitiana, relacionando-os à evolução do colonialismo e à sua influência na configuração das hierarquias raciais contemporâneas. Segundo a autora o colonialismo europeu, conhecido hoje, começou a ser definido na segunda metade do século XIX. Para ela, nesse mesmo período, o racismo se consolida como “ciência da superioridade eurocristã (branca e patriarcal)” (Gonzalez, 2020, p. 129). Nesse sentido, esse modelo influenciou e continua influenciando a produção acadêmica e intelectual ocidentais.

Ao encontro com Trouillot (1995) e Fanon (2008), Gonzalez (2020) destaca que esse processo encontrou terreno fértil em uma longa tradição etnocêntrica pré-colonial (séculos XV a XIX),

[...] que considerava absurdas, supersticiosas ou exóticas as manifestações culturais dos povos “selvagens”, daí a “naturalidade” com que a violência etnocida e destruidora das forças do pré-colonialismo europeu se fez abater sobre esses povos (Gonzalez, 2020, p. 129).

Na segunda metade do século XIX, a Europa transformou essa abordagem em uma tarefa de explicação racional dos “costumes primitivos” e em uma questão de racionalidade administrativa de suas colônias.

Com o tempo, diante da crescente resistência dos colonizados, a violência colonial assumiu formas mais sofisticadas. Muitas vezes, essa violência não parecia mais violência, mas uma verdadeira expressão de superioridade. Gonzalez (2020), assim como Fanon (2008), ilustra os efeitos de alienação gerados pela eficácia da dominação colonial, evidenciando como essa suposta superioridade não passava de uma estratégia para perpetuar a subjugação desses povos.

Esse fenômeno está intimamente relacionado ao que Chimamanda Ngozi Adichie (2009) alerta sobre os perigos de uma História Única. Ao restringir as narrativas a um único ponto de vista, corre-se o risco de reforçar estereótipos. O problema não é que esses estereótipos sejam mentiras, mas sim que são profundamente incompletos. Essa visão limitada, por sua vez, é um reflexo direto do pensamento colonial. Falar da História Única, portanto, não apenas é falar de uma narrativa simplificada, mas de uma estratégia de poder, pois as histórias que prevalecem e as perspectivas que dominam são sempre aquelas que estão alinhadas aos interesses dos grupos detentores do poder.

Adichie (2009) argumenta que o poder não se resume à habilidade de contar histórias sobre fatos ou sociedades; trata-se de como esse poder constrói uma narrativa, a interpretação predominante sobre algo ou alguém, a ponto de todos pensarem e reproduzirem essa história como única e válida. “A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos” (Adichie, 2009, p. 14). E conclui: “quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre lugar nenhum, reavemos uma espécie de paraíso” (p. 33).

Nesse contexto, é impossível falar sobre a construção da História Única sem considerar a questão do poder. Como observa Trouillot (1995), o silenciamento de eventos como a Revolução Haitiana reflete uma narrativa de dominação global que busca apagar a autonomia histórica de povos negros, reforçando a ideia de

inferioridade racial. Esse silenciamento histórico não é apenas uma exclusão acidental, mas uma ação deliberada, que, como aponta Roger Chartier (2002), está sujeita às censuras de quem detém o poder sobre palavras e gestos.

Todo o dispositivo que visa criar controle e condicionamento segrega táticas que o domesticam ou o subvertem; contrariamente, não há produção cultural que não empregue materiais impostos pela tradição, pela autoridade ou pelo mercado e que não esteja submetida às vigilâncias e às censuras de quem tem poder sobre as palavras ou os gestos (Chartier, 2002, p. 137)

Assim, o biopoder (Foucault, 2024), corrobora com as ideias já apresentadas, evidenciando como técnicas de controle sobre corpos e populações foram essenciais para a manutenção de um sistema econômico e político baseado na exploração e exclusão. Ao normatizar corpos e relegar populações inteiras à subalternidade, o biopoder dialoga com as reflexões de Lélia Gonzalez (2020), que analisa o racismo como uma ciência da superioridade eurocristã. A legitimação dessas hierarquias raciais tem suas raízes no colonialismo europeu, consolidando um modelo de dominação que ainda persiste.

Fanon (2008) discute de forma contundente o controle colonial sobre narrativas e corpos. E descreve como o colonizado internaliza sua suposta inferioridade diante da cultura hegemônica: “a civilização branca, a cultura europeia, impuseram ao negro um desvio existencial [...] que aquilo que se chama de alma negra é frequentemente uma construção do branco” (Fanon, 2008, p. 30). Essa construção posiciona o negro na zona do não ser, onde sua existência é reconhecida apenas enquanto corpo, na medida em que o europeu define os saberes e atributos que serão associados a ele.

Isso se manifesta nas insinuações reducionistas que desumanizam o negro, tais como “a negra é quente”, “o negro é forte”, “tem gingado”, “bom corredor”, entre outras. Tais estereótipos não apenas perpetuam a inferiorização, mas também consolidam a ideia de que a subjetividade negra é inexistente ou irrelevante. Fanon (2008, 147) reforça que essa desumanização é intrinsecamente ligada à necessidade do branco de caracterizar o Outro como uma ameaça ou como algo a ser dominado: “O branco está convencido de que o negro é um animal; [...]. Ele tem necessidade de se defender deste ‘diferente’, isto é, de caracterizar o Outro”.

Esse processo de caracterização do negro como *corpo-objeto*³³ e como ameaça legítima não apenas as práticas sustentadas pelas estruturas de violência simbólica, mas também o controle físico e social sobre os corpos negros. Trata-se de um mecanismo que opera no cerne do biopoder, ao normatizar e controlar populações racializadas em benefício da ordem colonial e pós-colonial.

A reflexão de Adichie (2009) sobre os perigos da História Única também se alinha a essa dinâmica. O poder de contar histórias não reside apenas em disseminá-las, mas na capacidade de definir o que é considerado verdade. A autora evidencia como a História Única reforça estereótipos que, embora possam conter fragmentos de verdade, são profundamente incompletos. Esses estereótipos “roubam a dignidade das pessoas” (Adichie, 2009, p. 14) e dificultam o reconhecimento de uma humanidade compartilhada. Assim, a narrativa única não é apenas uma questão de representação, mas de poder: ela é construída por aqueles que têm a capacidade de moldar as percepções coletivas e sustentar o status quo.

Portanto, a ideia de biopoder torna-se fundamental para compreender como as narrativas hegemônicas regulam e condicionam as formas de pensar, viver e existir. Ao excluir as subjetividades negras do cânone histórico e literário, o biopoder opera como uma ferramenta para reforçar o controle sobre populações marginalizadas. A supressão de escritores negros/as, como afirma Trouillot (1995), não se dá apenas pelo conteúdo de suas obras, mas porque estes indivíduos são sistematicamente deslegitimados como produtores de conhecimento válido.

A resistência a essas práticas de silenciamento exige, como Adichie (2009) sugere, a rejeição da História Única e a valorização de múltiplas narrativas que desafiem as estruturas de poder. Trouillot (1995) e Gonzalez (2020) reforçam que reescrever a história e reconhecer as contribuições e lutas dos povos negros é um ato político que desafia diretamente o biopoder e suas estratégias de exclusão. Assim, ao revisar obras de autores negros/as e ao reconhecer suas contribuições, perspectivas,

³³ O conceito de *corpo-objeto* aparece em diferentes tradições teóricas. Na filosofia existencialista feminista, Simone de Beauvoir (2016) já denunciava a redução do corpo feminino a um objeto para o olhar e o desejo do outro, especialmente masculino. Em perspectiva decolonial e racial, Frantz Fanon (2008) analisa como o corpo negro é historicamente objetificado nas relações coloniais, sendo privado de agência e reduzido a um signo racial. Mais recentemente, autoras como Grada Kilomba (2019) reforçam que o corpo negro continua sendo tratado como objeto de discurso, fetichização ou controle, herdando as marcas do colonialismo e da escravidão. Esse entendimento é fundamental para compreender os mecanismos de desumanização operados tanto pela necropolítica quanto pelo biopoder.

antes silenciadas, são trazidas à tona e abre-se espaço para uma compreensão mais plural e justa da história.

Com base nessa análise da construção das imagens e narrativas, serão exploradas, no próximo subtítulo, como essas representações refletem as questões sociais e raciais de forma mais ampla com observações mais aprofundadas da relação entre a literatura e os processos de Necropolítica e Biopoder.

3.2 MECANISMOS DE CONTROLE SOBRE O CORPO NEGRO: BIOPODER, BIOPOLÍTICA E NECROPOLÍTICA

Foucault (2024), em seu livro *História da sexualidade*, identifica, a partir do século XVII, uma transformação na organização do poder, que passa de um modelo centrado no direito de morte para um modelo que privilegia a gestão da vida. Nesse cenário, o poder soberano, anteriormente caracterizado pelo “deixar viver e fazer morrer,” dá lugar ao Biopoder, que se articula em torno da produção da vida e da possibilidade de “deixar morrer” (Foucault, 2024, p. 146). Essa reconfiguração do poder altera suas dinâmicas fundamentais, deslocando a lógica de confisco e subtração para um foco na otimização e multiplicação dos corpos, promovendo o que o autor descreve como um contínuo e incansável processo de incitação e docilização. Esse novo regime opera mediante técnicas disciplinares e dispositivos de controle que visam tanto o indivíduo quanto a população.

Além disso, as técnicas de adestramento corporal, desenvolvidas ao longo do século XVIII, são exemplares dessa transformação. Nesse período, as intervenções sobre o corpo deixam de ser exclusivamente punitivas e passam a considerar o indivíduo como parte de um “corpo-espécie” (Foucault, 2024). Esse conceito, por sua vez, introduz uma abordagem coletiva em que o corpo individual é moldado para servir a um propósito maior: a manutenção e expansão da ordem social. O que Foucault (2024) vai chamar de biopolítica, essa articulação complementar do biopoder, responsável por regular fenômenos como taxa de natalidade, fluxos migratórios, epidemias e longevidade. Ao contrário das disciplinas, que individualizam os sujeitos, a biopolítica massifica os indivíduos, tratando-os enquanto coletividade biológica.

Na interseção entre o controle disciplinar do corpo e a biopolítica da população, Foucault (2024) situa a sexualidade como elemento central. Essa

dimensão política da sexualidade, segundo o autor, conecta-se tanto à dimensão corporal do homem quanto à sua condição enquanto membro de uma espécie que se reproduz. Ele aponta que, ao longo do século XIX, a sexualidade torna-se objeto de uma vasta produção discursiva, que busca compreender sua natureza indefinível e instável.

Portanto, o biopoder, ao se instituir como um mecanismo de controle que atravessa todas as esferas da vida, visa determinar condutas, produzir subjetividades e consolidar hierarquias sociais. Esse poder disciplinar incide não apenas sobre a sexualidade, mas sobre os corpos de maneira geral, moldando-os segundo normas e padrões impostos. Nesse sentido, Foucault (2014), em *Vigiar e Punir*, evidencia que:

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “máquina do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer [...]. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis” (Foucault, 2014, p. 135, ênfase do autor).

A partir das reflexões de Foucault (2024), Mbembe (2014) expande essas discussões ao destacar o papel central da raça na construção do corpo político durante a ordem colonial. Para ele, a raça funciona como um princípio estruturante que classifica os seres humanos em categorias hierarquizadas, legitimando a exploração e a violência sistemática. A escravização de milhões de pessoas negras, o extermínio de populações indígenas e a anexação de territórios coloniais são práticas que emergem desse entrelaçamento entre biopoder e colonialismo.

Qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras instâncias da experimentação biopolítica. Em muitos aspectos, a própria estrutura do sistema de colonização e suas consequências manifesta a figura emblemática e paradoxal do estado de exceção (Mbembe, 2016, p. 130).

Nas palavras de Mbembe (2014, p. 42) “os africanos e seus progenitores tornam-se escravos perpétuos”) com seus corpos subordinados à lógica produtiva e à vontade de seus senhores. No ensaio *Necropolítica: biopoder soberania estado de exceção política da morte*, Mbembe (2016, p. 131) afirma que a condição de

escravizado resulta de uma tripla perda: a perda de um lar³⁴, dos seus direitos sobre o corpo e do seu status político. Esses despojos equivalem a dominação absoluta, alienação ao nascer e morte social, isto é, a expulsão da humanidade de modo geral.

Esse regime necropolítico opera mediante a produção de um vínculo social fundamentado na submissão e na exploração do corpo negro, que é exposto à máxima violência e reduzido à condição de instrumento. Segundo Mbembe (2014, p. 40) “produzir o negro é produzir um vínculo social da submissão e um corpo de exploração”. Trata-se de um processo que institucionaliza o racismo como estrutura de sustentação de Estados coloniais e pós-coloniais, cujas riquezas foram construídas a partir do saque, da escravização e da eliminação sistemática de populações negras e indígenas. Mbembe (2016) argumenta que:

as formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte (necropolítica) reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror. Demonstrei que a noção de biopoder é insuficiente para explicar as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte. Além disso, propus a noção de necropolítica e necropoder para explicar as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos” (Mbembe, 2016, p. 146).

Essa lógica de necropolítica é, por sua vez, coroada pelo estado de exceção, isto é, pela suspensão temporária do Estado de Direito, que se torna uma regra permanente. Mbembe (2016) afirma:

Na estrutura político-jurídica do campo [de concentração] [...] o estado de exceção deixa de ser uma suspensão temporal do estado de direito. De acordo com Agamben, ele adquire um arranjo espacial permanente, que se mantém continuamente fora do estado normal da lei (Mbembe, 2016, p. 124).

No cruzamento entre biopoder, biopolítica e necropolítica o corpo negro torna-se um ponto central de controle e resistência. Sua inferiorização sistemática, tanto em termos simbólicos quanto materiais, é uma estratégia fundamental para a manutenção das hierarquias impostas pelo colonialismo e pelo capitalismo racial. Além disso, as expressões culturais originárias dos povos negros, frequentemente tratadas com

³⁴ No contexto da escravidão, o termo “lar” não se restringe ao espaço físico da moradia, mas abarca a ideia mais ampla de pertencimento social, cultural e afetivo. A perda do lar implica a ruptura com as raízes comunitárias e identitárias do indivíduo, configurando um deslocamento forçado e a negação de um espaço de segurança e dignidade, o que aprofunda a alienação e a desumanização do escravizado (Mbembe, 2016).

desprezo e proibidas, são suprimidas por mecanismos de normatização que buscam aniquilar identidades e subjetividades dissidentes. No contexto necropolítico, essa regulação adquire dimensões ainda mais perversas, ao justificar a eliminação de corpos considerados supérfluos ou perigosos para a ordem social.

Apartado de sua terra, de sua família, de seu nome, de suas crenças, de sua língua e da própria condição de pessoa, o sujeito negro, ao ser escravizado e desembarcar no Brasil, vivencia um processo brutal de desumanização. Esse movimento transforma o sujeito em “corpo-mercadoria”, “corpo-coisa”, “corpo-moeda” (Mbembe, 2014), apagando sua identidade e o reduzindo a um objeto de troca nos mercados coloniais. Para o autor, a verdadeira universalidade do termo “negro” não reside na repetição de uma identidade estigmatizada, mas na diferença radical que é necessária para a compreensão dessa condição.

[...] é preciso procurar a universalidade do nome “Negro” não do lado da repetição, mas do lado da *diferença radical*, *sem a qual a declosão*³⁵ do mundo é impossível. É em nome dessa diferença radical que é preciso reimaginar “o negro” como a figura daquele que está a caminho, que está pronto a se pôr a caminho, que experimenta o arranhamento e a estranheza (Mbembe, 2014, p. 268, ênfase do autor).

Nos anúncios de compra e venda de escravizados, registrados pela imprensa ao longo do século XIX, essa lógica mercantil se tornava evidente, como aponta Jaime Pinski (1994). Em tais anúncios, os negros cativos eram descritos por suas supostas qualidades “como a humildade, conformismo, ausência de vícios ou defeitos e boa saúde” (Pinski, 1994, p. 32), características que aumentavam seu valor comercial. Além de vendidos e comprados, podiam ser alugados, utilizados como fiança ou mesmo trocados por bens móveis e imóveis, reforçando sua condição de propriedade.

O mercado de escravizados, como os que existiam nos portos de Salvador e Rio de Janeiro, exemplifica essa dinâmica. Como explica Pinski (1994):

É importante registrar aqui que o negro era tratado como mercadoria, não havendo preocupação alguma em se respeitar sua natureza humana. No mercado do Vallongo, no Rio de Janeiro, gravuras e descrições mostram negros à venda sendo examinados como animais: Pais e filhos eram separados sem o menor problema por compradores que não tinham, eventualmente, interesse na família inteira. Apenas em 1868, quando o grito

³⁵ O termo “declosão” (*déclousion*) foi desenvolvido por Jacques Derrida e Jean-Luc Nancy e significa o oposto de “eclosão” (*éclosion*), que indica o desabrochar ou desenvolvimento. A “declosão” remete, portanto, a um processo de desconstrução ou desenraizamento, conceito importante para o entendimento das críticas propostas por Mbembe.

contra a escravidão começou a penetrar de forma mais consistente nos ouvidos da opinião pública, saiu uma lei proibindo a venda de escravos debaixo de pregão e em exposição pública, [...] (Pinski, 1994, p. 32).

Escravizados eram avaliados e vendidos publicamente, reforçando sua transformação em corpo-objeto. Mais que uma retirada de direitos e liberdades, esse transformar no Outro inscreve a violência como pilar estruturante da relação entre colonizadores e colonizados. Portanto, a escravização, não é apenas uma prática econômica, mas um mecanismo de aniquilação da subjetividade, amparado por discursos de superioridade racial que legitimam a exploração e o controle. Trata-se de um sistema que reduz esses sujeitos à condição de mercadoria, negando-lhes humanidade, ao mesmo tempo que utiliza a violência física e simbólica como ferramentas de dominação.

Em *Úrsula*, Firmina explora essa dinâmica de maneira sensível e contundente por meio das histórias de Túlio, Susana e Antero. Túlio, escravizado e privado de sua liberdade, é retratado como mais do que um corpo submetido: ele é dotado de emoções, memórias e um profundo senso de justiça. Sua relação com Susana, também escravizada, revela a humanidade que o sistema colonial tenta incessantemente apagar.

Por outro lado, Susana carrega em seu sofrimento e em sua resistência uma denúncia contra a lógica da coisificação³⁶ que a reduz a uma propriedade de seus senhores. Antero, por sua vez, é uma figura central para essa crítica: um homem idoso, cuja vida foi marcada por anos de escravização, ele representa a experiência acumulada de gerações que vivenciaram a violência e a desumanização. Sua voz, carregada de sabedoria e dor, denuncia o impacto profundo e duradouro da escravização, ao mesmo tempo em que expressa uma resistência que transcende a opressão.

Essas personagens rompem com as narrativas predominantes de sua época que, frequentemente, desumanizavam os escravizados ou os relegavam a papéis secundários. Em vez disso, Túlio, Susana e Antero falam, sentem e resistem, e suas

³⁶ O termo coisificação designa o processo de desumanização pelo qual o sujeito é reduzido à condição de objeto. No contexto brasileiro, Sueli Carneiro (2019) utiliza esse conceito para evidenciar os efeitos conjugados do racismo e do sexismo sobre a mulher negra, submetida a uma dupla opressão que a expulsa da categoria de sujeito e a converte em instrumento — seja pela exploração do trabalho, pela objetificação do corpo ou pela negação de sua subjetividade. Como observa a autora, essas mulheres são tratadas “como objetos de consumo ou ostentação. Meros adornos do status e poder de um homem” (Carneiro, 2019, p. 94).

histórias desnudam a brutalidade da escravidão enquanto desconstroem os discursos de superioridade racial que legitimam essa prática.

Essa capacidade de trazer as experiências das personagens negras para o centro da narrativa é destacada por Mendes (2006), ao afirmar que:

No romance, as personagens protagonistas são brancas, e as negras são todas secundárias, mas muito significativas, já que através delas são abordadas questões fundamentais, como a problemática da escravidão negra. São as personagens negras e escravas que fazem com que o romance adquira um tom de denúncia, assim como expressa sentimentos de igualdade, fraternidade e liberdade, misturados a resignação e revolta. Enquanto outros autores da literatura do século XIX punham mordaças nas bocas dos negros, Maria Firmina Ihes dá voz, para expressarem suas angústias e anseios na terra estranha (Mendes, 2006, p. 98-99).

A crítica se intensifica no conto “*A escrava*”, como aponta Régia Agostinho da Silva (2013, p. 151): “Ao contrário do que fez em *Úrsula*, a fala antiescravista aqui não é carregada de subterfúgios. [...], a discussão sobre o elemento servil estava à tona”. As personagens Joana e seu filho Gabriel ilustram outra faceta da violência escravocrata: a destruição dos laços familiares. Joana, uma mulher escravizada, é brutalmente separada de seu filho, Gabriel, quando ele é vendido para outro senhor. Esse ato, um dos mais cruéis do regime escravocrata, evidencia como esse sistema não apenas explorava corpos, mas também destruía afetos e vínculos, fragmentando famílias e comunidades inteiras. A narrativa expõe visceralmente a dor de Joana, revelando o impacto psicológico da escravidão sobre aqueles reduzidos à condição de objetos de troca. Gabriel, ainda criança, simboliza a esperança arrancada, a infância roubada e o futuro negado aos sujeitos negros.

Essa realidade de desumanização e violência psíquica se conecta diretamente com o que Mbembe (2014) argumenta. Para ele, ao reduzir o corpo negro e a existência humana a simples marcadores de aparência, como a pele e a cor, a estrutura colonial construiu o negro e a raça como uma ficção biológica, transformando-os em figuras de “loucura codificada”. Como ele aponta:

Ao reduzir o corpo e o ser vivo a uma questão de aparência, de pele e de cor, outorgando à pele e à cor o estatuto de uma ficção de cariz biológico, os mundos euro-americanos em particular fizeram do negro e da raça duas versões de uma única e mesma figura: a da loucura codificada. Funcionando simultaneamente como categoria originária, material e fantasmática, a raça esteve, no decorrer dos séculos precedentes, na origem de inúmeras catástrofes, tendo sido a causa de devastações psíquicas assombrosas e de incalculáveis crimes e massacres (Mbembe, 2014, p. 11).

No coração do regime colonial está o necropoder³⁷ que estabelece quem deve viver e quem deve morrer, impondo uma hierarquia entre as vidas humanas (Mbembe, 2014). No contexto escravocrata, essa lógica transforma o corpo negro no principal alvo de subjugação, tanto como instrumento de exploração quanto como símbolo de resistência. O necropoder reforça a ordem colonial ao controlar vidas e mortes, consolidando um regime de violência contínua indispensável para a manutenção do colonialismo e do capitalismo racial. Além da opressão material, esse sistema inscreve no corpo negro marcas simbólicas de inferioridade e subalternidade, perpetuando a desumanização.

O romance *Um Defeito de Cor* (2006), de Ana Maria Gonçalves, é um exemplo significativo de como a literatura pode reconstruir a violência colonial e a dinâmica do necropoder por meio da trajetória da personagem Kehinde. Ao longo de sua vida, Kehinde vivencia as diferentes formas de subjugação do corpo negro, desde o processo de escravização até a liberdade. No entanto, a narrativa de Kehinde vai além da simples vitimização, apresentando-a como uma mulher que resiste à morte em suas diversas formas: física, simbólica e existencial.

Como destaca Miranda (2019),

O romance constrói uma narrativa para o cotidiano de uma mulher negra em suas relações, negociações, buscas, frustrações, alegrias, amores, enfim, enquanto sujeito que vive e resiste à morte (do corpo, da memória e da agência). Escrava, alforriada, fugida e livre, Kehinde experimentou todos os estados em que no passado se categorizou a vida da pessoa negra, e em todo eles produziu saídas e vias de existência (Miranda, 2019, p. 312).

A resistência de Kehinde às imposições do sistema colonial reflete não apenas sua luta contra a morte física, mas também contra a destruição de sua memória e da sua agência, aspectos fundamentais do necropoder. O necropoder, ao estabelecer quem vive e quem morre, não se limita ao controle sobre o corpo, mas se estende à aniquilação simbólica e à despossessão da subjetividade. A trajetória de Kehinde, que transita entre a escravização, a alforria e a liberdade, exemplifica as múltiplas formas de resistência a essa lógica de subordinação. Cada uma de suas

³⁷ O conceito de *necropoder*, proposto por Mbembe (2014), refere-se a uma forma de dominação que combina biopolítica e terror, controlando não apenas a vida, mas também decidindo quem pode viver e quem deve morrer. Em contextos de ocupação colonial, como na Palestina, o necropoder se manifesta na fragmentação territorial, na soberania vertical (vigilância e controle sobre a população) e na destruição da infraestrutura, criando uma realidade de morte contínua e aniquilação das condições de vida e resistência da população colonizada.

escolhas e ações se torna uma forma de subverter as estruturas de poder que visam à sua destruição.

Entretanto, a dominação colonial vai além da exploração física e econômica, estende-se ao controle do discurso, como argumenta Kilomba (2019). O silêncio imposto ao colonizado, uma das estratégias poderosas do colonialismo, visa esconder as verdades do Outro - como o colonialismo, a escravização e o racismo. Esses fatos, mantidos “em silêncio como segredos”, ameaçam a ordem colonial, pois, se revelados, forçam o colonizador a confrontar suas próprias contradições e violências. Nesse contexto, a ruptura desse silêncio torna-se um ato subversivo, pois, ao falar, o colonizado desafia as hierarquias discursivas, desestabilizando as estruturas de poder e reivindicando seu lugar como sujeito de sua própria história.

Assim, o corpo negro, mesmo marcado pela violência, carrega em si a potência da resistência. Kehinde exemplifica essa luta ao desafiar as estruturas coloniais que tentam silenciá-la, transformando sua existência em um ato de insurgência. No entanto, essa resistência não se encerra no contexto do século XIX. A palavra, nesse sentido, torna-se arma, e a memória, um território de contestação que se perpetua em diferentes temporalidades.

Da mesma forma, as personagens de Maria Firmina dos Reis também incorporam essa força insurgente. Figuras como Susana, Túlio, Antero, Joana e Gabriel denunciam as violências do sistema escravocrata e afirmam sua humanidade por meio da memória e da linguagem. Mesmo submetidas às estruturas de opressão, suas vozes resistem ao silenciamento, revelando-se como corpos-memória³⁸ — tal como Kehinde, e transformando sua existência em ato político de enfrentamento à colonialidade.

No contexto contemporâneo, a escrita de autoras negras continua a expor as marcas da violência estrutural e a reivindicar a voz dos sujeitos historicamente silenciados. Carolina Maria de Jesus, em *Quarto de Despejo* (1960), revela a

³⁸ A expressão “corpos-memória” é uma formulação interpretativa construída a partir dos conceitos de Leda Maria Martins (2021b), especialmente aqueles ligados à ancestralidade, ao tempo espiralar e à centralidade do corpo como suporte de inscrição e de transmissão do saber. Na cosmopercepção negro-africana elaborada pela autora, o corpo não apenas guarda a memória, mas age como canal ativo da ancestralidade, sendo atravessado por um tempo não linear — em que passado, presente e futuro coexistem e se entrelaçam. Essa temporalidade curvilínea, associada a práticas performativas e ao corpo-tela, permite que a existência seja continuamente reconfigurada como gesto de resistência e criação. Desse modo, o corpo torna-se lugar de inscrição da memória coletiva, relacional e política, articulando existência, história e futuro como continuidade em devir (Martins, 2021b, p. 58, 203-206).

continuidade da exclusão social e da marginalização do povo negro no Brasil, ampliando o debate sobre a permanência do racismo. Da mesma forma, *Ponciá Vicêncio* (2017), de Conceição Evaristo, explora as cicatrizes psicológicas deixadas pela escravidão, mostrando como a memória se configura como um espaço de resistência. A ruptura do silêncio também se manifesta em narrativas como *O Crime do Cais do Valongo* (2018), de Eliana Alves Cruz, que revisita o passado escravista brasileiro ao abordar o cais onde foi o maior ponto de entrada de escravizados nas Américas. Ao explicitar as experiências desses sujeitos, essas obras desestabilizam as estruturas coloniais e reivindicam o lugar do negro como protagonista de sua própria história.

Se a literatura contemporânea afro-brasileira reivindica a memória como espaço de resistência e subverte as narrativas coloniais, esse gesto de insurgência já pode ser observado na produção literária de Maria Firmina dos Reis. Em *Úrsula* e no conto “A escrava”, a escritora antecipa um projeto que desafia as representações dominantes e propõe novas subjetividades para os sujeitos negros e escravizados. Assim, o “projeto firminiano” emerge como um movimento subversivo à lógica colonial, questionando os dispositivos de silenciamento e objetificação do corpo negro.

3.3 O PROJETO FIRMINIANO: SUBVERSÃO DA SUBJETIVIDADE COLONIAL

Ao analisar o projeto literário de Maria Firmina dos Reis, vemos que ela, como pioneira, desafiou o status quo colonial ao posicionar suas personagens negras como sujeitos de fala, não meros objetos da narrativa colonial. Túlio, por exemplo, como mencionado anteriormente, é retratado como um homem que, apesar da escravização, não é reduzido à sua condição de negro escravizado. Ele é reconhecido como sujeito, contrariando a lógica colonial que colocava os negros na zona do “não-ser”³⁹. Nesse sentido, Carneiro (2005) explica que:

A interdição aparece em Foucault como um operador de procedimentos de exclusão [...] que estão presentes tanto na produção discursiva quanto nas práticas sociais que derivam da inscrição de indivíduos ou grupos no âmbito

³⁹ Sueli Carneiro (2005) emprega o conceito de “zona do não-ser”, oriundo de Frantz Fanon (2008), para designar o espaço histórico e simbólico de exclusão e desumanização no qual o sujeito negro é colocado pela lógica do racismo. Trata-se de uma esfera marcada por interdições, onde a negritude é constantemente associada à anormalidade, à desrazão e à ausência de humanidade.

da anormalidade, na esfera do não-ser, da natureza ou da desrazão (Carneiro, 2005, p. 125).

Esse movimento de subversão da subjetividade colonial é uma das principais contribuições de Firmina para a literatura brasileira e se alinha com o pensamento de Fanon (2008) sobre a construção de um humanismo que reconhece a humanidade do negro.

O pensamento de Fanon (2008) fortalece essa leitura, pois o autor argumenta que o negro, enquanto sujeito, só pode ser reconhecido em sua plena humanidade quando é visto como um igual e não como uma figura subalterna. Isso é precisamente o que Firmina faz com suas personagens: ela as tira da zona do “não-ser” e as coloca em uma posição de protagonismo e dignidade. O autor aponta que, na estrutura colonial, “onde quer que vá, o preto permanece um preto” (Fanon, 2008, p. 149), ou seja, sua posição de subalternidade é constantemente reafirmada pelo olhar branco.

Em *Peles negras máscaras brancas* Fanon (2008, p. 26-27) afirma que “o negro não é um homem”, indicando que “o negro quer ser branco”, explicando que esse desejo não é espontâneo, mas sim um efeito da colonização, que impõe a branquitude como único parâmetro de humanidade. O que ele propõe, portanto, é a superação dessa lógica, a construção de um novo humanismo que reconheça a subjetividade negra sem que esta precise se conformar aos modelos eurocêntricos.

O reconhecimento da humanidade do negro, como exposto por Firmina, é uma resistência direta à lógica colonial que o desumaniza. Ao contrapor o negro como sujeito de sua própria história e não como um mero reflexo do olhar colonial, Firmina contribui para a construção de um novo paradigma de resistência, que não apenas questiona as estruturas de poder, mas também reconstrói as subjetividades destroçadas pelo colonialismo.

Nos argumentos de Fanon (2008):

O homem só é humano na medida em que ele quer se impor a outro homem, a fim de ser reconhecido. Enquanto ele não é efetivamente reconhecido pelo outro, é este outro que permanece o tema da sua ação. É deste outro, do reconhecimento por este outro que depende seu valor e sua realidade humana [...] A operação unilateral seria inútil, porque o que deve acontecer só pode se efetivar pela ação dos dois (Fanon, 2008, p. 180-181).

A posição de Firmina, ao reconhecer seus personagens negros como sujeitos plenos e dignos, se insere nesse movimento de resistência ao processo de desumanização imposto pela colonização. As cicatrizes que marcam seus

personagens evidenciam a “ferida colonial”, conceito presente na obra de Walter Mignolo (2000), ao mostrar que os efeitos do colonialismo não se restringem ao passado, mas continuam a moldar a experiência dos sujeitos racializados.

A “ferida colonial”, como elaborada por Mignolo (2000), é uma marca duradoura, deixada pelo colonialismo, que subjuga o sujeito colonizado ao estigma da racialidade. Para ele, essa ferida é tanto física quanto psicológica e se perpetua por meio do racismo, que questiona a humanidade dos sujeitos marginalizados: “[...] los condenados se definen por la herida colonial, y la herida colonial, sea física o psicológica, es una consecuencia del racismo, el discurso hegemónico que pone en cuestión la humanidad de todos los que no pertenecen al mismo locus de enunciación”⁴⁰ (Mignolo, 2000, p. 33).

Essa ferida, como também aponta Kilomba (2019), dói, infecta e sangra, um processo contínuo que a literatura e a arte podem ajudar a tratar, oferecendo as ferramentas necessárias para reconstruir a memória e os sujeitos. Ela descreve a história mal contada, que deixa seus personagens sem nome, sem espaço e sem tempo, como uma ferida aberta que a literatura pode curar ao evidenciar os silenciados e ressignificar suas histórias.

Contudo, essa ferida, não é apenas um vestígio do passado; ela se perpetua no presente como um ciclo contínuo de exclusão. Segundo Kilomba (2019, p. 85), o racismo “não é um acontecimento momentâneo ou pontual, é uma experiência contínua que atravessa a biografia do indivíduo, uma experiência que envolve uma memória histórica de opressão racial, escravização e colonização”. É essa memória, ao mesmo tempo poética e política, que Firmina incorpora em sua obra ao denunciar as injustiças coloniais e construir um espaço de reconstrução subjetiva e afirmação da humanidade negra.

O prólogo de *Úrsula* já sugere essa intenção transformadora: “O nosso romance, gerou-o a imaginação, e não o soube colorir, nem aformosentar. Pobre avezinha silvestre, anda terra a terra, e nem olha para as planuras onde gira a água” (Reis, 2018b, p. 93). Como discutido no primeiro capítulo, em *Apagamento literário de Maria Firmina dos Reis: um epistemicídio?*, Firmina reconhece a simplicidade de sua obra, mas também sublinha seu desejo de romper com os padrões estabelecidos,

⁴⁰ “[...] os condenados se definem pela ferida colonial, e a ferida colonial, seja física ou psicológica, é consequência do racismo, o discurso hegemônico que coloca em questão a humanidade de todos os que não pertencem ao mesmo locus de enunciação.” (Mignolo, 2000, p. 33, tradução nossa)

oferecendo uma perspectiva que caminha “terra a terra”, próxima às narrativas dos marginalizados.

A proposta de Maria Firmina articula-se com a ideia de amefricanidade⁴¹ cunhada por Gonzalez (2020), século depois. O argumento da pensadora contemporânea é que essa categoria transcende limites geográficos e linguísticos, destacando o processo histórico de adaptação, resistência e criação de novas formas afrocentradas. Firmina, ao construir suas personagens, insere-se nesse movimento, criando narrativas que dialogam com a resistência cultural e histórica dos povos negros nas Américas. Como aponta Gonzalez (2020, p. 135) “a categoria de amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada”.

Essa dinâmica também pode ser observada na obra de Conceição Evaristo, especialmente em *Ponciá Vicêncio* (2017), em que o texto literário se torna um espaço de reconstrução de saberes e de reinvenção da história dos subalternizados. A autora afirma que “da leitura era preciso tirar outra sabedoria. Era preciso autorizar o texto da própria vida, assim como era preciso ajudar construir a história dos seus” (Evaristo, 2017, p. 110). Tanto Evaristo quanto Firmina utilizam o texto literário como ferramenta de resistência e reinterpretação, oferecendo às suas personagens a possibilidade de ressignificar as cicatrizes deixadas pela colonização e pela escravização.

Firmina não apenas retira suas personagens da zona do “não-ser” descrita por Fanon (2008) e Carneiro (2005), mas também contribui para a construção de uma narrativa afrocentrada que celebra a resistência e a dignidade dos povos negros. Se em Conceição Evaristo (2017, p.110), o ato de “decifrar nos vestígios do tempo os sentidos de tudo que ficara para trás” é encontrado, em Maria Firmina as raízes dessa prática, que já revelava a capacidade transformadora da literatura em processos de cura e reconstrução identitárias, são identificadas.

⁴¹ No texto *A categoria político-cultural de amefricanidade*, de 1988, presente no livro *Por feminismo afro-latino-americano* (2020), Lélia González afirma que essa categoria (amefricano) pode ser observada desde os primórdios da presença negra nas Américas: “Já na época escravista, ela se manifestava nas revoltas, na elaboração de estratégias de resistência cultural, no desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre, cuja expressão concreta se encontra nos quilombos, cimarrones, cumbes, palenques, marronages, maroom societies, espreiadas pelas mais diferentes paragens de todo o continente. [...] Reconhecê-la é, em última instância, reconhecer um gigantesco trabalho de dinâmica cultural que não nos leva para o lado do Atlântico, mas que nos traz de lá e nos transforma no que somos hoje: amefricanos” (Gonzalez, 2020, p. 138).

Esse movimento de reconstrução subjetiva que Maria Firmina dos Reis inaugura em sua obra pode ser compreendido como uma forma de lembrar, ativamente, um ato de resistência que desafia a lógica colonial de silenciamento. Firmina não apenas denuncia as feridas do passado, mas também abre espaço para que suas personagens negras reconstruam suas histórias, afirmando sua humanidade e subjetividade.

Nesse contexto, a memória assume um papel central, não como um peso paralisante, mas como um instrumento de transformação. Como escreve Conceição Evaristo, “recordar é preciso” (2021). O ato de recordar é mais do que revisitar o passado; é um processo de ressignificação, de transbordamento de experiências que desafiam a desumanização e reafirmam a vida.

Evaristo (2021) traduz poeticamente essa relação no poema “Recordar é preciso”:

*O mar vagueia onduloso sob os meus pensamentos
A memória bravia lança o leme:
Recordar é preciso.
O movimento vaivém nas águas-lembranças
dos meus marejados olhos transborda-me a vida,
salgando-me o rosto e o gosto.
Sou eternamente náufraga,
mas os fundos oceanos não me amedrontam
e nem me imobilizam.
Uma paixão profunda é a boia que me emerge.
Sei que o mistério subsiste além das águas.*

Essa visão de memória como “leme”, que guia a travessia entre passado e presente, encontra eco no projeto literário de Firmina. Suas personagens, marcadas pelas cicatrizes da escravidão e do racismo, são náufragos que se recusam a ser definidos pelas profundezas que os rodeiam. Elas emergem como figuras de resistência, desafiando as narrativas coloniais que tentaram aprisioná-las.

Dessa forma, tanto Firmina quanto Evaristo contribuem para uma literatura que se constrói a partir da memória histórica, não como mero registro, mas como ato político de afirmação e transformação. Maria Firmina dos Reis, ao escrever suas obras, navegou pela ordem discursiva da época e deixou como legado um arquivo

que elabora, pela primeira vez na ficção brasileira, a experiência histórica do sujeito negro na diáspora forçada.

Essa construção literária de Firmina, como observa Miranda (2019, p. 73), constrói “um arquivo composto pela memória da travessia atlântica. Um arquivo que questiona o ordenamento colonial do mundo”. Essa memória da travessia não apenas denuncia as injustiças e a violência da escravização, mas também se torna uma ferramenta de reconstrução identitária, oferecendo às suas personagens um espaço de humanidade.

Ao fazer referência à travessia atlântica como eixo central das narrativas de suas personagens, Firmina reinscreve o sujeito negro na história, não como objeto de opressão, mas como protagonista de resistência. Essa escrita, como o leme de um navio, guia o leitor através das águas turbulentas da memória-história⁴², conceito problematizado por Trouillot (1995) que revela como as narrativas históricas são moldadas por disputas de poder e interesses de silenciamento. Firmina confronta essa lógica ao reinscrever a experiência negra como central e transformadora, oferecendo uma reinterpretação da História, na qual esse sujeito assume a posição de agente de resistência, e desenvolvendo um projeto literário comprometido com a justiça social e a valorização das subjetividades negras.

Nesse contexto, sua literatura, predecessora de Evaristo, se antecipa ao movimento de afirmação da identidade negra. Evaristo (2009) observa que, ao longo da história da literatura brasileira, negros foram frequentemente retratados de maneira estereotipada ou, em muitos casos, completamente ignorados. A personagem negra, frequentemente construída pelas vozes da ‘elite intelectual’ branca, foi sexualizada, ridicularizada, insultada e desvalorizada. Essas representações não apenas refletiam a visão da sociedade, mas também contribuíam para a perpetuação dessa perspectiva racista.

Em resposta a esse processo discriminatório, a literatura negra surge como um movimento de afirmação, buscando valorizar a população negra e reconhecer suas contribuições significativas para a sociedade brasileira, além de celebrar sua rica cultura. Assim, tanto Firmina, em sua época, quanto Conceição Evaristo, Ana Maria

⁴² Michel-Rolph Trouillot (1995) critica a ideia de que a história é uma recuperação objetiva e passiva de eventos passados. Ele propõe que a memória-história é um processo ativo e disputado, no qual as narrativas são selecionadas, moldadas e, muitas vezes, silenciadas conforme interesses de poder. A literatura de Firmina, nesse sentido, pode ser lida como uma forma de contestar essas práticas de silenciamento.

Machado, Eliane Alves Cruz, e tantas outras escritoras, ao dar continuidade a esse projeto literário, desafiam as narrativas coloniais e oferecem uma nova perspectiva sobre a história e a identidade negras.

Considerando a travessia atlântica como um dos eixos centrais de suas narrativas, Firmina não apenas antecipa críticas às construções da modernidade, como também reconfigura o lugar do sujeito negro na história. Ao se inserir nesse debate mais amplo sobre modernidade e experiência colonial, Firmina estabelece um diálogo com reflexões posteriores de autoras e autores como Toni Morrison e Paul Gilroy, conforme propõe Miranda (2020). Para Toni Morrison (s.d. *apud* Miranda, 2020), em interlocução com Gilroy (2001 *apud* Miranda, 2020), os sujeitos africanos, submetidos ao rapto, à escravização e ao deslocamento forçado, foram os primeiros a experimentar a modernidade — não como um avanço civilizatório, mas como um processo marcado por alienação, vulnerabilidade e desumanização (Miranda, 2020).

Portanto, Maria Firmina dos Reis foi pioneira ao elaborar, por meio da ficção, a memória da travessia atlântica e das dores da escravização, criando um arquivo literário⁴³ que resgata a experiência histórica do sujeito negro na diáspora forçada.

No campo da literatura, Maria Firmina dos Reis insere-se nessa tradição ao produzir uma narrativa que não apenas denuncia a violência da escravização, mas também constrói um arquivo de memórias que resiste à imposição do esquecimento. Em *Úrsula* e *“A escrava”*, Firmina recupera histórias de sujeitos escravizados e marginalizados, desafiando os silenciamentos históricos impostos pelo colonialismo. Fernanda R. Miranda (2019), ao analisar sua obra, aponta que Firmina elabora um arquivo literário da escravização, no qual a voz dos subalternizados emerge para confrontar os discursos oficiais da época. Esse processo de resgate é semelhante ao que Morrison realiza em *Amada*, realiza em *Amada* (2007), publicado pela Companhia

⁴³ O conceito de arquivo literário pode ser entendido como um espaço de resistência e reconstrução de memórias historicamente silenciadas. Trouillot (1995), em *Silenciando o Passado*, discute como certas narrativas são excluídas dos registros oficiais da história, refletindo relações de poder que moldam o que é lembrado e o que é esquecido. Esse debate se relaciona com a ideia de um arquivo literário que, por meio da ficção, desafia as memórias dominantes e resgata experiências apagadas pela historiografia oficial. Stuart Hall (2016) também contribui para essa discussão ao apontar como a cultura popular e a produção simbólica operam como arquivos de resistência cultural, especialmente em contextos pós-coloniais. Da mesma forma, Paul Gilroy, em *O Atlântico Negro* (2001), trabalha com a ideia de um arquivo da diáspora africana, atravessando fronteiras geográficas e temporais para preservar a memória da experiência negra transatlântica.

das Letras, onde a memória do trauma e da diáspora é ressignificada por meio da literatura.

Como observa Miranda (2020), esse arquivo construído em *Úrsula* e “A escrava” não só narra as injustiças do passado, mas também questiona o ordenamento colonial do mundo, oferecendo ao sujeito negro uma voz de resistência. A partir de sua escrita, portanto, não apenas há o resgate das memórias de dor e sofrimento, mas também a proposta de um novo olhar sobre o negro, colocando-o no centro da história como protagonista de sua própria resistência.

E é a partir dessa construção de memória que Kabengele Munanga (2012), ao utilizar a teoria de Maurice Halbwachs (1968 *apud* Munanga, 2012) para analisar o contexto da população negra brasileira, auxilia no entendimento do conceito de memória coletiva dessa população:

No caso da população negra brasileira como de qualquer outra, a memória é construída, de um lado, pelos acontecimentos, pelos personagens e pelos lugares vividos por esse segmento da população, e, de outro lado, pelos acontecimentos, pelos personagens e pelos lugares herdados, isto é, fornecidos pela socialização, enfatizando dados pertencentes à história do grupo e forjando fortes referências a um passado comum (por exemplo, o passado cultural africano ou o passado enquanto escravizado). O sentimento de pertencer a determinada coletividade está baseado na apropriação individual desses dois tipos de memória, que passam, então, a fazer parte do imaginário pessoal e coletivo (Munanga, 2012, p. 11).

Além disso, Miranda (2020) destaca as dificuldades que Firmina enfrentou em sua época, como a barreira do baixo índice de alfabetização e a falta de um público leitor, o que torna ainda mais impressionante sua contribuição literária. Mesmo diante desses obstáculos, ela conseguiu criar uma obra que desafiava as normas da literatura dominante, marcando, assim, o início de um movimento literário negro que se reafirma até os dias atuais:

Do ponto de vista da comunicabilidade do romance frente à realidade brasileira daquele momento, os obstáculos de Maria Firmina eram tremendos. Em primeiro lugar, havia uma fronteira que atingia a todos que escreviam na época, preocupando desde José de Alencar a Machado de Assis: um público leitor rarefeito, em razão do baixíssimo índice de pessoas letradas. Ao longo de todo o século XIX pessoas alfabetizadas não ultrapassaram 30% da população brasileira (Guimarães 2004: 47). Em 1872, apenas 18,6% da população livre e 15,7% da população total, incluindo os escravizados, sabiam ler e escrever, segundo dados do primeiro recenseamento nacional. Ainda de acordo com o censo de 1872, que apurou uma população de quase 10 milhões de habitantes, apenas 12 mil frequentavam a educação secundária e havia 8 mil bacharéis no país. Evidentemente, os dados indicam o leitorado potencial, o que significa que o número de pessoas que

efetivamente liam e consumiam ficção era indubitavelmente menor (Miranda, 2020, p. 63).

Maria Firmina rompeu com os regimes de silenciamento impostos pelo projeto colonial, inscrevendo na literatura as vozes e memórias que foram historicamente mantidas à margem. Nesse sentido, as reflexões de Kilomba (2019) sobre a máscara de flandres⁴⁴, um instrumento de tortura física e psicológica que simboliza o silenciamento colonial, são particularmente pertinentes. A autora destaca que o colonialismo opera por meio de políticas de dominação e regimes de mudez, manifestando um medo apreensivo de que se o/a colonizado/a falar o/a colonizador/a seria forçado/a a ouvir e confrontar as “verdades do Outro”, que deveriam permanecer em silêncio:

Existe um medo apreensivo de que, se o/a colonizado/a falar, o/a colonizador/a terá que ouvir e seria forçado/a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades do ‘Outro’. Verdades que supostamente não deveriam ser ditas, ouvidas e que “deveriam” ser mantidas “em silêncio como segredos” (Kilomba, 2019, p. 41, ênfase da autora).

Firmina, ao tratar de temáticas sobre a escravização e as subjetividades negras, principalmente de mulheres, desvelou segredos que o colonialismo tentou manter ocultos. Além disso, Firmina não apenas rompeu com os silenciamentos, mas também criou um espaço literário que desafiava a lógica colonial e as narrativas dominantes de sua época. Ao inscrever personagens negras dotadas de subjetividade, consciência e humanidade, ela ofereceu uma contraposição direta às representações estereotipadas da literatura brasileira do século XIX (Evaristo, 2009) e que se perpetuaram e perpetuam nos séculos seguintes.

A postura adotada não só desafia as tradições literárias, mas também se antecipa à literatura de afirmação negra contemporânea como um arquivo de resistência que revela os segredos mencionados por Kilomba (2019). Como observa Miranda (2020, p. 73) Firmina inscreveu “um arquivo composto pela memória da travessia atlântica”, que não apenas denuncia as injustiças desse sistema, mas também transforma a memória em uma ferramenta de reconstrução identitária. Essa

⁴⁴ A máscara de Flandres, analisada por Grada Kilomba (2019), foi um instrumento de tortura utilizado durante o período colonial para silenciar pessoas escravizadas: consistia em uma peça de ferro colocada sobre a boca e amarrada à cabeça, impedindo-as de falar. Para a autora, esse artefato é símbolo da violência epistêmica e do silenciamento histórico imposto às populações negras — uma metáfora dos mecanismos coloniais que negam a voz e a humanidade do sujeito negro.

reconstrução opera como uma forma de devolver às personagens negras um espaço de existência.

Sob essa perspectiva, para os descendentes de africanos no Brasil e em outros países, cujo processo de revalorização e aceitação da herança africana faz parte da luta pela reconstrução da identidade coletiva, a negritude⁴⁵ se torna um tema ainda contemporâneo e fundamental. Como afirma Munanga (2012):

Vista desse ângulo, para as mulheres e os homens descendentes de africanos no Brasil e em outros países do mundo cujas plenas revalorização e aceitação da sua herança africana faz parte do processo do resgate de sua identidade coletiva, a negritude faz parte de sua luta para reconstruir positivamente sua identidade e, por isso, um tema ainda em atualidade (Munanga, 2012, p. 16).

Ao abordar a obra de Maria Firmina dos Reis sob a perspectiva da memória-história é imprescindível considerar a relação intrínseca entre o passado e o presente. Como afirma Trouillot (1995, p. 41), “o passado só é passado porque existe um presente, assim como só posso apontar para algo lá porque estou aqui”. Essa conexão temporal está presente na produção de Firmina que ao narrar as experiências de pessoas negras e escravizadas preenche os silêncios deixados pelas narrativas oficiais, construindo um diálogo entre história e memória.

Esses silêncios não são neutros nem naturais; são “processos ativos e transitórios” que geram ausências nas fontes e arquivos (Trouillot, 1995, p. 88). A trajetória de Firmina reflete como essas lacunas foram impostas em momentos cruciais da história: na criação dos eventos, na sua documentação, na construção dos arquivos e na escrita das narrativas históricas. Embora sua obra tenha desafiado as convenções de sua época e registrado as experiências negras como protagonistas, Firmina foi sistematicamente excluída do cânone literário, como visto no primeiro capítulo.

⁴⁵ Para Kabengele Munanga (2012) a negritude é um conceito complexo que vai além da simples diferença de pigmentação da pele. Ele a define como uma reação racial negra a uma agressão racial branca, uma resposta ao racismo e às tentativas de desumanização e destruição das culturas africanas. A negritude, segundo o autor, é uma afirmação e construção de solidariedade entre as vítimas do racismo, promovendo a reabilitação dos valores das civilizações destruídas e das culturas negadas. Além disso, destaca que a negritude não é essencialmente biológica, mas está profundamente ligada à história comum dos grupos humanos que foram reunidos sob o nome de “negros” pela visão do mundo ocidental. A negritude, portanto, se configura como uma tomada de consciência de uma comunidade de condição histórica, sendo uma convocação para o combate contra o racismo, visando garantir a dignidade humana e o respeito às culturas do mundo. Ela se torna, assim, um instrumento de luta para reconstruir positivamente a identidade negra e enfrentar as desigualdades raciais.

Ainda assim, ao criar personagens que quebram esses silenciamentos a autora oferece um espaço para que vozes antes marginalizadas sejam ouvidas. Sua escrita desafia o “cortejo triunfal” da história, como descrito por Walter Benjamin (2010, p. 225), onde os vencedores celebram seus “despojos” enquanto os derrotados permanecem invisíveis. A literatura dessa pioneira não apenas resgata essas vozes, mas também subverte as “regras do jogo” que moldam a seleção das narrativas históricas, como aponta Trouillot (1995):

[...] a seleção daquilo que importa, a criação dual de menções e silêncios, é baseada na compreensão das regras do jogo, tanto pelo locutor quanto pela audiência. Em resumo, relatos passo a passo são estritos em termos daquilo que neles pode entrar em termos da ordem em que esses elementos podem entrar (Trouillot, 1995, p. 93).

Dessa forma, Firmina reorganiza essa ordem, desafiando os critérios que, historicamente, excluíram sujeitos negros e suas narrativas da centralidade histórica. Ao romper com o silêncio imposto pela historiografia oficial, ela oferece uma representação da realidade vivida pelos negros, não mais reduzida ao papel de vítimas passivas, mas como protagonistas de suas próprias histórias. Sua escrita não só revela as injustiças do passado, mas também reinterpreta o lugar desses sujeitos na narrativa histórica, trazendo à tona suas subjetividades.

Ademais, ao confrontar diretamente os discursos evolucionistas e racistas predominantes no século XIX, que, conforme Lilia Moritz Schwarcz (2022), usavam o darwinismo social para justificar hierarquias raciais, Firmina propõe uma narrativa humanista. Em um contexto marcado pela desumanização da população negra, sua literatura reivindica a dignidade de sujeitos historicamente relegados à condição de objeto. Como Schwarcz (2022) observa:

Transformada em um movimento científico e social vigoroso a partir dos anos 1880, a eugenia cumpria metas diversas. Como ciência, ela supunha uma nova compreensão das leis da hereditariedade humana, cuja aplicação visava à produção de nascimentos desejáveis e controlados; enquanto movimento social, preocupava-se em promover casamentos entre determinados grupos e — talvez o mais importante — desencorajar certas uniões consideradas nocivas à sociedade (Schwarcz, 2022, p. 93).

Além disso, ao resgatar as memórias reprimidas da travessia atlântica e da diáspora forçada, Firmina constrói um “arquivo de memórias” que confronta diretamente o legado colonial e a violência da escravização. Sua obra, como sugere Kilomba (2019), constitui uma “revelação do segredo”, desestabilizando o projeto

colonial de silenciamento e propondo novas possibilidades de memória. Benjamin (2010, p. 229) lembra que a história é uma construção saturada de agoras, ou seja, “[...] é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’” Nesse sentido, Maria Firmina não está apenas narrando o passado, mas também projetando questões que continuam reverberando no presente, como o racismo estrutural e a luta por reconhecimento. Sua literatura transforma-se, assim, em um ato político, desafiando os “silenciamentos” históricos e ressignificando a memória coletiva.

Por fim, como aponta Trouillot (1995, p.62), “a produção de indícios sempre é também a criação de silêncios”. Contudo, ao reconstruir narrativas apagadas e inserir sujeitos negros como protagonistas, Firmina desafia não apenas os silenciamentos nos arquivos e na historiografia, mas também a forma limitada como a participação negra é frequentemente representada na sociedade.

Como destaca Gonzalez (2020, p.91), “[...] na hora de mostrar o que eles chamam de ‘coisas nossas’ [relativas à população negra], é um tal de falar de samba, tutu, maracatu, frevo, candomblé, umbanda, escola de samba e por aí afora”. Essa visão reducionista reforça a objetificação dos corpos negros e a estigmatização de suas representações. Firmina, no entanto, desafia essas reduções e reivindica uma presença negra que ultrapassa os limites impostos pelo imaginário colonial, inscrevendo-a no centro da construção histórica e identitária do Brasil. Essa reivindicação é demonstrada ao longo desta dissertação por meio da análise de suas personagens negras, como Susana e Túlio, cujas trajetórias revelam uma crítica contundente à escravidão e à política de morte que marginaliza corpos racializados.

Por meio da literatura, Firmina reconfigura imaginários e reivindica o direito à humanidade plena de sujeitos negros em uma sociedade estruturada pelo racismo. Personagens como Susana e Túlio evidenciam essa construção positiva da negritude, enquanto figuras como Joana contribuem com a denúncia das violências do sistema escravocrata, recusando-se a compactuar com os valores patriarcais e racistas de sua época. Essa perspectiva será aprofundada no próximo capítulo, que analisará como os conceitos de necropolítica e biopoder operam na narrativa de *Úrsula*, revelando os mecanismos de exclusão e resistência presentes na obra de Maria Firmina dos Reis.

4 LITERATURA VERSUS NECROPOLÍTICA E BIOPODER EM *ÚRSULA* E “A ESCRAVA”

Este capítulo tem como objetivo analisar como as obras *Úrsula* e o conto “A escrava”, de Maria Firmina dos Reis, confrontam os dispositivos de poder que regulam os corpos negros e femininos no Brasil do século XIX. A partir dos conceitos de necropolítica, proposto por Achille Mbembe (2016), e de biopoder, conforme desenvolvido por Michel Foucault (2024), busca-se compreender de que maneira a escritora denuncia os mecanismos de morte e dominação instituídos pelo regime escravocrata ao mesmo tempo em que afirma a vida, a dignidade e a resistência dos sujeitos subalternizados. Por meio de uma abordagem que articula literatura e crítica social, serão discutidas as representações da mulher negra, os efeitos do racismo estrutural e as estratégias narrativas utilizadas por Firmina para inscrever outras possibilidades de existência diante da lógica colonial e patriarcal.

4.1 A MULHER NEGRA NO BRASIL DO SÉCULO XIX: ENTRE SUBALTERNIDADE E RESISTÊNCIA

No Brasil do século XIX a mulher negra ocupava uma posição marcada pela interseccionalidade entre racismo e sexismo, sendo duplamente subalternizada em uma sociedade patriarcal e escravocrata. Enquanto as mulheres brancas, mesmo limitadas pelo domínio masculino, tinham acesso a certos privilégios sociais, as mulheres negras eram submetidas a um regime de extrema exploração que as via não apenas como força de trabalho, mas também como corpos disponíveis à violência sexual e à desumanização.

Essa realidade evidencia como a estrutura colonial e escravocrata operava a partir do controle sobre os corpos negros e suas subjetividades limitando-lhes não apenas a liberdade, mas também a possibilidade de construção de uma identidade autônoma. Neste cenário, torna-se fundamental compreender como essas mulheres resistiram e reivindicaram espaços de existência, mesmo diante de um sistema que as destinava à invisibilidade e ao apagamento.

Ao mesmo tempo, as contradições do século XIX no Brasil revelavam a impossibilidade de plena realização dos ideais liberais no contexto escravocrata. Como aponta Roberto Schwartz (2000, p. 26), “as ideias liberais não se podiam

praticar, sendo ao mesmo tempo indescartáveis”. Essa tensão entre modernização e permanência da ordem colonial não se limitava apenas ao campo das ideias, mas também se manifestava nos costumes e comportamentos da elite. “A transformação atendia à mudança dos costumes, que incluíam agora o uso de objetos mais refinados, de cristais, louças e porcelanas, e formas de comportamento cerimonial, como maneiras formais de servir à mesa” (Schwartz, 2000, p. 23).

Nesse sentido, é importante considerar que, na lógica da colonialidade, um dos domínios fundamentais de controle é o social, o que implica a regulação do gênero e da sexualidade (Mignolo, 2000). Por isso, a interseção entre gênero e raça levanta questionamentos sobre o lugar da mulher negra em sociedades marcadas por um passado colonial e escravocrata, como o Brasil.

Diante desse cenário de exploração e violência as mulheres negras encontraram diversas formas de resistência. Para além das fugas e revoltas organizadas em quilombos sua luta também se manifestava em estratégias cotidianas como a transmissão de saberes ancestrais, a construção de redes de solidariedade e a luta pela manutenção de suas famílias, mesmo sob a ameaça constante da separação imposta pelo tráfico negreiro.

Além disso, a violência sexual foi uma das faces mais brutais do sistema escravocrata, submetendo as mulheres negras à condição de reprodutoras forçadas, muitas vezes, gerando filhos que, desde o nascimento, eram propriedade dos senhores de escravos. A maternidade, nesse contexto, era atravessada pela dor da separação e pela impossibilidade de garantir proteção a seus descendentes.⁴⁶

Essas mulheres, contudo, não eram apenas vítimas passivas desse sistema, mas agentes de resistência e transformação. Muitas atuaram como curandeiras, parteiras e líderes comunitárias, preservando práticas culturais africanas e criando espaços de acolhimento dentro de uma sociedade que insistia em desumanizá-las.

Ao mesmo tempo em que as mulheres negras no Brasil do século XIX eram subalternizadas por uma sociedade patriarcal e escravocrata, as construções ideológicas e historiográficas também contribuíam para a desumanização e o

⁴⁶ Para aprofundar a compreensão da violência sexual, da opressão e das estratégias de resistência das mulheres negras no sistema escravocrata até a contemporaneidade recomenda-se a leitura de Lélia Gonzalez, bell hooks, Grada Kilomba, Angela Davis, Sueli Carneiro e Gilberto Freyre. Além disso, o leitor pode consultar os estudos publicados pelo Instituto Geledés — Instituto da Mulher Negra — disponíveis em www.geledes.org.br, onde é possível acessar relatórios e pesquisas atualizadas sobre a situação das mulheres negras no Brasil.

apagamento de suas subjetividades. Nesse sentido, ao analisar-se o pensamento de Caio Prado Júnior (2011), a visão que reforça a ideia de que a mulher negra era reduzida a um objeto de exploração, tanto no trabalho quanto no campo sexual, é encontrada.

Como argumenta Prado Júnior (2011):

Realmente a escravidão, nas duas funções que exercerá na sociedade colonial, fator trabalho e fator sexual, não determinará senão relações elementares e muito simples. [...] A outra função do escravo, ou, antes, da mulher escrava, instrumento de satisfação das necessidades sexuais de seus senhores e dominadores, não tem um efeito menos elementar. Não ultrapassará também o nível primário e puramente animal do contato sexual, não se aproximando senão muito remotamente da esfera propriamente humana do amor, em que o ato sexual se envolve de todo um complexo de emoções e sentimentos tão amplos que chegam até a fazer passar para o segundo plano aquele ato que afinal lhe deu origem (Prado Jr., 2011, p. 342-343).

Essa leitura da exploração sexual das mulheres negras apresenta uma perspectiva reducionista e naturalizante da violência colonial ao tratá-la como uma relação de caráter “elementar” e “animal”. Como observa Gonzalez (2020), essa visão não apenas desumaniza a mulher negra, mas também reflete uma construção ideológica que busca esconder a brutalidade das relações raciais no Brasil. Para a autora:

Depois que a gente lê um barato assim, nem dá vontade de dizer nada porque é um prato feito. Mas vamos lá. [...] Pelo exposto, a gente tem a impressão de que branco não trepa, mas comete ato sexual, e que chama tesão de necessidade. E, ainda por cima, diz que animal só tira sarro. Assim não dá pra entender, pois não? Mas, na verdade, até que dá. Pois o texto possui riqueza de sentido, na medida em que é uma expressão privilegiada do que chamaríamos de neurose cultural brasileira. [...] No momento em que fala de alguma coisa, negando-a, ele se revela como desconhecimento de si mesmo (Gonzalez, 2020, p. 84).

Diante dessa visão reducionista de Caio Prado Júnior (2011) é fundamental recorrer a vozes, como a de Lélia Gonzalez (2020), que desmontam as narrativas historiográficas que negam à mulher negra o estatuto de sujeito. Para a intelectual brasileira, a exploração sexual não pode ser reduzida a uma relação “elementar” ou “animal”, mas deve ser entendida como parte de um sistema de opressão que busca apagar as subjetividades das mulheres negras.

Nesse apagamento da subjetividade pode ser analisado um processo necropolítico (Mbembe, 2016). Segundo o autor, não se trata apenas de um sistema

de exploração, mas de um mecanismo que define quem tem direito a uma vida plena e quem é condenado a uma existência precária. Nesse contexto, a mulher negra era reduzida a um corpo disponível ao uso, um objeto descartável dentro da lógica colonial, jamais reconhecida como sujeito de sua própria história. Tal perspectiva permite compreender como a violência racial e de gênero se entrelaçavam para manter as mulheres negras em uma posição de subalternidade, ao mesmo tempo em que justificava sua exploração como natural e inevitável.

No entanto, como evidencia Heleieth Saffioti (*apud* Gonzalez, 2020, p. 82), as relações sociais eram permeadas por contradições. Apesar da estrutura escravocrata buscar a completa desumanização das mulheres negras suas interações forçadas com os senhores geravam dinâmicas que extrapolavam a rígida estratificação racial e de gênero. Como aponta a autora:

As relações sexuais entre os senhores e escravas desencadeavam, por mais primárias e animais que fossem, processos de interação social incongruentes com as expectativas de comportamento, que presidiam à estratificação em castas. Assim, não apenas homens brancos e negros se tornavam concorrentes na disputa das negras, mas também mulheres brancas e negras disputavam a atenção do homem branco (Heleieth *apud* Gonzalez, 2020, p. 82).

A leitura crítica das evidências apontadas pelas autoras permite desmontar a naturalização da exploração sexual das mulheres negras e resgatar a centralidade de tais experiências na conformação da sociedade brasileira. Mais do que vítimas passivas de um sistema opressor, essas mulheres desempenharam papéis fundamentais na resistência e na reconstrução de suas histórias, mesmo sob condições adversas. É nesse sentido que Maria Firmina dos Reis, ao inscrever a mulher negra em sua literatura, realiza um movimento de subversão da subjetividade colonial, conferindo a essas personagens uma voz historicamente silenciada.

Essa subversão da subjetividade colonial pode ser compreendida de forma mais profunda sob a noção de “diferencia colonial”, proposta por Mignolo (2019), é fundamental para compreender as estruturas de opressão que marcaram a experiência das mulheres negras no Brasil do século XIX. O autor afirma que, “la diferencia colonial instituye heridas coloniales que disminuyen a la persona, pero

generan a la vez digna rabia que nutre la necesidad de sanaciones decoloniales”⁴⁷ (Mignolo, 2019, p. 17). Essa diferenciação não só cria feridas históricas, mas também desperta uma resistência que, ao se afirmar, reivindica a dignidade e a identidade do sujeito negro no presente e no futuro. A opressão colonial não apenas subtrai a humanidade das mulheres negras, mas, como propõe o autor, gera um processo de recuperação e decolonização de sua subjetividade, alicerçado na raiva que impulsiona as demandas por justiça social e reescrita histórica.

No entanto, Mignolo (2007) também alerta para a profundidade da violência colonial ao afirmar que,

la colonización del ser consiste nada menos que en generar la idea de que ciertos pueblos no forman parte de la historia, de que no son seres. Así, enterrados bajo la historia europea del descubrimiento están las historias, las experiencias y los relatos conceptuales silenciados de los que quedaron fuera de la categoría de seres humanos, de actores históricos y de entes racionales⁴⁸ (Mignolo, 2007, p. 30).

Esse apagamento histórico é particularmente evidente nas narrativas que tratam das mulheres negras, cujas histórias foram enterradas sob o peso da história europeia do “descobrimento”, excluindo-as da categoria de sujeitos históricos e da condição de seres humanos plenos. No entanto, algumas figuras desafiaram esse silenciamento por meio de gestos que ressignificavam sua posição dentro da sociedade colonial. Um exemplo emblemático é a recusa de Firmina em utilizar um palanquim carregado por escravizados no dia de sua nomeação como professora régia. Ao se recusar, afirmando que “negro não é animal para se andar montado nele” (Morais Filho, 1975), ela não apenas rejeita a lógica escravocrata, mas também reivindica sua subjetividade em um contexto de profunda desumanização. Esse gesto, assim como sua obra, inscreve-se no processo de recuperação da subjetividade negra, que Mignolo (2019) descreve como impulsionado pela “rabia digna”⁴⁹, a indignação que leva à busca por justiça social e reescrita da história.

⁴⁷ “A diferença colonial institui feridas coloniais que diminuem a pessoa, mas ao mesmo tempo geram uma digna raiva que alimenta a necessidade de curas decoloniais” (Mignolo, 2019, p. 20, tradução nossa).

⁴⁸ “A colonização do ser consiste em nada menos que gerar a ideia de que certos povos não fazem parte da história, de que não são seres. Assim, enterradas sob a história europeia do ‘descobrimento’, estão as histórias, experiências e narrativas conceituais silenciadas daqueles que foram excluídos da categoria de seres humanos, de atores históricos e de entes racionais” (Mignolo, 2007, p. 30, tradução nossa).

⁴⁹ A expressão “rabia digna” pode ser traduzida como raiva digna ou indignação justa e refere-se à emoção mobilizadora que surge diante da opressão histórica, gerando impulso para processos de cura,

A sociedade maranhense do século XIX, fortemente estruturada pelo sistema escravista, relegava às mulheres um papel social definido por sua classe, cor e condição jurídica. Enquanto as mulheres brancas das elites eram confinadas a modelos de domesticidade e submissão, as mulheres negras e mestiças — escravizadas ou libertas — estavam inseridas em dinâmicas de trabalho urbano, com atuação destacada no comércio informal e nos serviços. A historiografia e os relatos de viajantes estrangeiros, muitas vezes marcados por um olhar exótico e eurocêntrico, ora marginalizavam essas mulheres, ora reconheciam sua centralidade nas estruturas sociais do Maranhão. Conforme Silva (2013), as mulheres negras libertas, em especial, construíam redes de solidariedade e preservavam práticas culturais, exercendo formas cotidianas de resistência ao sistema escravista e patriarcal.

Já as mulheres negras escravizadas exerciam funções essenciais nas casas senhoriais, atuando como amas de leite, cozinheiras e criadas, além de realizarem tarefas pesadas fora do ambiente doméstico. Apesar dessa relevância, estavam submetidas a violências sistemáticas — físicas, sexuais e simbólicas —, sendo privadas de qualquer autonomia sobre seus corpos e trabalho. Silva (2013) documenta como o trabalho dessas mulheres era abertamente comercializado, naturalizado e anunciado nos jornais da época⁵⁰. No *Diário do Maranhão*, de 1873, eram comuns registros como os seguintes:

Manoel da Silva Rodrigues tem uma ama de leite, escrava, para alugar. Quem, pois pretenda alugá-la, dirija-se à Rua 28 de Julho, nº 9, onde mora o anunciante Na Rua das Barrocas, nº 14 tem uma mulatinha para alugar-se muito própria para andar com criança.
Na Rua de S. Pantaleão, casa nº 92, precisa-se alugar uma rapariga para o serviço de uma casa de família. Prefere-se escrava.
Na Rua das Barrocas nº 14 tem uma ama com cria para alugar-se, é muito sadia e tem bom leite com abundância.
Na mesma casa aluga-se uma mulatinha de 11 anos própria para o serviço miúdo de uma casa (Silva, 2013, p. 30).

Esses anúncios evidenciam como as mulheres negras eram tratadas como mercadoria, sendo alugadas conforme as necessidades das famílias escravistas sem qualquer reconhecimento de sua humanidade. Dessa forma, a escravidão impunha um regime de exploração extrema no qual essas mulheres eram interseccionalmente

justiça social e reescrita da história a partir de perspectivas decoloniais (Mignolo, 2019, p. 20, tradução nossa).

⁵⁰ Silva (2013) consultou o repositório da Biblioteca Nacional Benedito Leite, e atualizou o português para melhor leitura da fonte.

oprimidas: pelo racismo estrutural e pela exploração de gênero. Um dos aspectos mais recorrentes nas descrições sobre as mulheres negras e mestiças na sociedade maranhense do século XIX é a forma como seus corpos eram vistos e regulados. Enquanto as mulheres brancas eram idealizadas como figuras frágeis, recatadas e destinadas ao casamento, as mulheres negras eram hipersexualidades e, muitas vezes, consideradas uma ameaça à moralidade.

Silva (2013) destaca que o viajante Robert Ave-Lallemant, por exemplo, descreve as mulheres negras das ruas de São Luís como “formosas e sensuais”, enfatizando suas roupas e adereços como brincos, pulseiras e tecidos coloridos. Esse tipo de descrição reforça a maneira como o olhar europeu reduzia essas mulheres a objetos de desejo e de exotização. Ao mesmo tempo, esse discurso servia como justificativa para a violência e o controle sobre seus corpos, seja no contexto do trabalho doméstico, da prostituição forçada ou da exploração sexual dentro das casas senhoriais.

Nas ruas do Maranhão circulava gente endomingada. Uma multidão de mulheres e moças de cor, nascidas de uma mistura de pelo menos três raças, vagava para cima e para baixo, desembaraçadamente. O calor do Maranhão a 2 e ½ graus do Equador, justifica a nudez dos ombros, do colo e dos braços até as espáduas, o que faz realçar vantajosamente as formas, muitas vezes, realmente belas, dessas mulheres de cor. Mas um pente, como uma torre que trazem na cabeça, muito enfeitada de flores, é inteiramente sem gosto. Essa inevitável exibição de adornos na cabeça das mulheres do povo lembram-me dos gorros de bico de gente da Madeira, como, aliás, muitos lugares do Maranhão me fizeram lembrar a aprazível Funchal (Silva, 2013, p. 26).

Se, por um lado, as mulheres negras e mestiças estavam expostas ao espaço público e ao trabalho, por outro, as mulheres das elites eram confinadas ao ambiente doméstico, sendo educadas para o casamento e para a maternidade. O discurso patriarcal reforçava a ideia de que a mulher ideal deveria ser submissa ao marido e desempenhar um papel passivo dentro da família. Silva (2013) destaca que jornais da época, como *O Século*, descrevem o percurso esperado para uma mulher da elite: da infância protegida dentro de casa ao casamento arranjado e, por fim, à vida como esposa e mãe. Esse modelo de feminilidade, no entanto, era inacessível para a maioria das mulheres maranhenses que precisava trabalhar para sobreviver e garantir o sustento de suas famílias.

Até aos 8 anos só trata de brinquedos; dos 8 aos 10, já gosta de cumprimentos nos bailes; dos 10 aos 13, gosta de ler e copia versos; dos 13

aos 15, lê o folhetim do jornal e escreve às amigas comentando os bailes; dos 15 aos 18, tem confidentes, lê romances, discute modas...; aos 19, fixa a escolha e principia a falar em história; aos 20, fala de economia e casa-se; dos 20 aos 25, aparece em todos os bailes...; aos 26, tem um filho, que não amamenta, mas a quem adora...; aos 30, fala em questões científicas e lê jornal...; aos 40, trata de política...; aos 50, tem um confessor...; nos 60, brinca com os netos, reza o terço no rosário e ensina remédios e comezinhas (Silva, 2013, p. 31).

A escritora Maria Firmina dos Reis rompe com o modelo imposto às mulheres de sua época ao não se casar e seguir uma trajetória de independência intelectual e profissional, demonstrando resistência a um sistema que tentava confiná-las ao espaço doméstico. Seu papel como educadora e escritora reflete a luta contra essa imposição social em uma sociedade onde o discurso sobre o feminino era, frequentemente, marcado por um olhar misógino. Firmina se inseriu no mundo da escrita do século XIX utilizando a literatura para falar sobre as mulheres e denunciar a escravidão (Silva, 2013).

Partindo desse contexto, o jornal *A Verdadeira Marmota* (1861) reconheceu a importância da presença feminina na literatura brasileira, celebrando o surgimento de *Úrsula* como um evento notável, não apenas pela raridade de uma mulher escritora, mas também pela qualidade literária da obra. A crítica destaca:

Raro é ver o belo sexo entregar-se a trabalhos de espírito, e deixando os prazeres fáceis do salão propor-se aos afãs das lides literárias. Quando, porém, esse ente, que forma o encanto da nossa peregrinação na vida se dedica às contemplações do espírito, surge uma Roland, uma Stael, uma Sand, uma H. Stowe, que vale cada uma delas mais do que bom escritores, porque reúne à graça do estilo, vivas e animadas imagens, deliciosos quadros, e esses sentimento delicado que só o sexo amável sabe exprimir. Se é, pois, cousa peregrina ver na Europa, ou na América do Norte, uma mulher, que, rompendo o círculo de ferro traçado pela educação que lhe damos, nós os homens, e indo por diante de preconceitos, apresentar-se ao mundo, servindo-se da pena e tomar assento nos lugares mais proeminentes do banquete da inteligência, mais grato e singular é ainda ter de apreciar um talento formoso, e dotado de muitas imaginações, despontando no nosso céu do Brasil, onde a mulher não tem quase educação literária, onde a sociedade dos homens de letras é quase nula. O aparecimento do romance —*ÚRSULA* na literatura pátria foi um acontecimento festejado por todo o jornalismo, e pelos nossos homens de letras, não como por indulgência, mas como uma homenagem rendida a uma obra de mérito. Em verdade que é esse o livro que se apresentou sem nome de autora, modestamente e ainda sem apregoadores. As suas descrições são tão naturais e poéticas, que arrebatam; o enredo tão intricado que prende a atenção e os sentidos do leitor; o diálogo é animado e fácil; os caracteres estão bem desenhados — como o de Túlio, do Comendador, de Tancredo e Úrsula. Sua autora, D. Maria Firmina dos Reis, professora de português na vila de Guimarães, revelou um grande talento literário, porquanto com poucos e acanhadíssimos estudos, ainda menos leitura do que há de bom e grandioso na literatura francesa e inglesa, o que fez, deve, e a si, a seu fértil e prodigioso engenho, e a mais

ninguém. A nossa comprovinciana não é só romancista, também conversa com as musas (Jornal *A Verdadeira Marmota*, 13 maio 1861. Apud. Moraes Filho, 1975).

O reconhecimento da obra, como destacado pelo jornal *A Verdadeira Marmota*, não se limitava à qualidade literária de *Úrsula*, também representava uma ruptura com os preconceitos de gênero e raça que marginalizavam as mulheres, especialmente as mulheres negras, no cenário intelectual do século XIX.

Diante do cenário de opressão e resistência das mulheres negras no Brasil do século XIX, analisado anteriormente, torna-se fundamental explorar como Maria Firmina dos Reis, uma das primeiras vozes literárias negras do país, representou a negritude feminina em sua obra. Firmina não apenas denunciou as violências interseccionais do sistema escravocrata, mas também conferiu às personagens negras uma subjetividade frequentemente negada pelas narrativas dominantes. No próximo subtítulo, a maneira como a literatura da autora desvela as complexidades da experiência das mulheres negras, resgatando suas histórias e lutas, será examinada.

4.2 A NEGRITUDE FEMININA NA OBRA DE MARIA FIRMINA DOS REIS

No contexto do Brasil oitocentista, onde a mulher negra era sistematicamente desumanizada e reduzida a um corpo disponível para o trabalho e a violência, a literatura de Maria Firmina dos Reis surge como uma atitude de confronto, como visto anteriormente. Em suas obras, ela não apenas expõe as crueldades do sistema escravocrata, mas também constrói personagens negras que desafiam as narrativas dominantes, reivindicando sua humanidade e subjetividade em um mundo que as relegava à invisibilidade. Neste subtítulo, será feita análise sobre como suas obras *Úrsula* e “*A escrava*” representam a negritude feminina, especialmente, com a construção das personagens Susana e Joana, confrontando as narrativas coloniais que desumanizavam as mulheres negras e destacando as formas de resistência dessas mulheres.

4.2.1 *Úrsula* e “*A escrava*”

Embora *Úrsula* tenha chegado oficialmente aos leitores em 1859 o romance já avisa sido anunciado dois anos antes, em 1857, no Jornal *A Imprensa*. Segundo Antonia Pereira de Souza (2017), o anúncio foi publicado na sessão de “Publicações

Perdidas” e trazia um extenso Prospecto sobre a obra e sua autora, ainda que anônima:

Encontramos uma subscrição anunciada de forma diferente, na sessão Publicações Pedidas, no jornal A Imprensa. Era do romance Úrsula, que trazia um longo Prospecto sobre a obra e sua autora, apesar de mantê-la anônima; apresentada como “jovem maranhense”, “autora brasileira” estreante na carreira literária. O romance Úrsula foi descrito como simples para os padrões da época, mas entranhado de patriotismo. O anúncio apresentava ainda um resumo do livro; e no final, expressava o objetivo de tão longa conversa, desta forma: “Subscreve-se para esta obra na Tipografia do Progresso, do Observador, do Diário e do Publicador — preço por exemplar brochura — 2\$000 rs (Souza, 2017, p. 232).

Em sua tese de doutorado, Souza (2017) traz transcrição de uma parte desse Prospecto que revela sobre como a obra foi apresentada ao público:

PUBLICAÇÕES PEDIDAS

Prospecto

O romance brasileiro que se vai dar ao prelo, sob a denominação de — ÚRSULA — é todo filho da imaginação da autora, jovem maranhense, que soltando as asas a sua imaginação, estreia a sua carreira literária, oferecendo ao Ilustrado Público da sua nação as páginas talvez por demais vazias dum estilo apurado, como o é o do século, mas simples; e os pensamentos não profundos, mas entranhados de patriotismo. Todo ele presente-se de amor nacional, e de uma dedicação extrema à liberdade.

Os personagens de sua obra não os foi buscar num fato original; a existência desses entes criou-a ela no correr da mente.

A autora simpatiza com o que há de belo nas solidões dos campos, na voz dos bosques, e no gemer das selvas; e por isso preferiu tecer os fios do seu romance, melhor que nos salões dourados da corte, nos amenos campos, e nas gratas matas de seu país.

Recolhida a seu gabinete e a sós consigo mesma, a autora brasileira tem procurado estudar os homens e as coisas, e o fruto desses esforços de sua vontade é: — ÚRSULA —. [...].

A donzela, que vai aparecer-vos sob esse nome, vivendo isolada nas solitárias regiões do Norte, não é um desses tipos de esmerada civilização, mas longe de serem selvagens os seus costumes, Úrsula tinha o cunho de um caráter ingênuo e puro com o só defeito de ser talvez por demais ardente, e apaixonada a sua alma constante nos seus afetos, essa donzela se não assemelha a tantas outras mulheres volúveis e inconsequentes, que aprendendo desde o berço a iludir, deslustram o seu sexo mal compreendendo a missão de paz, e de amor de que as incumbiu Deus. [...].

Subscreve-se para esta obra na Tipografia do Progresso, do Observador, do Diário e do Publicador — preço por exemplar brochura — 2\$000 rs (A Imprensa, 17 out 1857, n. 40, ano I, p. 3 *apud* Souza, 2017, p. 232).

Essa apresentação da personagem, inserida no contexto do século XIX, revela valores morais profundamente enraizados na cultura da época, especialmente no que diz respeito ao papel da mulher na sociedade. A idealização da pureza, da ingenuidade e da constância afetiva, e, a oposição entre a “donzela” virtuosa e as

“mulheres volúveis e inconsequentes” apontam para uma moral feminina rigidamente prescrita, ligada à missão de “paz e amor” atribuída às mulheres por uma perspectiva patriarcal e cristã.

Contudo, a leitura contemporânea da personagem Úrsula permite vislumbrar outras camadas de complexidade. A narrativa de Firmina dos Reis vai além da mera reafirmação de um ideal feminino passivo: Úrsula, apesar de inserida num enredo romântico, é também uma figura que sofre os impactos das estruturas patriarcais e coloniais e reage a elas, o que a distancia da imagem estereotipada da mulher dócil e resignada. Essa diferença entre o discurso de apresentação do romance e a leitura atual da obra evidencia como as interpretações literárias são atravessadas pelas mudanças culturais e históricas — e como a crítica moderna pode (e deve) reposicionar essas personagens no centro de discussões sobre subjetividade, opressão e resistência.

O romance apresenta a trajetória de uma jovem sensível e virtuosa que vive em um contexto marcado por profundas desigualdades sociais e raciais. A história tem início quando Tancredo, um jovem branco de origem nobre, sofre um acidente e é socorrido por Túlio, um homem escravizado, com quem desenvolve uma relação de amizade e respeito, vínculo raro em uma sociedade estruturada pela escravidão. Ao longo da narrativa, Tancredo se apaixona por Úrsula e declara seu amor por ela.

Carregando as dores do passado traumático, Tancredo foi rejeitado por Adelaide, por quem era apaixonado, que acabou se casando com seu pai, o que o levou ao exílio. Ao retornar, desiludido, ele confronta esse passado doloroso e rompe com sua família. Paralelamente, Úrsula torna-se alvo do desejo de seu tio, o Comendador Fernando P., homem cruel e autoritário que tenta forçá-la ao casamento. Diante da ameaça, ela busca refúgio em um convento.

Ao longo da obra, a luta de Úrsula contra os abusos de poder do Comendador e a dor causada pela morte de Tancredo se intensificam. A história culmina com a trágica morte de Tancredo e com o sofrimento de Úrsula, que enlouquece, incapaz de lidar com a perda. O Comendador, atormentado pela culpa, busca redenção em um convento, mas morre sem ser punido por seus crimes, enquanto a vida de Adelaide é marcada pela infelicidade e pelo remorso.

Úrsula é, portanto, uma narrativa trágica que explora temas como a opressão social e racial, o amor não correspondido e as consequências devastadoras da crueldade e da injustiça. A obra também levanta questões sobre as relações de poder

e resistência em um contexto de desigualdade, com personagens que lutam contra um destino imposto pelas convenções sociais.

Maria Firmina dos Reis se insere nesse paradigma ao se aventurar a escrever dentro do contexto imposto pela realidade brasileira da época. Enfrentando as dificuldades econômicas e geográficas, ela nunca deixou o eixo maranhense entre Guimarães e São Luís. Inserida em uma sociedade patriarcal seus escritos, frequentemente vistos como ingênuos e excessivamente doces, refletiam um estilo ultrarromântico, típico do período em que viveu. No entanto, assim como suas contemporâneas, a autora abordava temas que eram sistematicamente negados pelos escritores de sua época. Sua obra, profundamente ligada às condições econômicas, sociais e culturais de seu tempo, revela uma postura abolicionista (Mendes, 2006).

O Ultrarromantismo, como aponta Candido (2002, p. 42), emergiu na década de 1850, sendo uma continuidade de uma tendência iniciada nos anos de 1840. Esse movimento literário foi caracterizado por uma produção jovem e exuberante, refletindo uma literatura de juventude que, antes das inevitáveis “atenuações trazidas pela vida prática”, deu vazão aos exageros típicos da escola romântica. Essa fase é marcada por ênfase na expressividade e na intensificação dos sentimentos, constituindo-se como um momento de efusão emocional sem as restrições que viriam com o amadurecimento.

Complementando essa perspectiva, Bosi (2017) destaca o uso recorrente de metáforas e comparações pelos autores ultrarromânticos, as quais traduziam os sentimentos humanos por meio de imagens naturais. A flor desfolhada, por exemplo, simbolizava a juventude sem viço; o sussurro da brisa era associado ao suspiro do amante, e as ondas eram personificadas como anjos repousando no mar. Esse uso da linguagem, repleto de metáforas, personificações e imagens vívidas, visava amplificar e exagerar as emoções das personagens criando uma atmosfera de intensificação sentimental nas obras dessa vertente literária.

É nesse contexto que surge a descrição da província do Maranhão no primeiro capítulo de seu romance, que, por meio de linguagem rica e vívida, retrata a natureza e a paisagem local com um tom poético e sensível. Maria Firmina descreve os campos como vastos e belos, inundados pelas torrentes do inverno, comparando-os ao oceano em bonança calma. A linguagem utilizada para descrever a paisagem é detalhada, cheia de imagens naturais que simbolizam a beleza e a efemeridade do

ambiente: a transformação da paisagem com a chegada das chuvas e o renascimento da terra é comparada a um tapete verde, matizado pelas flores tropicais:

SÃO VASTOS E BELOS OS NOSSOS CAMPOS; porque inundados pelas torrentes do inverno semelham o oceano em bonança calma- branco lençol de espuma, que não ergue marulhadas ondas, nem brame irado, ameaçando insano quebrar os limites, que lhe marcou a onipotente mão do rei pela criação. Enrugada ligeiramente a superfície pelo manso correr da viração, frisadas as águas, aqui e ali, pelo volver rápido e fugitivo dos peixinhos, que mudamente se afagam, e que depois desaparecem para de novo voltarem – os campos são qual vasto deserto, majestoso e grande como o espaço, sublime como o infinito (...). Depois, mudou-se já a estação; as chuvas desapareceram, e aquele mar, que viste, desapareceu com elas, voltou às nuvens, formando as chuvas do seguinte inverno, e o leito que outrora fora seu, transformou-se em verde e úmido tapete, matizado pelas brilhantes e lindas flores tropicais, cuja fragrância arrouba e só tem por apreciador algum desgarrado viajor, e por afago a brisa que vem conversar com elas no cair da tarde- a hora derradeira do seu triste viver. (...) Entretanto em uma risonha manhã de agosto, em que a natureza era toda galas, em que as flores eram mais belas, em que a vida era mais sedutora – porque toda respirava amor- em que a erva era mais viçosa e rociada, em que as carnaubeiras, outras tantas atalaias ali dispostas pela natureza, mais altivas , e mais belas se ostentavam, em que o axixá com seus frutos imitando purpúreas estrelas esmaltava a paisagem, um jovem cavaleiro melancólico , e como que exausto de vontade, atravessando porção de um majestoso campo, que se dilata nas planuras de uma das nossas melhores, e mais ricas províncias do norte, deixava-se levar ao través dele por um alvo e indolente ginete. Longe devia ser o espaço que havia percorrido; porque o pobre animal, desalentando, mal cadenciava os pesados passos (Reis, 2018b, p. 95-97).

Maria Firmina recorre, assim, à natureza como um reflexo das emoções e dos sentimentos humanos, conferindo à paisagem uma carga simbólica e emocional que fortalece o caráter ultrarromântico de sua escrita. Esse uso da natureza como metáfora de estados interiores e como elemento que intensifica a narrativa demonstra como a autora se insere, de maneira única, na tradição do Romantismo brasileiro.

Dentro do movimento Ultrarromântico brasileiro, Maria Firmina dos Reis vai além do retrato convencional do sofrimento amoroso, tão característico da época, ou da mera descrição poética e sensível da natureza. Sua obra se destaca ao introduzir uma crítica incisiva às normas sociais vigentes, ampliando consideravelmente o escopo temático dessa literatura oitocentista. Ao explorar as complexidades dos relacionamentos humanos, Firmina utiliza sua escrita como um instrumento para denunciar as injustiças sociais e promover ideias abolicionistas.

Em pesquisa anterior, duas tríades de personagens significativas em *Úrsula* foram identificadas. A primeira envolve um triângulo amoroso entre Úrsula, Tancredo e Fernando. A segunda não se limita a tratar da escravização de forma abstrata ou

generalizada, mas personaliza a questão ao caracterizar três personagens — Túlio, Susana e Antero. Essas figuras são dotadas de características que as humanizam e, de maneira inovadora para a época, representam seres humanos em um contexto em que a literatura e a sociedade frequentemente exaltavam a superioridade do homem branco.

Dessa forma, Maria Firmina constrói sua narrativa para além das temáticas amorosas convencionais, contrapondo duas realidades distintas: de um lado, os escravizados que lutam por liberdade e dignidade; de outro, os fazendeiros brancos, cujas paixões e conflitos geralmente ignoram o que ocorre nas senzalas. Essa justaposição de perspectivas enriquece o enredo e evidencia a complexidade social representada na obra⁵¹.

O conto “A escrava” foi publicado em 1887, pouco antes da abolição da escravização no Brasil, consolidada com a promulgação da Lei Áurea em 1888. Diferente de outras narrativas abolicionistas, Firmina retrata os eventos do sistema escravista sob a perspectiva do próprio escravizado. Considerando o contexto histórico de sua produção, o conto se destaca não apenas pela abordagem ousada do tema, o que o torna um importante registro histórico e literário.

No conto, a narrativa é multifacetada, a escravidão é abordada a partir de diferentes perspectivas, interrompendo o discurso dominante da sociedade imperial brasileira. Ambientado em um salão frequentado por figuras de prestígio o conto inicia-se com um narrador heterodiegético, que estabelece o cenário e apresenta a discussão sobre o “elemento servil” (Reis, 2018a, p. 164).

A partir dessa moldura, o discurso da narradora abolicionista, uma personagem feminina que relata sua defesa de uma mulher e seu filho escravizados, insere uma voz intradiegética, que se soma à narrativa principal, reforçando o debate. Além disso, a estrutura narrativa se complexifica com a introdução da voz da escravizada, que finalmente ganha espaço para expor sua experiência, um movimento ousado para a época⁵².

⁵¹ Para uma análise mais detalhada sobre essa multiplicidade de perspectivas em *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis, consulte o artigo, *Memória e identidade: o papel de Susana e Túlio em Úrsula de Maria Firmina dos Reis* (Bertoli, 2025).

⁵² A classificação de narrador heterodiegético e intradiegético foi adotada a partir do modelo proposto por Arnaldo Franco Junior (2003), que explora as diferentes perspectivas narrativas dentro da obra literária e suas implicações para a construção da trama.

Assim, a construção da narrativa, por meio de três níveis narrativos, revela a opressão e a resistência no contexto da escravização, utilizando o conceito de narrativas encaixantes (Todorov, 1969) para entrelaçar essas diferentes perspectivas e ampliar a crítica social ao dar visibilidade ao sujeito silenciado. O conto se configura, dessa forma, como um marco na literatura abolicionista, trazendo à tona o sofrimento dos escravizados e perturbando os discursos da classe dominante.

Silva (2013) diz que:

Ao contrário do que fez em 1859, em *Úrsula*, a fala antiescravista aqui não é carregada de subterfúgios. Afinal, os tempos são outros e, como já indicamos, a discussão sobre o elemento servil estava à tona. Maria Firmina aproveita a oportunidade para, mais uma vez, descerrar sua fala antiescravista e, neste caso, continua com os argumentos religiosos presentes em *Úrsula*, mas os junta com a questão da moral cívica, da nação, da civilização, da família (Silva, 2013, p. 151).

A seguir, uma análise aprofundada da negritude feminina nas personagens Susana, de *Úrsula*, e Joana, de “*A escrava*”. Essas duas figuras centrais das obras de Maria Firmina dos Reis representam a complexidade e a luta da mulher negra no Brasil imperial. Através da análise da construção dessas personagens será possível explorar como a autora retrata as experiências de opressão e identidade, além de refletir sobre as questões raciais e de gênero que permeiam suas trajetórias. A análise dessas personagens permitirá compreender como a autora, ao abordar a negritude feminina, contrapõe o biopoder e o processo necropolítico imposto pelo sistema escravocrata, promovendo uma reflexão crítica sobre o contexto social e político de sua época.

4.3 VOU CONTAR-TE DO MEU CATIVEIRO

“Vou contar-te do meu cativeiro”⁵³. A fala da personagem Susana se apresenta como um ato de insurgência contra o apagamento da memória e da subjetividade da mulher negra escravizada. Longe de ocupar a posição passiva que, historicamente lhe foi imposta, Susana se afirma como sujeito enunciator e, ao fazê-lo, rompe com toda lógica colonial que lhe negava voz. O ato de contar, nesse contexto, não se reduz à simples rememoração do sofrimento: trata-se de um ato político e que tensiona os regimes de silenciamento instituídos pelo colonialismo e pelo patriarcado.

A narrativa de Susana funciona como denúncia e testemunho, suscitando práticas discursivas, já vistas no segundo capítulo nesta dissertação, que, no século XX e XXI, seriam nomeadas por Conceição Evaristo como *escrevivência* (2020), e por Sueli Carneiro (2005) o como *reações ao epistemicídio* – isto é, ao apagamento sistemático das experiências e saberes das populações negras e subalternizadas.

Ao anunciar a intenção de contar seu “cativeiro” Susana desafia o sistema necropolítico que desumanizava os corpos negros. Tal como delineada por Mbembe (2016, p. 123), “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”. A presença da voz dessa personagem desfaz a operação necropolítica de silenciamento e morte simbólica e reconfigura o espaço literário como um terreno de reexistência. Nesse sentido, a fala de Susana resiste também à lógica do biopoder foucaultiano, articulado conceitualmente no capítulo dois, que tenta controlar e normatizar os corpos racializados, sobretudo os femininos.

A decisão de contar sobre a sua dor interfere na ordem do discurso, reposicionando o corpo negro feminino como produtor de sentido, “como se com sua voz primordial moldasse o barro, donde nascerá nova matéria conhecida” (Miranda, 2019, p. 109). Ou seja, Firmina, ao optar pela voz em primeira pessoa, não apenas antecipa as estratégias da literatura negra contemporânea, mas também tensiona as estruturas narrativas do Romantismo brasileiro marcadas pela branquitude sentimental característica do Ultrarromantismo — deslocando o foco para o protagonismo da negritude feminina.

⁵³ Reis, M. F. *Úrsula*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2018b, p. 180.

A fala de Susana, nesse contexto, ultrapassa a função de simples recurso narrativo: representa uma virada estética e política na literatura brasileira oitocentista ao afirmar uma subjetividade negra que recusa o lugar do silêncio. Esse trecho assume o papel de resistência, ruptura da lógica da desumanização e da negação da história dos povos africanos, sem interlocutores entre Susana e sua dor, e também de sua humanidade.

A fala de Susana, nesse contexto, ultrapassa a função de simples recurso narrativo: representa uma virada estética e política na literatura brasileira oitocentista ao afirmar uma subjetividade negra que recusa o lugar do silêncio. Esse trecho assume o papel de resistência, ruptura da lógica da desumanização e da negação da história dos povos africanos, sem interlocutores entre Susana e sua dor e de sua humanidade. Nesse sentido, a postura de Susana dialoga com o que Mbembe (2014) observa sobre a experiência da exclusão: “com frequência o desejo de diferença emerge justamente ali onde se vive mais intensamente uma experiência de exclusão. Nessas condições, a proclamação da diferença é a linguagem invertida do desejo de reconhecimento e de inclusão” (Mbembe, 2014, p. 135). Esse desejo, porém, não é o de poder, mas o de proteção e preservação diante do perigo, como se vê na fala de Susana ao rememorar seu sequestro:

Ainda não tinha vencido cem braças do caminho, quando um assobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo eminente que aí me guardava. E logo dois homens apareceram, e **amarraram-me** com cordas. Era uma prisioneira – era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: **os bárbaros** sorriam-se das minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível... a sorte me reservava ainda longos combates. Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava – pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! Meu Deus! O que se passou no fundo da minha alma, só vós o pudestes avaliar!... (Reis, 2018b, p. 180-181, reticências da autora, grifos nossos).

Nesse ponto, a diferença inscrita em Susana torna-se não apenas memória do trauma, mas também potência política. Ao narrar seu sequestro Susana resiste à lógica da desumanização. A súplica desesperada por liberdade, feita em nome da filha e ignorada com escárnio pelos captores, evidencia a denúncia de uma barbárie legitimada pela ordem escravocrata. O discurso de Maria Firmina dos Reis subverte, assim, a lógica civilizatória dominante no século XIX, que buscava justificar a escravidão por meio da noção de inferioridade racial. A personagem afirma: “os

bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão”⁵⁴ — invertendo, conscientemente, os termos “civilização” e “barbárie” ao inverter o discurso hegemônico da época, que atribuía aos africanos a barbárie e não aos escravizadores.

Essa inversão, como observam Régia Agostinho da Silva (2013) e Fernanda Miranda (2019), desloca os fundamentos da narrativa colonial ao identificar a verdadeira barbárie naqueles que sequestram, escravizam e violentam, negando a humanidade do Outro. Para Firmina, conforme destacam as autoras, os verdadeiros bárbaros são aqueles que, ignorando a humanidade do outro, sequestram, escravizam e violam corpos e afetos. Assim, o grito de dor de Susana não apenas denuncia o sofrimento individual, mas questiona os pilares do projeto colonial-escravista brasileiro.

Esse movimento de denúncia encontra seu ápice na vívida descrição da travessia do Atlântico, onde a personagem evidencia os horrores do tráfico negreiro e o caráter brutal dos verdadeiros bárbaros — aqueles que transformaram seres humanos em mercadoria:

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura, até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a **mercadoria humana** no porão fomos **amarrados em pé**, e, para que não houvesse receio de revolta, **acorrentados como os animais** ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa: davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca; vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos! (Reis, 2018b, p. 181, grifos nossos).

No trecho em que Susana descreve a travessia do Atlântico — “Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio [...]”⁵⁵ —, Maria Firmina dos Reis antecipa, com brutal intensidade, o que mais tarde se tornaria um dos momentos líricos mais conhecidos da literatura abolicionista brasileira: o poema *Navio Negreiro*, de Castro Alves, publicado em 1869⁵⁶. Contudo, como lembra Silva (2013), a narrativa da “tragédia no mar” já estava

⁵⁴ (Reis, 2018b)

⁵⁵ (Reis, 2018b)

⁵⁶ Ano original de publicação do poema *Navio Negreiro*, de Castro Alves. A edição consultada está referenciada como Alves (2020) na bibliografia.

presente na obra de Firmina nove anos antes do poema do autor baiano, o que evidencia a originalidade e a ousadia da escritora maranhense ao tematizar o horror da travessia escravagista.

A fala de Susana reconfigura o discurso da barbárie: os verdadeiros bárbaros não são os corpos negros transportados como “mercadoria humana”, mas os agentes da escravidão que os tratam “como animais ferozes”. Essa inversão se alinha ao que Miranda (2019) e a própria Silva (2013) apontam como a crítica implícita à lógica civilizatória ocidental, que sustentava o colonialismo.

A denúncia feita por Firmina também permite aproximações com o pensamento de Paul Gilroy (2001), sobretudo quando se pensa o navio negreiro como metáfora central do “Atlântico Negro” — um espaço de violência e diáspora, mas também de resistência, comunicação e formação de subjetividades negras. A desterritorialização⁵⁷ forçada de Susana e seus “companheiros de infortúnio” não implica apagamento, mas sim a produção de uma memória coletiva, discutido no segundo capítulo, que rompe com as “velhas estruturas conceituais” e inscreve uma nova geopolítica do sofrimento e da luta.

Castro Alves (2020), por sua vez, narra em seus versos como via os porões do navio:

Hoje... o porão negro, fundo,
Infecto, apertado, imundo,
Tendo a peste por jaguar...
E o sono sempre cortado
Pelo arranco de um finado,
E o baque de um corpo ao mar... (Alves, 2020, p. 87)

⁵⁷ O conceito de desterritorialização, formulado por Deleuze e Guattari (1996), refere-se a processos em que estruturas sociais, culturais ou subjetivas são deslocadas de seus contextos originários, abrindo espaço para novas formas de existência e sentido. Embora o termo tenha origem em análises do capitalismo e da esquizoanálise, sua potência reside justamente na capacidade de descrever movimentos de deslocamento — físicos, simbólicos ou políticos — que desestabilizam territorialidades fixas e produzem novos agenciamentos. No caso da travessia atlântica forçada de Susana trata-se de uma desterritorialização radical: não apenas geográfica, mas também cultural, ontológica e histórica. No entanto, como apontam os próprios autores, toda desterritorialização é acompanhada por uma reterritorialização — e é nesse ponto que a experiência de Susana e seus “companheiros de infortúnio” se torna paradigmática. A partir da dor, do exílio e da violência colonial, forma-se uma nova territorialidade simbólica, uma geopolítica da memória e da resistência que desafia as estruturas epistemológicas coloniais. Ainda assim, cabe considerar criticamente o uso de uma categoria forjada no interior da filosofia europeia para interpretar experiências negras de deslocamento forçado: até que ponto o aparato conceitual de Deleuze e Guattari consegue dar conta da singularidade histórica da diáspora africana? A articulação, aqui, visa não à sobreposição, mas a uma fricção produtiva entre os regimes de pensamento.

Nesse sentido, a escrita de Firmina ultrapassa o mero relato de uma travessia brutal. Ela articula, por meio da subjetividade de Susana, uma dimensão de horror que, embora também presente em *O Navio Negreiro*, de Castro Alves, adquire uma inflexão distinta ao partir do ponto de vista de uma mulher negra escravizada. Se o autor descreve o porão como “negro, fundo, infecto, apertado, imundo”, associando o navio à peste e à morte, sua denúncia lírica traduz uma sensibilidade abolicionista masculina e “branca”⁵⁸, observadora da cena.

Evaristo (2009, p.18) enfatiza essa distinção ao afirmar: “quando escrevo, quando invento, quando crio a minha ficção, não me desvinculo de um ‘corpo-mulher-negra em vivência’ e que por ser esse ‘o meu corpo, e não outro’, vivi e vivo experiências que um corpo não negro, não mulher, jamais experimenta”. A autora destaca ainda que, embora haja experiências semelhantes entre negros e negras, “há um instante profundo, perceptível só para nós, negras e mulheres, para o qual nossos companheiros não atinam” (p. 18). Assim, ao escrever “desde sua própria vivência”, Firmina, por meio da voz de Susana, constrói uma autoria singular, distinta do discurso de Castro Alves, que representa uma sensibilidade que “fala pelos/por” negros, a partir de uma posição externa.

O processo de captura, confinamento e embarque dos africanos para o tráfico negreiro era marcado por extrema violência. Como afirma o historiador Luiz Felipe de Alencastro na obra, *O trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul* (2000, p. 98-99), “o ponto mais delicado era a etapa dos portos africanos [...] esperas para completar a lotação, falhas nos estoques de alimentos e água, sobrecarga nos navios, aumentavam exponencialmente as taxas de mortalidade durante a travessia”. Essa violência não se limitava ao mar: antes mesmo do embarque, a jornada terrestre até os portos, em especial até Luanda⁵⁹ — o maior porto negreiro da história —, ceifava milhares de vidas. Nas palavras do autor:

⁵⁸ A caracterização de Castro Alves como “branco” nesta análise não se refere apenas à sua identidade racial mas à sua posição enunciativa e simbólica. Como afirma Zilá Bernd (1988), “Castro Alves não entrou na pele do negro para ser seu porta-voz, mas apenas tomou o escravo e a escravidão como temática de eleição quase que por força do momento histórico em que vivia” (Bernd, 1988, p. 57). Diferente de Luiz Gama, que “assume-se como outro” e subverte os códigos do condoreirismo com um “eu-enunciador negro”, Castro Alves “condói-se, vocifera, persuade ou exalta a sorte dos cativos” (Bernd, 1988, p. 57), mas conserva os escravos numa posição de alteridade, como sujeitos distintos e afastados. Bernd também ressalta que o poeta pertence a uma linhagem de autores “perfeitamente adaptados ao mundo branco ou, melhor, aos padrões culturais do Ocidente” (Bernd, 1988, p. 65).

⁵⁹ Luiz Felipe de Alencastro, em *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, analisa o tráfico negreiro na região do Atlântico Sul durante os séculos XVII e XVIII, com ênfase nos portos africanos, especialmente Luanda, um dos maiores centros de embarque de escravizados da época

Meses havia, portanto, em que 1500 indivíduos deixavam para sempre sua gente, sua aldeia, sua terra, empurrados para dentro dos tumbeiros. Outros tantos indivíduos aguardavam encurralados nas cercanias da cidade, sendo escolhidos, alimentados e, muitas vezes, sepultados ali mesmo. Cansaço físico, mau tratamento no percurso terrestre, subnutrição e as doenças do porto luandense ceifavam boa parte dos escravos forasteiros, arrancados do platô Ovimbundo e de mais longe (Alencastro, 2000, p. 83-84).

Esses relatos evidenciam como a experiência da escravização se configurava como um projeto necropolítico, que se manifestava já nos primeiros instantes do sequestro. A condição subumana imposta aos africanos se acirrava durante a travessia marítima, marcada por condições degradantes. Segundo Alencastro (2000), as causas de morte em alto-mar eram inúmeras, sendo a desidratação uma das principais devido às altas temperaturas nos porões dos navios e à escassez crônica de água potável, agravada pela salinidade natural da região de Luanda. Havia também surtos frequentes de escorbuto, além de disenterias, anorexia e estados profundos de apatia e tristeza. O autor observa:

Disenterias bacilares e amebianas, frequentes entre os deportados, assim como tipos mortais de anorexia e apatia – uma forma de banzo –, que os negreiros ingleses denominavam *mortal melancholy*, deriva da desidratação continuada do corpo humano (Alencastro, 2000, p. 253).

Esse estado, conhecido como banzo, segundo Clóvis Moura (2004), era entendido como uma espécie de depressão psíquica resultante da ruptura afetiva e territorial com a terra de origem. Muitos dos africanos acometidos de banzo chegavam ao suicídio, evidenciando o grau de sofrimento psíquico que marcou a travessia atlântica. Para o autor, tratava-se do “estado de depressão psicológica que se apossava do africano logo após seu desembarque no Brasil. Geralmente os que caíam nessa situação de nostalgia profunda terminavam morrendo” (Moura, 2004, p. 63). Essa condição pode se expressar, por exemplo, na religiosidade afro-brasileira enquanto forma de resistência e reinvenção de pertencimento.

Conforme explica Danielle Lame (2012), o tráfico transatlântico incluía tanto o comércio triangular quanto o tráfico direto entre o Brasil e regiões como o Congo e Angola⁶⁰:

colonial. Sua pesquisa destaca as condições brutais da captura, confinamento e transporte dos africanos, abordando os impactos dessa violência tanto na África quanto nas Américas.

⁶⁰ A autora refere-se às duas rotas predominantes do tráfico negreiro no Atlântico Sul entre os séculos XVI e XIX. O chamado “comércio triangular” envolvia a Europa, a África e as Américas enquanto o “tráfico direto” conectava o Brasil ao Golfo do Benim, à região do Congo-Angola e, posteriormente, ao

O comércio triangular e o tráfico direto entre o Brasil e o centro-oeste africano, Congo e Angola, para onde eram encaminhados escravos oriundos de Moçambique. (...) Os escravos que haviam sobrevivido à viagem de seis a oito semanas eram desembarcados nos diferentes portos americanos e colocados à venda” (Lame, 2012, p. 5-6).

Essas rotas evidenciam o caráter sistemático e estruturado da diáspora forçada. O tráfico, como mecanismo de controle e dominação, não apenas desumanizava os corpos negros, mas também operava como um dispositivo de apagamento das subjetividades africanas, criando, no entanto, contranarrativas de resistência, memória e reexistência nos territórios da diáspora.

Esse processo de desumanização extrema, como discutido por Alencastro (2000), evidencia que o corpo negro era reduzido a uma condição de mera mercadoria — armazenada, transportada e descartada conforme os interesses do capital colonial. Essa lógica perversa é reiterada por Mbembe (2014) ao afirmar que o negro foi uma criação dessa estrutura triangular de exploração, produzido dentro do comércio triangular: extraído na África, fundido nas *plantations*⁶¹ da América e transformado em valor na Europa.

O substantivo ‘Negro’ é depois o nome que se dá ao produto resultante do processo pelo qual as pessoas de origem africana são transformadas em mineral vivo de onde se extrai metal. Esta é a sua dupla dimensão metamórfica e económica. Se, sob a escravatura, África é o lugar privilegiado de extracção deste mineral, a plantação no Novo Mundo, pelo contrário, é o lugar da sua fundição, e a Europa, o lugar da sua conversão em moeda (Mbembe, 2014, p. 78)

Essa leitura da lógica triangular — que transforma pessoas em “mineral vivo”, fundido e monetizado — é contestada pela denúncia literária presente em *Úrsula*. Ao construir a narrativa de Susana, a autora subverte os valores desumanizadores do sistema escravista deslocando o olhar do colonizador para o ponto de vista da vítima.

sudeste africano (Moçambique), especialmente após a intensificação da repressão britânica ao tráfico transatlântico a partir de 1850. Nesse contexto, Luanda e Benguela destacaram-se como principais portos exportadores de cativos para o Brasil.

⁶¹ A *plantation*, enquanto unidade central da economia colonial moderna, constituía uma forma específica de exploração baseada na monocultura, no trabalho escravizado e na exportação para mercados europeus. Eric Williams (1944) demonstrou que as *plantations* não apenas estruturaram a economia das colônias, mas foram fundamentais na formação do capitalismo industrial europeu ao fornecerem o capital necessário para sua expansão. Sidney Mintz (2006) acrescenta que as *plantations* foram espaços industriais organizados para maximizar o lucro sob rígido controle externo, integrando-se a uma economia-mundo. Grada Kilomba, em *Memórias da Plantação* (2019), propõe uma leitura simbólica e atualizada do conceito, entendendo a *plantation* como metáfora da persistência do racismo estrutural que organiza a sociedade pós-colonial.

A descrição do navio negreiro — “estreito e infecto porão”, “sepultura”, “acorrentados como animais ferozes” — remete diretamente ao horror da escravidão transatlântica. A fala de Susana, neste ponto, carrega uma dimensão coletiva: “trezentos companheiros de infortúnio”⁶², ressaltando o caráter massivo da violência. Essa recordação, transmitida oralmente a Túlio, é um modo de testemunhar, de tornar público o que foi historicamente silenciado.

Em outros dois excertos o sofrimento de Susana continua:

O comendador P. foi o senhor que me escolheu. Coração de tigre é o seu! Gelei de horror ao aspecto de meus irmãos... os tratos por que passaram doeram-me até o fundo do coração! O comendador P. derramava sem se horrorizar o sangue dos desgraçados negros por uma leve negligência, por uma obrigação mais tibiamente cumprida, por falta de inteligência! E eu sofri com resignação todos os tratos que se dava a meus irmãos, e tão rigorosos como os que eles sentiam. E eu também os sofri, como eles, e muitas vezes com a mais cruel injustiça.

Pouco depois casou-se a senhora Luísa B., e ainda a mesma sorte: seu marido era um homem mau, e eu suportei em silêncio o peso do seu rigor.

E ela chorava, porque doía-lhe na alma a dureza de seu esposo para com os míseros escravos, mas ele via-os expirar debaixo dos açoites os mais cruéis, das torturas do anjinho, do cepo e outros instrumentos de sua malvadeza, ou então nas prisões onde os sepultavam vivos, onde, carregados de ferros, como malévolos assassinos, acabavam a existência, amaldiçoando a escravidão; e quantas vezes aos mesmos céus!... (Reis, 2018b, p. 182, reticências da autora)

A análise de Silva (2013) sobre a narrativa de Firmina destaca a contundente denúncia da escravização como regime de desumanização e suplício. Ao representar senhores como “tigres e verdugos”⁶³ a autora escancara a brutalidade das práticas escravocratas. A figura de Susana, que nomeia seus companheiros de cativeiro como “irmãos” e “filhos da mesma pátria/mátria que era a África”⁶⁴, introduz um princípio de solidariedade diaspórica e consciência de coletividade racial, contrastando com a fragmentação imposta pelo sistema escravocrata.

⁶² (Reis, 2018b)

⁶³ (Reis, 2018b)

⁶⁴ (Reis, 2018b)

Ao narrar as torturas e castigos⁶⁵ sofridos — como o “anjinho” e o “cepo”⁶⁶ — Firmina não poupa detalhes e insere na literatura brasileira uma memória do corpo negro violentado. Esse corpo, transformado em instrumento de trabalho e propriedade com valor de mercado, é mantido vivo em “estado de injúria”, como aponta Mbembe (2016, p. 131), mergulhado em “um mundo espectral de horrores, crueldade e profanidade intensos”. O espetáculo da dor, imposto ao corpo do escravo, evidencia uma lógica de controle que opera pela violência extrema, naturalizada dentro da estrutura colonial.

Essa denúncia encontra ressonância no conceito de Saidiya Hartman (1997) sobre a “dor dos outros”⁶⁷. A autora destaca o desafio estético de representar um sofrimento extremo sem reforçar o espetáculo da dor ou apagar a alteridade:

How does one give expression to these outrages without exacerbating the indifference to suffering that is the consequence of the benumbing spectacle or contend with the narcissistic identification that obliterates the other or the prurience that too often is the response to such displays? (Hartman, 1997, p. 3)⁶⁸.

O horror narrado por Susana não é apenas testemunho individual, mas índice de uma violência estruturante, sistematizada pelos códigos do regime colonial e racial.

Nesse sentido, Hartman (2021) observa:

⁶⁵ Segundo Laurentino Gomes (2019), o “anjinho” era um instrumento de suplício de origem medieval composto por dois anéis metálicos em forma de torniquete que eram introduzidos nos dedos dos escravos e gradativamente apertados, causando dores extremas e podendo esmagar os ossos para forçar confissões. Já o “cepo” era um longo e pesado tarugo de madeira preso ao tornozelo do escravo por correntes; o escravo tinha que carregar esse peso com a cabeça ao se movimentar. Essas práticas faziam parte de um conjunto de castigos e instrumentos de contenção usados para controlar e punir os escravizados. Como descreve o antropólogo brasileiro Arthur Ramos, na obra *A aculturação negra no Brasil*, publicada em 1972, “a série de instrumentos de suplício desafia a imaginação das consciências mais duras: o tronco, o vira-mundo, o cêpo e as correntes, as algemas, o libambo, a gargalheira, a gonilha ou golilha, a peia, o colete de couro, os anjinhos, a máscara, as placas de ferro. O cêpo, especificamente, consistia num grosso tronco de madeira que o escravo carregava à cabeça e que era preso por uma longa corrente a uma argola no tornozelo” (Ramos, 1942, p. 106-107).

⁶⁶ (Reis, 2018b)

⁶⁷ A expressão “dor dos outros”, embora não usada literalmente por Saidiya Hartman, condensa o problema ético que a autora discute em *Scenes of Subjection* (1997), especialmente no que se refere à representação da violência racial e do sofrimento dos corpos negros. Hartman questiona como narrar esses “ultrajes” sem reproduzir a lógica do espetáculo que banaliza ou erotiza a dor alheia, alertando para os riscos de uma identificação narcisista ou do consumo voyeurístico do sofrimento.

⁶⁸ Como expressar esses ultrajes sem intensificar a indiferença diante do sofrimento, que é consequência do espetáculo entorpecedor, ou sem ceder à identificação narcisista que apaga o outro, ou ainda à lascívia que frequentemente é a resposta a tais exhibições? (Hartman, 1997, p. 3, tradução nossa). Trata-se de uma reflexão central da autora sobre o dilema ético e estético de narrar a violência racial sem reproduzir os efeitos espetaculares da dor, evitando tanto a banalização quanto o consumo voyeurístico do sofrimento negro.

[...] mas o silêncio e recusa (sobre suas origens escravas e a conversa sobre a escravidão) não eram o mesmo que esquecimento. Apesar dos ditames da lei e dos senhores, que proibiam discussões sobre a origem das pessoas, todos se lembravam do estrangeiro da vila, todos se recordavam de quem havia sido escravo e com um simples olhar discerniam facilmente seus descendentes. [...] O escravo parecia a única pessoa que deveria desconsiderar o próprio passado. A princípio, isso me surpreendeu. Por que aqueles que perderam estariam mais inclinados ou suscetíveis a esquecer? (Hartman, 2021, p. 195).

No entanto, mesmo diante da barbárie, Maria Firmina oferece a possibilidade de redenção pela dignidade moral: Susana, já idosa, nega-se a entregar Úrsula e morre em silêncio, em mais um gesto de resistência. Como enfatiza Silva (2013), há uma construção de uma figura que condensa a denúncia à memória de um povo marcado pela diáspora e pela luta. A escravidão, dessa forma, é desvelada em sua vilania, não apenas como sistema econômico, mas como estrutura de apagamento físico, espiritual e social — o que torna a denúncia literária de Maria Firmina dos Reis tão radical quanto precursora de discursos decoloniais contemporâneos⁶⁹.

Sua escrita, ao construir a memória de uma personagem como Susana, rompe o silêncio histórico imposto aos corpos negros e, nas palavras de Kilomba (2019, p. 69), “escrever contra significa falar contra o silêncio e a marginalidade criados pelo racismo”. Esse conceito funciona como uma metáfora para a luta das pessoas colonizadas em acessar a representação dentro dos regimes brancos dominantes.

Como observa Hartman (2021), o silêncio imposto sobre a origem africana não se confundia com ausência de memória; ao contrário, a lembrança persistia como um tributo de saudade e dignidade. Nesse sentido, a fala de Susana se desloca do testemunho da barbárie para a evocação de uma liberdade vivida — uma África plena de sentido, afeto e pertencimento, cuja perda é tão violenta quanto o cativeiro em si. No trecho em que Susana relembra a liberdade vivida em sua juventude, na África, percebe-se um deslocamento temporal e espacial que resiste ao apagamento do passado pré-escravista:

⁶⁹ Nos discursos decoloniais contemporâneos, autores como Aimé Césaire, Frantz Fanon, Lélia Gonzalez e Grada Kilomba analisam o colonialismo como um sistema de opressão que transcende o econômico atingindo a cultura, a subjetividade e a identidade dos povos colonizados. A partir dessas críticas emergem estratégias de resistência baseadas na valorização das identidades negras, indígenas e outras subalternizadas, rompendo com as epistemologias hegemônicas e propondo novas formas de pensar e existir no mundo.

Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria as descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. Ah! Meu filho! Mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor da minha alma: uma filha, que era minha vida, as minhas ambições, a minha suprema ventura, veio selar a nossa tão santa união. E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, e essa filha tão extremamente amada, ah Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade!

[...] Era um destes dias em que a natureza parece entregar-se toda a brandos folgares, era uma manhã risonha, e bela, como o rosto de um infante, entretanto eu tinha um peso enorme no coração. Sim, eu estava triste, e não sabia a que atribuir minha tristeza. Era a primeira vez que me afligia tão incompreensível pesar. Minha filha sorria-se para mim, era ela gentilzinha, e em sua inocência semelhava um anjo. Desgraçada de mim! Deixei-a nos braços de minha mãe, e fui-me à roça colher milho. Ah! Nunca mais devia eu vê-la. (Reis, 2018b, p. 180).

O trecho selecionado evidencia que a memória da liberdade vivida antes do cativeiro permanece intacta, apesar das múltiplas violências sofridas. Segundo Miranda (2019), o impulso para essa rememoração surge a partir da palavra “pátria”, que se refere à África, evocada por Túlio para explicar à Susana sua condição de liberdade. Em resposta, Susana esclarece ao jovem os limites dessa liberdade dentro do contexto da razão colonial, narrando sua transformação de pessoa livre na África para escravizada no Brasil (Miranda, 2019).

A personagem rememora, com riqueza sensorial e afetiva, a juventude vivida na África: “corria pelas descarnadas e arenosas praias”, “brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração”⁷⁰. Essa recordação da liberdade, do amor conjugal e materno, constitui uma narrativa de resistência à lógica do escravismo colonial, que reduzia a pessoa negra à condição de objeto. E essa operação de memória cumpre papel político e estético de desestabilização. Como analisa Miranda (2019):

Por um lado, as memórias de sua vivência trazem à superfície do texto um passado vivido no espaço africano (ainda que a África rememorada seja idealizada), tencionando o passado que o romantismo tanto prezava e que os discursos ficcionais de nação projetaram no índio mítico. Por outro lado, ao narrar, pela primeira vez em primeira pessoa nas literaturas de língua portuguesa, a travessia pelo Atlântico após o rapto em sua terra natal pelos

⁷⁰ (Reis, 2018b)

européus, a narrativa amplia o conhecimento do leitor da época acerca de seu próprio presente, a partir da inscrição da realidade que a nação imputava aos sujeitos negros (Miranda, 2019, p. 111).

A lembrança de sua filha, de sua mãe e do momento da captura demonstra a violência da diáspora forçada, rasgando os laços familiares e desestabilizando identidades. Como afirma Gilroy (2001), a travessia do Atlântico marca não apenas a geografia do corpo escravizado, mas também inaugura um “Atlântico Negro” de deslocamentos culturais e subjetivos. Susana representa, nesse contexto, esse corpo feminino diaspórico que, mesmo violentado, preserva a memória e a dignidade ancestral.

A travessia atlântica, o sequestro de Susana e a ruptura com os vínculos familiares e territoriais dramatizam aquilo que Mbembe (2016) identifica como a condição estrutural do escravizado dentro da necropolítica: uma perda em três dimensões que define sua desumanização radical. Segundo o autor, “a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um ‘lar’, perda de direitos sobre seu corpo e perda de status político. Essa perda tripla equivale a dominação absoluta, alienação ao nascer e morte social” (Mbembe, 2016, p. 131). Susana encarna essa configuração ao ser arrancada de sua terra natal, privada de sua autonomia e reduzida ao silêncio enquanto sujeito histórico.

Como sintetiza Mbembe (2016, p. 132), “a vida do escravo é como uma ‘coisa’ possuída por outra pessoa, sua existência é a figura perfeita de uma sombra personificada”. Essa imagem da sombra reforça o apagamento ontológico do sujeito escravizado: alguém que está fisicamente presente, mas simbolicamente ausente — um corpo esvaziado de reconhecimento, memória e agência. E é justamente ao narrar essa experiência — ao lembrar da liberdade vivida na África, da maternidade interrompida, da violência inscrita em seu corpo — que Susana tensiona a racionalidade necropolítica e desafia a estrutura de dominação colonial.

Como propõe Evaristo (1996, p. 3), “é preciso, ao pensar o outro sob o prisma da diferença, não pensá-lo como um desviante da norma, de um modelo universal, mas como um indicador de outras posturas possíveis”. Ao rememorar sua liberdade anterior ao cativeiro e inscrever sua história de forma ativa Susana não apenas recusa a posição de figura subalternizada, mas se impõe como sujeito de saber e de experiência.

Segundo bell hooks (1995, p. 468), “intelectual é alguém que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas porque ele ou ela vê a necessidade de fazê-lo”. A personagem Susana, ao narrar sua história em um espaço dominado por discursos eurocêntricos, exerce essa função de transgressora, atuando como intelectual do seu tempo e da sua condição — ainda que fora dos espaços formais do saber.

Sua fala está atravessada por aquilo que Evaristo (2009, p. 18) chama “vivência de um corpo-mulher-negra” que experimenta a opressão de forma singular e histórica. Essa subjetividade irrompe na narrativa como escrevivência, uma escrita que “nunca foi uma mera ação contemplativa, mas um profundo incômodo com o estado das coisas” (Evaristo, 2020, p. 34).

A autora reforça essa perspectiva ao afirmar que, ao assumir a escrita, as mulheres negras se tornam sujeitos da própria representação, desestabilizando os discursos hegemônicos que historicamente as silenciaram,

se há uma literatura que nos inviabiliza ou nos ficciona a partir de estereótipos vários, há um outro discurso literário que pretende rasurar modos consagrados de representação da mulher negra na literatura. Assenhoreando-se “da pena”, objeto representativo do poder falocêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de autorrepresentação. Criam, então, uma literatura em que o corpomulher-negra deixa de ser o corpo do “outro” como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulhernegra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira. Pode-se dizer que o fazer literário das mulheres negras, para além de um sentido estético, busca semantizar um outro movimento que abriga todas as nossas lutas. Toma-se o lugar da escrita, como direito, assim como se torna o lugar da vida (Evaristo, 2005, p. 54).

Assenhoreando-se “da pena” Maria Firmina oferece à personagem Susana o espaço para inscrever sua autorrepresentação. Não se trata mais do corpo subalternizado sendo descrito, mas do corpo-sujeito negro que se narra com autoridade, experiência e legitimidade histórica. Firmina antecipa, assim, aquilo que Evaristo (2005) compreende como uma prática literária que não se limita à dimensão estética, mas que transforma a experiência negra em ato de resistência, memória e afirmação de vida. A escrita, nesse contexto, deixa de ser mero lugar de representação e converte-se em território de disputa simbólica, de inscrição histórica e de recusa à lógica colonial da coisificação.

Como reafirma Miranda (2020), Firmina “deve ser pensada como uma autora fundadora da literatura brasileira – ainda que seu nome tenha sido profundamente atravessado pelo silenciamento sistêmico” (Miranda, 2020, p. 61). A fala de Susana,

portanto, deve ser compreendida como parte desse projeto de refundação simbólica da história literária nacional, feito a partir da experiência negra e feminina.

Se em *Úrsula* a personagem Susana inscreve a dor da escravidão por meio da memória da liberdade africana, em “A escrava”, publicado um ano antes da assinatura da Lei Áurea, Maria Firmina dos Reis faz uso do recurso de não mais recorrer à mediação do triângulo amoroso branco para tratar da escravidão. Essa estratégia reforça a visceralidade e contundência da narrativa: logo nas primeiras linhas, a autora escancara a brutalidade necropolítica do sistema escravista, recusando suavizações narrativas ou idealizações românticas.

A escolha pela narrativa em primeira pessoa potencializa o impacto da experiência vivida e amplia a dimensão da crítica social e racial. Joana, como Susana, é uma mulher negra escravizada que tenta significar sua existência em um mundo que lhe nega humanidade. Sua resistência se expressa na recusa do silenciamento, na denúncia da falsa liberdade e na preservação da memória, ainda que a um alto custo psíquico. O próximo subtítulo analisará como essa personagem, envolta em perdas irreparáveis, encarna de modo contundente as dimensões necropolíticas da escravização ao mesmo tempo em que desafia, pela força de sua narrativa, os mecanismos coloniais de apagamento.

4.4 EU MESMA. AINDA POSSO FALAR

“Eu mesma. Ainda posso falar”⁷¹. Essa afirmação de Joana, aparentemente simples, ressoa como um ato de resistência e autonomia em um contexto em que a voz das mulheres escravizadas era sistematicamente silenciada. Nesta seção será feita uma análise sobre Joana: como a personagem central do conto “A escrava” utiliza sua fala não apenas como forma de expressão, mas como um instrumento de luta e reafirmação de sua humanidade. No entanto, antes de se chegar à história de Joana é preciso falar que o conto apresenta uma narradora abolicionista, cuja voz e perspectiva também merecem atenção, pois revelam os ideais de feminilidade e os valores sociais da época.

E ela começou:

⁷¹ REIS, M. F. *Úrsula e outras obras* [recurso eletrônico]. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018a. (Série Prazer de Ler; n. 11, e-book), p. 172.

— Era uma tarde de agosto, bela como um *ideal* de *mulher*, *poética* como um suspiro de *virgem*, melancólica e suave como sons longínquos de um alaúde misterioso.
 Eu cismava, embevecida na beleza natural das alterosas palmeiras que se curvaram gemebundas, ao sopro do vento, que gemia na costa.
 E o sol, dardejando seus raios multicores, pendia para o ocaso em rápida carreira (Reis, 2018a, p. 165, grifos nossos)

Após a discussão sobre o “elemento servil”⁷², Firmina prossegue com a construção da distinção entre mulheres brancas e negras. Em um salão onde se achavam reunidas muitas pessoas distintas e bem colocadas na sociedade a autora constrói a imagem da mulher branca como um ideal de pureza e beleza. O trecho “Era uma tarde de agosto, bela como um ideal de mulher, poética como um suspiro de virgem”⁷³ revela como, na sociedade da época, os ideais de beleza e virgindade estavam profundamente associados ao comportamento esperado das mulheres brancas, evidenciando a construção de um ideal feminino marcado por pureza e delicadeza.

Durante os séculos XVIII e XIX esses atributos eram exaltados dentro de um contexto social e religioso que valorizava a pureza e a castidade como virtudes, associando-as à honra e moralidade. Leila Algranti (1993, p.126) destaca que a mulher branca adquiria seu valor cívico e moral a partir de suas virtudes, sendo vista como pura, casta, ou fiel ao marido, e, portanto, honrada. Embora esses ideais fossem impostos pela sociedade, as mulheres brancas eram moldadas pelo paradigma patriarcal.

Em seguida, a senhora abolicionista apresenta uma mulher escravizada que, mais à frente na narrativa, descobriria se tratar de Joana em um momento de fuga desesperada de seu feitor. O trecho do conto descreve:

Não sei que sensações desconhecidas me agitavam, não sei!... Mas sentia-me com disposições para o pranto.
 De repente uns **gritos lastimosos**, uns **soluços angustiados** feriram-me os ouvidos, e uma **mulher correndo**, e em **completo desalinho**, passou por diante de mim, e como uma **sombra** desapareceu.
 Segui-a com a vista. Ela espavorida, e trêmula, deu volta em torno de uma grande moita de murta, e colando-se no chão nela se ocultou.
 Surpresa com a aparição daquela mulher, que parecia foragida, daquela mulher que um minuto antes quebrara a solidão com seus ais lamentosos, com gemidos magoados, com gritos de suprema angústia, permaneci com a vista alongada e olhar fixo, no lugar que a vi ocultar-se (Reis, 2018a, p. 165, grifos nossos).

⁷² (Reis, 2018a)

⁷³ (Reis, 2018a)

Esse excerto expõe o sofrimento extremo vivido por Joana que, desamparada, tenta escapar da violência e da opressão do sistema escravocrata, onde, como as demais mulheres escravizadas, lhe era negada a dignidade e a honra associadas às mulheres livres. A mulher é descrita em completo desalinho, uma imagem que revela sua perda de controle e o desespero da situação. Ao contrário das mulheres livres, as escravizadas não podiam usufruir dos privilégios que a sociedade patriarcal atribuía à feminilidade, como destaca Algranti (1993):

A honra era, obviamente, um bem atribuído pelo código de valores dos grupos dominantes aos homens e mulheres livres. Logo, as escravas eram consideradas mulheres sem honra, e com as quais um homem branco podia se relacionar sem levar em conta as normas de conduta que regiam as relações entre os sexos (Algranti, 1993, p. 137).

Quando o homem, armado e em busca de Joana, aparece no caminho essa relação de poder se torna ainda mais explícita. Sua fisionomia “sinistra”⁷⁴ e sua postura brutal não são apenas indicativos da violência física, mas também da lógica de controle que permeia o sistema escravocrata. Ao se referir à Joana como uma “negra que se finge doida”⁷⁵, o perseguidor não só a desumaniza, mas a coloca como um Outro⁷⁶, um ser que não se enquadra nas normas de subordinação e que, por isso, deve ser reprimido e punido.

[...] um homem apareceu no extremo oposto do caminho. [...] Era ele de cor parda, de estatura elevada, largas espáduas, cabelos negros, e anelados.
Fisionomia sinistra era a desse homem, que brandia, brutalmente, na mão direita um azorrague repugnante; e da esquerda deixava pender uma delgada corda de linho.
— Inferno! Maldição! – bradara ele com voz rouca. — Onde estará ela? – e perscrutava com a vista por entre os arvoredos desiguais que desfilavam à margem da estrada.
— Tu me pagarás – resmungava ele. – E aproximando-se de mim:
Não viu, minha senhora, – interrogou com acento, cuja dureza procurava reprimir, – não viu por aqui passar uma negra, que me fugiu das mãos ainda há pouco? Uma negra que se finge *doida*... Tenho as calças rotas de correr atrás dela por estas brenhas. Já não tenho fôlego (Reis, 2018a, p. 166).

⁷⁴ (Reis, 2018a)

⁷⁵ (Reis, 2018a)

⁷⁶ Ver os capítulos 1 e 2 desta dissertação.

Carneiro (2005) argumenta que a construção do Outro como uma ameaça ou perigo envolve um processo de desumanização no qual esse Outro é deslocado para uma posição intermediária entre a humanidade plena e a animalidade. Segundo a autora, essa lógica racista do século XIX enquadrava os negros dentro de um “gabarito de inteligibilidade do monstro” (Carneiro, 2005, p. 126), termo utilizado por Michel Foucault (2002, *apud* Carneiro, 2005) para descrever aqueles que eram socialmente percebidos como anomalias ou ameaças à ordem estabelecida.

Joana é representada como uma escravizada em fuga, caçada como um animal sujeito à violência iminente. A caracterização de seu perseguidor, feita por Firmina, reforça essa dinâmica ao descrever um homem armado com um azorague⁷⁷ e uma corda – o primeiro destinado a puni-la com açoites caso fosse capturada e o segundo, possivelmente, para amarrá-la e impedi-la de escapar novamente. Desde *Úrsula*, a autora utiliza a denúncia da violência escravista como estratégia para sensibilizar seus leitores quanto à brutalidade do sistema escravocrata. A escolha de descrever o perseguidor com uma “fisionomia sinistra” e o uso de expressões como “inferno” e “maldição”⁷⁸ para se referir à fuga de Joana contribuem para a construção de um antagonista cruel e desumano. Dessa forma, o texto direciona a empatia do leitor para a escravizada, que surge aterrorizada e indefesa, reforçando a crítica e a brutalidade do sistema escravista.

Por conseguinte, Joana aqui é vítima da escravização, da ferocidade de senhores “verdugos”⁷⁹, e essa classificação é hedionda. O trecho prossegue:

— Maldita negra! Esbaforido, consumido, a meter-me por estes caminhos, pelos matos em procura da preguiçosa... Ora! Hei de encontrar-te; mas, deixa estar, eu te juro, será esta a derradeira vez que me incomodas.
No tronco... no tronco: e de lá foge!
[...] Ao menor descuido foge. Quer fazer acreditar que é doida.
— Doida! – exclamei involuntariamente, e com acento que traía os meus sentimentos.
Mas o homem do azorague não pareceu reparar nisso, e continuou:
— Doida... doida fingida, caro te há de custar (Reis, 2018a, p. 166-167).

⁷⁷ Segundo os dicionários Aurélio e Houaiss, é um tipo de chicote ou instrumento usado para açoitar, geralmente composto por várias tiras de couro. Embora as definições não mencionem explicitamente, historicamente o azorague esteve associado a punições corporais aplicadas durante o período colonial e, especialmente, no contexto da escravidão, quando era usado para castigar pessoas escravizadas de forma brutal e sistemática.

⁷⁸ (Reis, 2018a)

⁷⁹ (Reis, 2018a)

O trecho evidencia a brutalidade do perseguidor e a concepção desumanizadora da escravizada em fuga. A forma como ele se refere a Joana, utilizando expressões como “maldita negra” e “preguiçosa”⁸⁰, revela a percepção dos escravizados não como sujeitos, mas como propriedade, cuja fuga é interpretada como um ato de insubordinação passível de punição exemplar. A menção ao tronco – instrumento de tortura utilizado para castigar cativos – reforça a lógica disciplinar que se sustentava na violência e no medo como mecanismos de controle.

Além disso, a insistência do perseguidor em desqualificar a possível insanidade de Joana ao chamá-la de “doida fingida”⁸¹ evidencia como o discurso escravocrata negava qualquer reconhecimento do sofrimento psíquico dos cativos, reduzindo suas manifestações de desespero a artimanhas para escapar da opressão. A reação involuntária da narradora ao ouvir a palavra “doida” sugere um momento de compaixão ou desconforto diante da cena, ainda que o feitor permaneça alheio a essa percepção, demonstrando sua imersão na lógica punitivista. Dessa forma, o trecho não apenas explicita a violência sistemática imposta aos escravizados, mas também marca um embate ideológico entre a visão da narradora e a do feitor, evidenciando o olhar crítico da obra em relação à escravidão.

No que diz respeito à desumanização, Mbembe (2016) lembra que o poder do opressor sobre o escravizado é tal que a vida deste se torna uma mercadoria, algo que pode ser possuído, negando-lhe qualquer autonomia ou humanidade. Dado que a vida do escravo é como uma “coisa” possuída por outra pessoa, sua existência é a figura perfeita de uma sombra personificada (Mbembe, 2016, p. 132), o que gera a transformação do ser humano em um objeto de propriedade. Essa perspectiva ecoa na descrença do feitor em relação à dor de Joana, que ele interpreta como uma farsa, ignorando sua humanidade e reduzindo-a a um mero instrumento de resistência à sua subordinação.

De maneira semelhante, Hebe Mattos de Castro (1997) aponta que o escravizado, desprovido de direitos fundamentais como o de propriedade, o de liberdade individual, o de honra e reputação, vê sua existência reduzida à mera conservação da vida e da integridade do corpo. Nesse contexto, sua humanidade é anulada e sua dignidade é, sistematicamente, ignorada. O feitor, ao tratar Joana como

⁸⁰ (Reis, 2018a)

⁸¹ (Reis, 2018a)

uma “doida fingida”, reflete essa lógica opressiva em que o escravizado não é reconhecido como sujeito pleno, mas como um ente privado de qualquer valor humano.

A história de Joana segue de maneira dramática e cruel: ela é vítima de um engano orquestrado pelo senhor Tavares do Cajuí que vendeu ao pai de Joana, um homem de origem indígena, uma falsa carta de liberdade. Sua mãe, uma mulher africana escravizada, também estava sob o domínio do senhor Tavares. Embora o pai de Joana não fosse cativo casou-se com a mãe de Joana e, com muito esforço, juntou dinheiro para comprar a liberdade da filha. Aproveitando-se da ignorância do casal, que não sabia ler, o senhor Tavares os enganou vendendo-lhes um documento que aparentava ser a libertação de Joana:

Um dia apresentou a meu senhor a quantia realizada, dizendo que era para o meu resgate. Meu senhor recebeu a moeda sorrindo-se – tinha eu cinco anos – e disse: — A primeira vez que for à cidade trago a carta dela. Vai descansado.
Custou a ir à cidade: quando foi demorou-se algumas semanas e, quando chegou, entregou a meu pai uma folha de papel escrita, dizendo-lhe:
— Toma, e guarda, com cuidado, é a carta de liberdade de Joana.
Meu pai não sabia ler, de agradecido beijou as mãos daquela fera.
Abraçou-me, chorou de alegria, e guardou a suposta carta de liberdade.
Então furtivamente eu comecei a aprender a ler, com um escravo mulato, e a viver com alguma liberdade.
Isto durou dois anos. Meu pai morreu de repente e, no dia imediato, meu senhor disse a minha mãe:
— Joana que vá para o serviço, tem já sete anos, e eu não admito escrava vadia.
Minha mãe, surpresa e confundida, cumpriu a ordem sem articular uma palavra.
Nunca a meu pai passou pela ideia que aquela suposta carta de liberdade era uma fraude; nunca deu a ler a ninguém; mas minha mãe, à vista do rigor de semelhante ordem, tomou o papel, e deu-o a ler àquele que me dava as lições. Ah! Eram umas quatro palavras sem nexos, sem assinatura, sem data! Eu também a li, quando caiu das mãos do mulato. Minha pobre mãe deu um grito, e caiu estrebuchando (Reis, 2018a, p. 172).

Na passagem, a ingenuidade e a falta de acesso à educação são fundamentais para a perpetuação da opressão. Quando o pai de Joana recebeu a “carta de liberdade”, sem saber que se tratava de uma fraude, demonstrou uma confiança absoluta na promessa do senhor. Ao receber o papel, que mais tarde se revelou vazio e sem valor legal, o guardou como um tesouro, acreditando que a filha estava livre. A revelação do engano só ocorreu quando Joana, ao aprender a ler com a ajuda de um escravo mulato, percebeu a farsa contida na carta. Essa descoberta

revela a manipulação da escravidão e a forma como a ignorância, induzida pelo sistema escravocrata, era usada para manter o controle sobre os cativos.

O grito da mãe, ao constatar a fraude, simboliza a dor e o desespero diante da cruel realidade da falsa liberdade. A realidade refletida nesse episódio é amplamente discutida por Davis (2018) que, citando Frederick Douglass, afirma que para um escravizado o conhecimento é uma ameaça ao sistema de opressão: Douglass, como menino escravizado, já havia percebido que “o conhecimento torna uma criança inadequada para a escravidão” (Douglass *apud* Davis, 2018, p. 11). A educação, portanto, surge como uma poderosa ferramenta de resistência, permitindo a conscientização da opressão e desafiando a lógica escravocrata. A falta de alfabetização dos pais de Joana é um elemento central na manutenção do engano, já que a ausência de uma leitura crítica do documento permitiu que a fraude fosse aceita como verdadeira.

Joana só toma consciência da farsa quando, após o falecimento de seu pai, é reescravizada pelo senhor. O gesto de devolvê-la ao trabalho forçado expõe a fragilidade da liberdade concedida e revela que a carta de alforria nunca passou de uma ilusão.

Uma outra questão que se coloca diz respeito à precoce escravização de Joana: aos cinco anos já era escravizada e aos sete anos foi reescravizada. Essa realidade é contextualizada pela historiadora Mary del Priore (2010), que destaca como, no sistema escravocrata, as crianças cativas, a partir dos 12 anos, eram consideradas adultas, após passarem pelo “adestramento” para o trabalho. Segundo a autora,

o aprendizado da criança escrava se refletia no preço que alcançava. Por volta dos quatro anos, o mercado ainda pagava uma aposta, contra a altíssima mortalidade infantil. Mas, ao iniciar-se no servir, lavar, passar, engomar, remendar roupas, reparar sapatos, trabalhar em madeira, pastorear e até nas tarefas próprias do eito, o preço aumentava. [...] Entre os quatro e os 11 anos, a criança ia tendo o tempo paulatinamente ocupado pelo trabalho, que levava o melhor e o mais do tempo, diria Machado de Assis. [...] Aos 14 anos a frequência de garotos desempenhando atividades, cumprindo tarefas e especializando-se em ocupações era a mesma dos escravos adultos. Os preços obedeciam a igual movimento. (Priore, 2010, p. 163).

Essa descrição evidencia como a infância das crianças escravizadas era negada e subjugada ao trabalho desde os primeiros anos de vida. Ao contrário da infância protegida, essa infância era rapidamente transformada em força de trabalho

com valor calculado conforme a capacidade de servir. Tal realidade se intensifica em outra cena marcante do conto em que Joana, devastada pela descoberta da fraude da carta de liberdade, presencia a chegada de um traficante de escravos ao engenho e a venda de seus filhos, Carlos e Urbano, para o senhor do Rio de Janeiro.

Um homem apeou-se à porta do Engenho, onde juntos trabalhavam meus pobres filhos – era um traficante de carne humana. Ente abjeto, e sem coração! Homem a quem as lágrimas de uma mãe não podem comover, nem comovem os soluços do inocente.
Esse homem trocou ligeiras palavras com meu senhor, e saiu.
Eu tinha o coração oprimido, pressentia uma nova desgraça.
À hora permitida ao descanso, concheguei a mim meus pobres filhos, extenuados de cansaço, que logo adormeceram. Ouvi ao longe rumor, como de homens que conversavam. Alonguei os ouvidos; as vozes se aproximavam.
Em breve reconheci a voz do senhor. Senti palpar desordenadamente meu coração; lembrei-me do traficante... corri para meus filhos, que dormiam, apertei-os ao coração. Então senti um zumbido nos ouvidos, fugiu-me a luz dos olhos e creio que perdi os sentidos.
Não sei quanto tempo durou este estado de torpor; acordei aos gritos de meus pobres filhos, que me arrastavam pela saia, chamando-me: mamãe! Mamãe! (Reis, 2018a, p. 170-173).

A separação não é apenas uma tragédia pessoal, mas um reflexo da violência estrutural da escravidão, que não poupava sequer os vínculos familiares mais básicos. Carlos e Urbano, ainda jovens, já estavam sujeitos ao trabalho forçado, o que sugere que seriam submetidos a condições ainda mais severas. Estudos históricos confirmam essa prática sistemática como observa Esther Maria de Magalhães Arantes (2009), ao citar Mattoso: “a partir dos 7 anos, entrava a criança para o mundo do trabalho na condição de ‘aprendiz’ ou ‘moleque’, e aos 12/14 anos já se constituía plenamente como força de trabalho escrava” (Mattoso *apud* Arantes, 2009, p. 173).

A cena em que Joana abraça os filhos, tentando protegê-los da venda, também pode ser interpretada como uma crítica à naturalização dessa exploração. O desespero da mãe, que pressente a chegada do traficante e tenta, em vão, impedir a separação, revela a dimensão humana da escravidão, frequentemente apagada pelos discursos que a justificavam. A fala dos filhos, chamando por “mamãe”, ecoa como um grito de resistência, lembrando que, mesmo nas condições mais desumanas, os laços familiares e afetivos permaneciam como um símbolo de luta contra a desumanização. Essa resistência, contudo, era constantemente ameaçada pela violência do sistema que não hesitava em separar famílias para garantir seus lucros.

Nesse contexto, observa-se a atuação do biopoder segundo o qual o poder moderno se exerce por meio do controle dos corpos e da gestão da vida. Ao dispor da vida dos escravizados, decidindo sobre sua reprodução, separação e morte simbólica ou literal, o sistema escravocrata operava como uma máquina biopolítica regulando os afetos e os vínculos como forma de dominação.

Além disso, a venda de Carlos e Urbano pode ser lida como uma metáfora para o trauma intergeracional causado pela escravidão. Joana, que já havia sido vítima de uma falsa carta de liberdade e da reescravização, agora vivencia a dor de ver seus filhos serem arrancados de seu convívio. Esse ciclo de violência e opressão, que se repete, de geração em geração, reflete o impacto duradouro da escravidão não apenas sobre os indivíduos, mas sobre suas famílias e comunidades. A perda dos filhos pode ser vista como uma metáfora para a ruptura dos laços comunitários e culturais imposta pelo sistema escravocrata, que buscava desestabilizar qualquer forma de organização ou resistência entre os escravizados.

— De quem fala ela? – interoguei Gabriel, que limpava as lágrimas na coberta da cama de sua mãe.

— É *doida*, minha senhora; fala de meus irmãos Carlos e Urbano, crianças de oito anos, que meu senhor vendeu para o Rio de Janeiro. Desde esse dia ela endoideceu.

[...] — Ah! Se pudesse, nesta hora extrema ver meus pobres filhos, Carlos e Urbano!... Nunca mais os verei! Tinham oito anos (Reis, 2018a, p. 170).

A caracterização de Joana como “doida” no conto revela uma estratégia recorrente no discurso colonial para desumanizar e silenciar sujeitos escravizados. Desde o início do texto, a condição de Joana é posta sob suspeita pelos personagens que a cercam. O feitor, por exemplo, insiste que ela “se finge de doida” (Reis, 2018a, p. 166) atribuindo-lhe uma suposta simulação para evitar o trabalho. Esse discurso reitera a visão colonial que associa o escravizado à preguiça e à desrazão, desqualificando suas ações como resistência legítima. Como no trecho:

— Então, – perguntei-lhe, aparentando o mais profundo indiferentismo, pela sorte da desgraçada, – foge sempre?

— Sempre, minha senhora. Ao menor descuido foge. Quer fazer acreditar que é doida.

— *Doida!* – exclamei involuntariamente, e com acento que traía os meus sentimentos.

Mas o homem do azorrague não pareceu reparar nisso, e continuou:

— Doida... doida fingida, caro te há de custar (Reis, 2018a, p. 167).

A loucura, dentro desse contexto, não é apenas um diagnóstico, mas um mecanismo de controle. A “doida fingida” é uma construção narrativa do colonizador para justificar a violência e a exploração. O próprio senhor Tavares reforça essa percepção ao afirmar que a morte de Joana não lhe traz lamento, demonstrando a total desumanização da personagem. Essa tentativa de invalidar sua subjetividade remete ao conceito foucaultiano de que “o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros” (Foucault, 2024, p. 10), ou seja, sua palavra não tem valor dentro da estrutura opressiva.

Como observa Mbembe (2014, p. 134), “o terror colonial se entrelaça constantemente com fantasias geradas colonialmente, caracterizadas por terras selvagens, morte e ficções para criar um efeito de real”. Se pensarmos na necropolítica como a produção de uma política de morte, ou seja, como uma regulação contínua dos espaços sociais e dos corpos, entenderemos que ela torna cada vez mais aceitável e desejável a violência como elo entre os sujeitos e aqueles que são descritos para além da humanidade.

No contexto da escravização a soberania sobre os corpos não é exercida pelos próprios sujeitos, mas pelos senhores que impõem seus limites e definem suas existências. Como afirma Mbembe (2014, p. 124), “o romance da soberania baseia-se na crença de que o sujeito é o principal autor controlador do seu próprio significado”. Contudo, para corpos racializados e escravizados, esse controle é expropriado e transformado em um mecanismo de dominação.

No entanto, Maria Firmina dos Reis subverte essa lógica ao oferecer um espaço de testemunho à personagem. O relato de Joana desmonta a tese da loucura fingida, revelando que sua alienação foi produzida pelo próprio sistema escravocrata, que não apenas regula os corpos, mas também controla narrativas e impõe silenciamentos. Nesse sentido, a autora desestabiliza o princípio necropolítico da desumanização, pois, ao abrir espaço para a voz de Joana, insere sua história dentro de uma política de memória e resistência.

Como aponta Zilá Bernd (1987, p. 38), “esta consciência da diferença para o negro brasileiro é o elemento sobre o qual se funda um projeto de superação da sua marginalidade histórica”. No caso de Joana, que perde seus filhos e sofre abusos constantes, ela é marcada pelo trauma e forçada a ocupar uma posição de alteridade radical, na qual sua condição de ser humano é negada. Entretanto, ao tornar-se sujeito de sua própria narrativa dentro do conto, ainda que em meio ao sofrimento, sua voz

resiste à lógica necropolítica que busca reduzi-la ao silêncio e à morte simbólica. Bernd (1988, p. 22) destaca que “assumir a condição negra e enunciar o discurso em primeira pessoa parece ser o aporte maior trazido por essa literatura, constituindo-se em um de seus marcadores estilísticos mais expressivos”. Em outro momento no conto a senhora interroga Gabriel perguntando-lhe de quem Joana falava:

— De quem fala ela? – interroguei Gabriel, que limpava as lágrimas na coberta da cama de sua mãe.
 — É doida, minha senhora; fala de meus irmãos Carlos e Urbano, crianças de oito anos, que meu senhor vendeu para o Rio de Janeiro. Desde esse dia ela endoideceu (Reis, 2018a, p. 170).

Aqui, percebe-se que a loucura de Joana não é um estado natural, mas um efeito direto da violência do cativo. No artigo, *O discurso humanista de Maria Firmina dos Reis: análise do conto A Escrava*, Bertoli (2004) argumenta sobre a noção de loucura que é utilizada para criar um corpo Outro, um corpo desviante, cuja eliminação pode ser justificada pelo discurso hegemônico. Tal argumentação detalha a reflexão sobre o quando, ao longo da história, corpos marginalizados foram patologizados como forma de controle. No caso de Joana, a loucura não apenas a exclui da humanidade, mas a condena à morte simbólica e social.⁸²

— Ah! Minha senhora, – exclamou erguendo os olhos ao céu, – eu procuro minha mãe, que correu nesta direção, fugindo ao cruel feitor, que a perseguia. Eu também agora sou um fugido: porque há uma hora deixei o serviço para procurar minha pobre mãe, que além de doida está quase a morrer. Não sei se ele a encontrou; e o que será dela. Ah! Minha mãe! É preciso que eu corra, a ver se acho antes que o feitor a encontre.
 — Aquele homem é um tigre, minha senhora, é uma fera (Reis, 2018a, p. 168).

Assim, a representação de Joana denuncia a lógica perversa do colonialismo, que não apenas subjuga fisicamente, mas também desqualifica psicologicamente o sujeito negro. Por meio da literatura, Maria Firmina dos Reis constrói Joana como sujeito de sua própria narrativa denunciando essa estrutura opressora e ressignificando a experiência da mulher negra, evidenciando sua subjetividade e tornando-a um símbolo de resistência contra a desumanização imposta pelo sistema escravocrata.

⁸² Essa análise foi inicialmente desenvolvida no artigo *O discurso humanista de Maria Firmina dos Reis: análise do conto A Escrava*, publicado em 2024 na revista Scripta Alumni. Nesta dissertação, a discussão é retomada a partir de novas perspectivas teóricas.

Por fim, o conto apresenta a morte de Joana, ao final da narrativa de sua vida e seu sofrimento. Sua morte não é apenas uma tragédia pessoal, mas uma representação das dinâmicas necropolíticas presentes na sociedade escravocrata no Brasil oitocentista. A autora, por meio da morte de Joana, denuncia as violências do sistema escravocrata sublinhando a opressão exercida sobre os corpos negros e desafiando a ordem vigente ao retratar a resistência e a humanidade da personagem.

Conforme já discutido, a necropolítica refere-se ao poder de decidir quem pode viver e quem deve morrer, evidenciando como a morte se torna uma ferramenta central em regimes de opressão. No contexto da escravização esse poder soberano sobre a vida e a morte dos corpos negros é uma constante. Paralelamente, Joana, como mulher negra escravizada, está submetida ao biopoder: um sistema de controle e regulação que disciplina sua vida cotidiana, condicionando sua saúde, seu trabalho, sua mobilidade e até mesmo suas possibilidades de existência. Sua tentativa de fuga, marcada pela busca pela liberdade, não apenas reflete uma resistência à dominação, mas também expõe sua vida ao risco extremo imposto pela necropolítica, desafiando o sistema que a subjuga.

Joana, uma mulher escravizada, viveu uma série de abusos que moldaram sua existência, desde a escravização, a reescravização, a separação dos filhos, Carlos e Urbano, até os constantes castigos e o trabalho forçado. Sua resistência não foi apenas física, mas também psíquica, pois sua subjetividade foi constantemente forjada e reconfigurada pelas experiências de brutalidade que viveu. A luta de Joana pela liberdade, embora persistente, nunca foi suficiente para escapar da exaustão imposta por um sistema brutal e desumano. Sua morte, talvez, pela exaustão de um corpo que resistiu incansavelmente, reflete a lógica de necropolítica que impregna a escravização como descrito por Maria Firmina dos Reis:

Curvei-me sobre ela. Gabriel ajoelhou-se, e juntos exclamamos:
— Mortal!
Com efeito tinha cessado de sofrer. O embate tinha sido forte demais
para as suas débeis forças.
A lua percorria melancólica e solitária os páramos do céu, e cortava com uma
fita de prata as vagas do oceano (Reis, 2018a, p. 174).

A descrição da morte de Joana revela o fim de um sofrimento, que durou uma vida inteira, sublinhado pela indiferença de um sistema que exauriu suas forças até que o corpo dela não fosse mais capaz de resistir. A brutalidade do feitor e a

indiferença do senhor Tavares em relação à sua morte evidenciam a desumanização dos corpos negros dentro da escravidão, uma desumanização que se estende à própria noção de vida e morte: a necropolítica é a política da morte. Este conceito, aplicado à trajetória de Joana, demonstra como a morte não é apenas um evento final, mas uma violência sistemática imposta ao corpo negro, tanto em vida quanto na morte, como parte de um projeto de controle e subordinação.

Além disso, a subjetividade de Joana foi marcada por um processo de enfrentamento constante. Mesmo diante das atrocidades a que foi submetida, manteve uma força interna que se reflete nas tentativas de fuga, no amor pelos filhos e na busca pela dignidade. Sua identidade foi forjada pela luta, pelo desejo de liberdade e, paradoxalmente, pela morte como o fim de um sofrimento que ultrapassava a capacidade do corpo, mas não da memória que preserva sua luta. A construção dessa subjetividade, que transita entre o sofrimento e a contestação, configura a complexidade da experiência negra sob a lógica da necropolítica.

A visão de Joana como um corpo descartável reflete a lógica de necropolítica. Joana é tratada como um objeto, uma propriedade de seus senhores, cuja vida ou morte não têm importância, exceto no que diz respeito à manutenção da ordem escravocrata. Quando Joana é recapturada, sua dor e sofrimento são minimizados pela indiferença das personagens à sua condição. “O embate tinha sido forte demais para as suas débeis forças”, descreve a autora, evidenciando a violência do sistema que, ao tratar o corpo de Joana como um objeto, lhe retira a humanidade e o valor.

Joana, como muitos outros corpos negros no regime escravista, não possui autonomia sobre sua vida. Ela é vítima de uma violência cotidiana que a transforma em um ser cuja única função é servir ao sistema até que sua morte a libere desse ciclo de opressão. A necropolítica, portanto, se revela não apenas pela morte física de Joana, mas pela morte simbólica que o sistema escravocrata impõe aos corpos negros.

Em seu desejo de eternidade, o corpo sitiado passa por duas fases. Primeiro, ele é transformado em mera coisa, matéria maleável. Depois, a maneira como é conduzido à morte – suicídio – lhe proporciona seu significado final. A matéria que constitui o corpo é investida de propriedades que não podem ser deduzidas a partir de seu caráter de coisa, mas sim de um *nomos* transcendental, fora dele. O corpo sitiado se converte em uma peça de metal cuja função é, pelo sacrifício, trazer a vida eterna ao ser. O corpo se duplica e, na morte, literal e metaforicamente escapa do estado de sítio e ocupação (Mbembe, 2016, p. 143).

A morte de Joana, então, ultrapassa o simples fim de uma vida; ela é uma transição, uma tentativa de escape do “estado de sítio” imposto pelo sistema. Longe de ser uma saída romantizada, sua morte expõe a ausência de alternativas diante da violência extrema e necropolítica que reduz corpos negros a uma existência marcada pela desumanização. A maneira como a autora descreve essa morte contrasta a indiferença dos seus algozes e o gesto humano dos sobreviventes. “Eu e este desolado filho ocupamo-nos em cerrar os olhos à infeliz, a quem o cativo e o martírio despenharam tão depressa na sepultura”⁸³. Este cuidado final, símbolo de respeito, ressignifica a vida de Joana.

Assim, sua morte não é romantizada como uma libertação fácil, mas compreendida como um último ato de resistência em um contexto de opressões sem saída. Ao carregar a memória da mãe, Gabriel torna-se guardião de uma luta que não termina com a morte física. Sua morte não pode ser vista como uma libertação, mas como uma recusa final às condições impostas pela escravidão, um ato de desafio à opressão que anulava sua humanidade.

A reflexão de Kilomba (2019, p. 189) sobre o suicídio pode nos ajudar a compreender essa dimensão: “o suicídio pode também emergir como um ato de tornar-se sujeito”. Essa ideia, que interpreta o suicídio como performance final da reivindicação da subjetividade diante da opressão, pode ser usada para pensar a morte de Joana. Embora Joana não cometa suicídio explicitamente, sua morte representa uma afirmação da humanidade diante da necropolítica da escravidão, um ato extremo que desafia o sistema que a desumanizou.

Além disso, na conclusão de seu ensaio, Mbembe (2016, p. 146) observa que “sob o necropoder, as fronteiras entre resistência e suicídio, sacrifício e redenção, martírio e liberdade desaparecem”, evidenciando a complexidade das formas de luta e sobrevivência em contextos de violência estrutural.

Ao aplicar o conceito de necropolítica à análise da morte de Joana, observa-se como Firmina, mesmo no século XIX, já apontava para as dinâmicas de violência racial e a precarização da vida dos corpos negros dentro do sistema escravocrata. O cuidado final dado ao corpo de Joana, como mencionado, “Eu e este desolado filho

⁸³ (Reis, 2018a)

ocupamo-nos em cerrar os olhos à infeliz”⁸⁴, é um ato simbólico de resistência e preservação da memória de Joana, que se opõe à violência do esquecimento.

Por meio da escrita, Maria Firmina dos Reis antecipou debates contemporâneos sobre racismo, gênero, memória e subjetividade negra, denunciando o silenciamento e apagamento das mulheres escravizadas. A morte de Joana, longe de representar um fim, é uma expressão da brutalidade do sistema, uma afirmação da memória que resiste e se recusa a ser apagada.

⁸⁴ (Reis, 2018a)

5 CONSIDERAÇÕES

Chegar ao final desta dissertação foi um desafio intelectual. Pensar Maria Firmina dos Reis como uma mulher negra escrevendo no século XIX para uma elite branca e letrada revela a potência de sua resistência. A sua escrita literária denuncia, questiona e confronta os mecanismos de opressão racial, de gênero e de classe que estruturaram (e ainda estruturam) a sociedade brasileira.

Firmina, com sua escrita, foi capaz de transitar entre os papéis de intelectual e ativista, utilizando sua literatura como instrumento de denúncia e reconstrução da humanização de sujeitos negros. Mais do que narrar histórias, a autora reescreve memórias. Sua escrita atuou como instrumento de ruptura com as convenções sociais de sua época, contribuindo para a afirmação de sujeitos historicamente excluídos da narrativa oficial. Firmina não apenas expôs as injustiças de sua época, mas posicionou-se na contribuição para a construção de novas formas de conhecimento — formas essas nas quais sujeitos marginalizados, sobretudo mulheres negras, pudessem, enfim, assumir o controle de suas próprias narrativas.

A construção das personagens Susana e Joana revela uma estratégia literária sofisticada e intencional. Por meio delas, Firmina articula uma crítica às violências vigentes na sociedade escravista o que, na contemporaneidade, será compreendido como processos necropolíticos. Subverte a brutalidade colonial ao reinscrever o corpo negro — historicamente objetificado — como sujeito da memória e da palavra. Essas personagens expressam, ao mesmo tempo, dor e resistência, tornando-se figurações críticas da história silenciada.

A produção literária de Maria Firmina atua diretamente no enfrentamento ao discurso colonial. Tanto em *Úrsula* quanto em “*A escrava*”, desafia as instituições de poder e confronta a narrativa dominante do século XIX ao construir uma literatura contra as opressões estruturais do sistema escravocrata em suas múltiplas camadas: física, simbólica, epistemológica e política. Ao abordar a negritude feminina, a autora contrapõe o processo necropolítico imposto pelo regime escravocrata, promovendo uma reflexão crítica sobre o contexto social e político de sua época. Os relatos de suas personagens evidenciam como a experiência da escravização operava: um processo de barbárie desde os primeiros momentos do sequestro, no continente africano, intensificando-se durante a travessia do Atlântico, marcada por uma condição subumana e degradante.

Busca-se demonstrar, com esta dissertação, que o silenciamento não se refere apenas à ausência física ou textual de determinados sujeitos na história literária, mas à forma como suas vozes foram sistematicamente apagadas ou deslegitimadas. Diante desse cenário de exclusão e epistemicídio, é possível afirmar que se as condições sociais, políticas e culturais do Brasil do século XIX tivessem permanecido inalteradas dificilmente teria havido espaço para o resgate da obra de Maria Firmina dos Reis. O círculo literário vigente naquele período, como demonstrado, estava estruturado sob uma ótica patriarcal e eurocêntrica que negava às mulheres negras o direito à autoria.

Foi somente com o surgimento de movimentos sociais, feministas e negros — em especial a atuação das mulheres negras organizadas a partir da década de 1970 — que se abriu um espaço para uma nova criticidade, capaz de resgatar e reconhecer o valor de produções antes marginalizadas pela historiografia oficial.

Firmina posiciona-se como uma das primeiras intelectuais brasileiras a produzir uma escrita insurgente. A ela é dado o pioneirismo da literatura afro-brasileira e insere, pela primeira vez, no campo literário, sujeitos marginalizados e silenciados até então nas narrativas. Esse pioneirismo desafiou os discursos de controle responsáveis por sustentar o colonialismo, ou, ao menos, tentou demonstrar aos seus leitores o quão desumanos eram esses discursos. Sua literatura questiona a pretensa universalidade da narrativa ocidental e eurocêntrica, propondo outra forma de ver e narrar o mundo.

Nesta dissertação, demonstra-se que o silenciamento não se refere apenas à ausência física ou textual de determinados sujeitos na história literária, mas também à maneira como suas presenças foram sistematicamente negadas, distorcidas ou deslegitimadas. O trabalho de pesquisadoras e pesquisadores como Fernanda Miranda, Eduardo de Assis Duarte e Rafael Balseiro Zin contribui para uma reavaliação crítica das estruturas que sustentam a tradição literária brasileira, deslocando os critérios de legitimação e abrindo espaço para outras perspectivas. Firmina não deve ser estudada *apesar* de sua marginalização, mas por causa dela.

A análise das personagens Susana e Joana permitiu compreender como Firmina constrói, por meio da ficção, um projeto sociopolítico cultural de subversão a opressões coloniais e patriarcais que, historicamente, silenciaram as experiências de mulheres negras. Essas personagens, apesar de suas trajetórias distintas,

compartilham, por meio da narrativa em primeira pessoa, o lugar da dor, da memória, da saudade da pátria e da resistência, reafirmando-se como sujeitos históricos.

Portanto, é perceptível como suas trajetórias individuais são articuladas por Firmina em narrativa coletiva que resgata uma memória diaspórica. A construção de personagens como Susana e Joana foge da representação de sujeitos tratados apenas como vítimas, conferindo-lhes sensibilidade. Nesse sentido, a literatura de da autora contribui para a construção de uma identidade negra que se afirma como sujeito autônomo, rompendo com os estereótipos raciais e promovendo outra compreensão da liberdade, da humanidade e da justiça.

Ao longo desta dissertação, foi possível articular literatura, necropolítica, resistência e memória, compreendendo como a escrita de Firmina antecipa, portanto, debates contemporâneos nos campos dos estudos literários, culturais e pós-coloniais. Reexaminar a obra de Maria Firmina dos Reis não apenas permite apreender as nuances da literatura afro-brasileira em sua gênese, como também reativa um componente fundamental da história social brasileira: a memória das populações escravizadas. Ao incorporar perspectivas marginalizadas por meio de estratégias literárias enraizadas em tradições orais e experiências silenciadas, Firmina interrompe o fluxo do esquecimento e reivindica o direito de narrar a história a partir de um ponto de vista outro. Sua obra, portanto, ultrapassa o campo da estética, constituindo-se como um arquivo de memórias e como instrumento crítico para pensar os fundamentos excludentes da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALENCAR, J. **O Demônio Familiar**. 1857. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=7547. Acesso em: 08 jan. 2024.
- ALENCASTRO, L. F. (Org.). **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ALENCASTRO, L. F. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, século XVI e XVII, 5ª reimpressão**, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- ALGRANTI, L. M. **Honradas e devotas: mulheres da colônia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.
- ALÓS, A. P.; SCHMIDT, R. T. Margens da poética/poéticas da margem: o comparatismo planetário como prática de resistência. **Organon**, v. 23, n. 47. Porto Alegre, p. 129-145, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/174133/000733935.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 jun. 2024.
- ALVES, C. **O navio negreiro**. Jandira: Principis, 2020.
- ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a disseminação do nacionalismo**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ANDRADE, M. **Macunaíma**. São Paulo: Principis, 2020.
- ARANTES, E. M. M. Rosto das crianças no Brasil. In: RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (Orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- ASSIS, M. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Principis, 2019.
- ASSIS, M. **Pai contra mãe**. Rio de Janeiro: Domínio Público, [s.d.]. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000245.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- ASSMANN, A. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Tradução de Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

AUMONT, J. **A Imagem**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Campinas: Papirus, 1993.

AZEVEDO, A. **O Cortiço**. São Paulo: Penguin Classics Companhia, 2016.

AZEVEDO, A. **O mulato**. São Paulo: Principis, 2020.

BBC NEWS. **Com rosto ainda desconhecido, primeira escritora negra do Brasil é redescoberta após décadas de anonimato**. Época Negócios, 25 jul. 2020. Foto: André Valente/BBC. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2020/07/com-rosto-ainda-desconhecido-primeira-escritora-negra-do-brasil-e-redescoberta-apos-decadas-de-anonimato.html>. Acesso em: 3 jun. 2024.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Vol. 1. Tradução de Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BELLESA, M. **Busto de Maria Firmina dos Reis**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 26 nov. 2018. Direitos: Museu Artístico e Histórico do Maranhão. Disponível em: <https://iea.usp.br/imagens/busto-de-maria-firmina-dos-reis/view>. Acesso em: 4 jun. 2024.

MULHERES DE LUTA. **Maria Firmina dos Reis**. 2022. Disponível em: <https://www.mulheresdeluta.com.br/maria-firmina-dos-reis/>. Acesso em: 4 jun. 2024. (Site indisponível em jul. 2025).

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. Tradução de Sérgio P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2010.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERND, Zilá. **Introdução à literatura negra**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

BERND, Zilá. **Negritude e literatura na América Latina**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

BERTOLI, L. D. Memória e identidade: o papel de Susana e Túlio em Úrsula de Maria Firmina dos Reis. In: **Estudos sobre mulheres, gênero e identidades na literatura e nas artes amazônicas e latino-americanas** [recurso eletrônico]. RFBE Editora, 2024. Disponível em: <https://www.rfbeditora.com/ebook-2024/5393b7e8-61c3-41cc-8852-d39d04cf6da0>. Acesso em: 24 nov. 2024.

BERTOLI, L. D. O discurso humanista de Maria Firmina dos Reis: análise do conto *A Escrava*. **Scripta Alumni**, Curitiba, v. 27, n. 1, p. 30-47, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://revista.uniandrade.br/index.php/ScriptaAlumni/article/view/3214>. Acesso em: 07 fev. 2025.

BERTOLI, L. D.; MOREIRA, C. R. B.; PACHECO, K. C. Necropolítica e biopoder: a representação da mulher negra nas obras de Maria Firmina dos Reis. **Revista Guará - Revista de Linguagem e Literatura**, Goiânia, Brasil, v. 14, n. 1, p. 115–126,

2024. DOI: 10.18224/gua.v14i1.14356. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/guara/article/view/14356>. Acesso em: 31 maio. 2025.

BLAKE, A. V. S. **Dicionário Histórico e Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. 6, 1900.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. 52. ed. São Paulo: Cultrix, 2017.

CAMAZANO, P. Leitores postam fotos de livros censurados pelo governo de Rondônia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 fev. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2020/02/leitores-postam-fotos-de-livros-censuradas-pelo-governo-de-rondonia.shtml>. Acesso em: 25 ago. 2025.

CANDIDO, A. **O Romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas / FFLCH / SP, 2002.

CARNEIRO, S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CASTRO, H. M. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: ALENCASTRO, L. F. (Org.). **História da vida privada no Brasil Império: a corte e a modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

CASTRO, M. **Quem foi Maria Firmina dos Reis, ícone do movimento antiescravista que completaria 200 anos**. Brasil de Fato, 11 mar. 2022. Disponível em: <https://brasildefato.com.br/2022/03/11/quem-foi-maria-firmina-dos-reis-icone-do-movimento-antiescravista-que-completaria-200-anos/> . Acesso em: 3 jun. 2024.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Noémia de Sousa. 1. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2a ed. Portugal: Difel, 2002.

COELHO, T. Livro infantil “O Menino Marrom”, de Ziraldo, é suspenso de escolas de cidade em MG. **CNN Brasil**, São Paulo, 13 jun. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/livro-infantil-menino-marrom-de-ziraldo-e-suspenso-de-escolas-de-cidade-em-mg/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**. v.31 n.1. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6081>. Acesso em: 17 jun. 2024.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**,

University of Chicago Legal Forum, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: 27 maio. 2025.

CRUZ, E. A. **O Crime do Cais do Valongo**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

D'ANGELO, H. **Quem foi Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira romancista brasileira**. Revista CULT, 10 nov. 2017. Arte: Revista CULT. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/centenario-maria-firmina-dos-reis/>. Acesso em: 4 jun. 2024.

DAVIS, A. **Educação e libertação**: a perspectiva das mulheres negras [recurso eletrônico]. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2018.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 3. Tradução de Aurélio Guerra Neto. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

DIOGO, L. M. **Maria Firmina dos Reis**: vida literária. 1 ed. Rio de Janeiro: Malê, 2022.

DUARTE, E. A. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. In: REIS, M. F. **Úrsula**. Florianópolis: Editora. Mulheres, 2004.

DUARTE, E. A. **Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira**. Portal LITERAFRO, 2021. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/29-critica-de-autores-feminios/317-maria-firmina-dos-reis-e-os-primordios-da-ficcao-afro-brasileira-critica>. Acesso em: 02 mar. 2024.

DUARTE, E. A. Maria Firmina, mulher de seu tempo e do seu país. Prefácio. In: REIS, M. F. **Úrsula**: romance; **A escrava**: conto. 7. ed. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018.

ELIAS, A; FUINI, P. **Nascimento de Maria Firmina dos Reis**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 11 mar. 2023. Arte: Alice Elias. Disponível em: <https://fflch.usp.br/47415>. Acesso em: 3 jun. 2024.

EVARISTO, C. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, N. M. B.; SCHNEIDER, L (orgs.). **Mulheres no mundo**. Etnia, marginalidade e diáspora. João Pessoa: Ideia, 2005. p. 201-212.

EVARISTO, C. A Escrivivência e seus subtextos. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (org.). **Escrivivência - a escrita de nós**: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo, Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020, p. 26-46.

EVARISTO, C. **Literatura negra**: uma poética de nossa afro-brasilidade. Scripta, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2009.

EVARISTO, C. **Literatura Negra**: uma poética de nossa afro-brasilidade. Dissertação (Mestrado em Letras) – PUC-RJ, Rio de Janeiro, 1996.

EVARISTO, C. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2021.

EVARISTO, C. **Ponciá Vicêncio**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FLORESTA, N. **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**. São Paulo: Cortez, 1989.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1**: A vontade do saber. 17 ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2024.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Tradução de: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2014.

FRANCO JÚNIOR, A. Operadores de leitura da narrativa. In: BONNICI, T.; ZOLIN, L. O. (Orgs.). **Teoria literária**: Abordagens históricas e tendências contemporâneas. Maringá: UEM, 2003, p. 34-56. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/54247763/143201616-Operadores-de-Leitura-Da-Narrativa.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2025.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51 ed. rev. São Paulo: Global, 2019.

GALINDO, R. Políticos do Paraná chamam “Averso da pele” de lixo e falam em obra satânica da esquerda. **Jornal Plural**, Curitiba, 6 mar. 2024. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/politicos-do-parana-chamam-avesso-da-pele-de-lixo-e-falam-em-obra-satanica-da-esquerda/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

GIACOMASSI, F. Esta universidade coloriu uma foto de Machado de Assis. **Nexo Jornal**, São Paulo, 02 de maio de 2019. Atualizado 28/12/2023. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/05/02/Esta-universidade-coloriu-uma-foto-de-Machado-de-Assis>. Acesso em: 25 ago. 2025.

GILROY, P. **O Atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. Tradução de Cid Knapel Moreira. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GLEDSOON, J. Introdução. In: ASSIS, Machado de. **Crônicas escolhidas**. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2013.

GOMES, A. **Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil**. São Luís: AML, 2022.

GOMES, L. **Escravidão – Volume I**: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Globolivos, 2019.

GONÇALVES, A. M. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio de Janeiro: Zahar. 2020.

GUIMARÃES, B. **A escrava Isaura**. São Paulo: Principis, 2021.

HALL, S. **Cultura e representação**. (Org.) ITUASSU, A. Tradução de Daniel Miranda; William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

HARTMAN, S. **Perder a mãe**: uma jornada pela rota atlântica da escravidão. Tradução de Fernanda Nogueira. São Paulo: Todavia, 2021.

HARTMAN, S. **Scenes of Subjection**: Terror, Slavery, and Self-Making in Nineteenth-Century America. New York: Oxford University Press, 1997.
hooks, b. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, 1995.

JESUS, C. M. **Quarto de Despejo**: Diário de uma Favelada. São Paulo: Ática, 2015.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: Episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAME, D. Diáspora: panorama das pesquisas e geopolítica. **Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território [S. l.]**, v. 3, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/ciga/article/view/15440>. Acesso em: 27 maio. 2025.

LITERAFRO. **Maria Firmina dos Reis. Belo Horizonte**: Universidade Federal de Minas Gerais, 20 out. 2024. Disponível em: <https://letras.ufmg.br/literafro/autoras/322-maria-firmina-dos-reis>. Acesso em: 4 jun. 2025.

LIVRO que cita Marielle é retirado das escolas de São José dos Campos. **CBN Vale do Paraíba**, São José dos Campos, 13 jun. 2024. Disponível em: <https://www.cbnvale.com.br/livro-que-cita-marielle-e-retirado-das-escolas-de-sao-jose-dos-campos/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

LOBO, L. **Crítica sem juízo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

MACEDO, J. M. **As vítimas-algozes**. 4. ed. Porto Alegre: Zouk, 2005.

MARQUES, E; PEREIRA, T. H. Pensadores africanos e afro-brasileiros e o surgimento de uma literatura pós-colonial. In: OLIVEIRA, Lúcia Helena; SILVA, Clícea Maria Miranda; CANELAS, Letícia Gregório (orgs.). **História da África**:

debates, temas e pesquisas para além da sala de aula. São Paulo: Editora Zouk, 2018.

MARTIN, C. Maranhenses. **Revista Firminas**, v. 1, n. 1, São Paulo, p. 86-95, jan/jul, 2021. Disponível em: https://mariafirmina.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Maranhenses-%E2%80%93Charles-Martin_86-95.pdf. Acesso em: 29 abr. 2024.

MARTINS, F. **Meninas Sonhadoras, Mulheres Cientistas**. Sumaré: Mostarda, 2023.

MARTINS, H. Luis Gama e a consciência negra na literatura brasileira. **Afro-Ásia**, n. 17, Salvador, p. 87-97, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20858>. Acesso em: 24 maio. 2025.

MARTINS, L. M. **A Cena em Sombras**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

MARTINS, L. M. **Performance do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MARTINS, W. **História da inteligência brasileira**. v. 3: 1855-1877. 3. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & ensaios**, n. 32, p. 122-151, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/download/65034075/NECROPOLITICA_ACHILLE_MBEMBE.pdf. Acesso em: 15 jan. 2024.

MEMORIAL MARIA FIRMINA DOS REIS. Disponível em: <https://mariafirmina.org.br/>. Acesso em: 29 abr. 2024.

MENDES, A. M. **Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX**. 2006. 372 f. Tese (Doutorado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2230>. Acesso em: 15 jan. 2024.

MENEZES, R. **Dicionário literário brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

MIGNOLO, W. **La colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad**. In: LANDER, Edgardo (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 34-52. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100708034410/lander.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2025.

MIGNOLO, W. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

MIGNOLO, W. Reconstitución epistémica/estética: la aesthesis decolonial una década después. **Calle14: revista de investigación en el campo del arte**, Bogotá, v. 14, n. 25, 2019. Universidad Distrital Francisco José de Caldas. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=279063839002>. Acesso em: 30 jan. 2025.

MINTZ, S. **A antropologia da produção de plantation**. In: SORJ, Bernardo (org.). *A nova ordem mundial*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2006. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/rjfv9/pdf/sorj-9788599662595-06.pdf>. Acesso em: 27 maio 2025.

MIRANDA, F. R. Maria Firmina dos Reis: a fundadora negra de outra tradição literária brasileira. **Cadernos de literatura comparada**, n. 43, p. 61-74, 2020. Disponível em: <https://ilc-cadernos.com/index.php/cadernos/article/view/697>. Acesso em: 10 nov. 2024.

MIRANDA, F. R. **Silêncios prescritos: estudo de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006)**. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

MORAIS FILHO, J. N. **Maria Firmina dos Reis, fragmentos de uma vida**. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975.

MORRISON, T. **Amada**. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MOURA, C. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.

MULHERES DE LUTA. Disponível em: <https://www.mulheresdeluta.com.br/maria-firmina-dos-reis/>. Acesso em: 4 jun. 2024. (Site indisponível em jul. 2025).

MUZART, Z. L. Mulheres de faca na bota: escritoras e política no século XIX. **Anuário de Literatura**, . 4, n. 4, Florianópolis, p. 149–162, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/5284>. Acesso em: 17 jun. 2024.

NASCIMENTO, A. **Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

PINSKI, J. **Escravidão no Brasil**. 13ª ed. São Paulo: Contexto, 1994.

PINTO, Z. A. **O Menino Marrom**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2011.

PRATES, T. Poetisa Livia Natália se emociona ao relembrar ameaças de morte. **Correio 24 horas**, Salvador, 27 abr. 2024. Disponível em:

<https://www.correio24horas.com.br/entretenimento/poetisa-livia-natalia-se-emociona-ao-relembrar-ameacas-de-morte-0424>. Acesso em: 25 ago. 2025.

PRIORE, Mary. **A história da infância no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

RAMOS, Arthur. **A aculturação negra no Brasil**. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1942.

RATTS, A. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006.

REIS, M. F. **Úrsula e outras obras** [recurso eletrônico]. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018a. (Série Prazer de Ler; n. 11, e-book). Disponível em: <https://livraria.camara.leg.br>. Acesso em: 02 mar. 2024.

REIS, M. F. **Úrsula**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2018b.
RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

SAID, E. **Cultura e imperialismo**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHMIDT, R. T. Centro e margens: notas sobre a historiografia literária. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. Brasília. n. 32, 2011, p. 127 – 141.
Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9573>. Acesso em: 17 jun. 2024.

SCHMIDT, R. T. Mulheres reescrevendo a nação. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 01, p. 84-97, 2000. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9858>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SCHMIDT, R. T. Uma voz das margens: do silêncio ao reconhecimento. In: REIS, M. F. **Úrsula**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2018.

SCHWARCZ, L. M. **“Aveso da pele” é alvo de novo ataque - agora da Secretaria Estadual de Educação do Paraná**. Rio de Janeiro, 6 mar. 2024.
Instagram: @liliaschwarcz. Disponível em:
<https://www.instagram.com/liliaschwarcz/p/C4KFxUltccW/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SCHWARZ, R. **Ao Vencedor as Batatas**. 34. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

SILVA, C. **Da ponte pra cá: a literatura de Cidinha da Silva**. [Entrevista cedida a] Jessica Santos. São Paulo: Ponte Jornalismo, 2022. 1 vídeo (49 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Pg5fBxVm7uA>. Acesso em: 25 ago. 2024.

SILVA, R. A. **A escravidão no Maranhão**: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-14032014-094659/en.php>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SOUZA, A. P. **A prosa de ficção nos jornais do Maranhão Oitocentista**. 2017. 331 f. Tese (Doutorado em Letras)- Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9172>. Acesso em: 17 jun. 2025.

SOUZA, L. N. **Correntezas e outros estudos marinhos** [eBook Kindle]. 1. ed. [S.l.]: [s.n.], 2020.

TELLES, N. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, M. (org.); BASSANEZI, C. (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004.

TENÓRIO, J. **O Averso da pele**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

TODOROV, T. **As estruturas narrativas**. Tradução de Moysés Baumstein. São Paulo: Perspectiva, 1969.

TORGAL, L. R. As comunidades imaginadas: reflexões metodológicas sobre o estudo dos nacionalismos africanos. In: TORGAL, L. R.; PIMENTA, F. T.; SOUSA, J. S. (Org.). **Comunidades imaginadas: nação e nacionalismos em África**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. p. 227–242. Disponível em: https://ap1.sib.uc.pt/bitstream/10316.2/32168/1/17_luis_reis_torgal.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.

TROUILLOT, M. **Silenciando o passado: poder e a produção da história**. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: huya, 1995.

WELLE, D. **MARIA Firmina dos Reis: a primeira escritora negra do Brasil**. São Paulo: *IstoÉ*, 17 set. 2022. Disponível em: <https://istoe.com.br/maria-firmina-dos-reis-a-primeira-escritora-negra-do-brasil/>. Acesso em: 2 jun. 2024.

WOLF, V. **Um teto todo seu**. Tradução de Bia Nunes de Souza. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

ZIN, R. B. A dissonante representação imagética de Maria Firmina dos Reis: da simples denúncia às formas encontradas para se desfazer os equívocos. **Estudos Linguísticos e Literários**, n. 59, Salvador, 2018a p. 237–261. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/article/view/28915>. Acesso em 01 mar. 2024.

ZIN, R. B. Consolidando a fortuna crítica de Maria Firmina dos Reis: uma avaliação preliminar das dissertações e teses acadêmicas sobre a autora desenvolvidas em programas de pós-graduação brasileiros nos últimos trinta anos (1987-2016). **ITINERÁRIOS–Revista de Literatura**, n.46, São Paulo, 2018b, p. 63-81. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/10835>. Acesso em: 29 abr. 2024.

ZIN, R. B. **Maria Firmina dos Reis**: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista. 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Ciências Sociais, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/19479/2/Rafael%20Balseiro%20Zin.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

ANEXO A – DISSERTAÇÕES E TESES SOBRE MARIA FIRMINA DOS REIS (2017-2023)

GALVÃO, M. F. **Úrsula**: intersecções no romance inaugural de Maria Firmina dos Reis. 2023. 68 f. Dissertação (Letras) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2023.

LOBATO, T. J M. **Maria Firmina dos Reis**: a primeira voz do feminismo negro no Brasil. 2022. 94 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura) - Universidade da Amazônia, Belém, 2022.

LOPES, E. **Mulheres negras no ensino de história do Brasil**: a história de Maria Firmina dos Reis. 2021. 105 f. Dissertação (Ensino de História) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021.

LOPES, M. C. A. **Irrompendo silêncios**: a literatura afro-brasileira de Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo. 2019. Dissertação (Letras) - Universidade Federal do Espírito Santo, 2019.

MACEDO, A. N. **Úrsula, de Maria Firmina dos Reis**: os sentidos de escravidão atravessados pela literatura e pelas problemáticas de raça e gênero. 2022. 116 f. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Representações) - Universidade Estadual de Santa Cruz, 2022.

MENDES, M. R. T. **Condições históricas e sociais das apropriações de Maria Firmina dos Reis e sua “obra” (1973-2022)**. 2023. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

MENDONÇA, R. T. P. **Lembranças, esquecimentos e representações**: as construções de memórias de Maria Firmina dos Reis (1822-2022). 2023. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

MENESES, F. P. S. **As questões étnicas e de gênero nos romances Úrsula, de Maria Firmina dos Reis, e A Escrava Isaura, de Bernardo Guimarães**. 2017. 112 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017.

OLIVEIRA, P. V. **Maria Firmina dos Reis e a interrogação ao cânone com o romance Úrsula**. 2021. 67 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

PASSOS, J. C. **Maria Firmina dos Reis**: as vozes que emergem do contexto de leitura da obra Úrsula. 2020. 112 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) - Centro Universitário Campos de Andrade, Curitiba, 2020.

PEREIRA, T. R. F. **O pensamento político de Maria Firmina dos Reis**: a intelectual maranhense por trás das convenções sociais e políticas do Brasil

oitocentista. 2020. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

RIBEIRO, S. F. **Por uma literatura afro-brasileira: memória, subjetividade, afetividade e maternidade na obra de Maria Firmina dos Reis.** 2022. 143 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

RIO, A. C. C. **Poder, resistência e verdade nos romances abolicionistas Úrsula, de Maria Firmina dos Reis, e A Escrava Isaura, de Bernardo Guimarães.** 2020. 190 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

SANTOS, M. A. J. P. **Marcadores sociais da diferença: especificidades da mulher negra em Úrsula (1859) e A escrava (1887), de Maria Firmina dos Reis.** 2023. 90 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2023.

SANTOS, V. M. **Uma escritora silenciada: por que levar as obras de Maria Firmina dos Reis para a sala de aula da educação básica?.** 2023. 79 f. Dissertação (Mestrado em Educação, contextos contemporâneos e demandas populares) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

SIEBEL, N. C. **Interseccionalidade e Gênero: personagens femininas nos romances Úrsula, de Maria Firmina dos Reis, e D. Narcisa de Villar, de Ana Luísa de Azevedo Castro.** 2023. 114 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2023.

SILVA, A. L. **A opinião pública sobre as vozes negras abolicionistas e as escrevivências de Maria Firmina dos Reis na perspectiva da nova história política.** 2023. 268 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2023.

SILVA, A. L. S. **Atuação de Maria Firmina dos Reis e de mulheres escritoras na imprensa abolicionista brasileira (1850-1890).** 2023. Dissertação (Mestrado em História: Atlântico e Diáspora Africana) - Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2023.

SILVA, G. F. **Maria Firmina dos Reis: a voz negra na Literatura Brasileira dos oitocentos.** 2017. 114 f. Dissertação (Mestrado em Letras - Estudos Literários) - Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2017.

SILVA, J. F. **Nas trilhas literárias de Maria Firmina dos Reis.** 2020. 161 f. Dissertação (Mestrado em Letras - Linguagem e Identidade) - Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2020.

SILVA, J. L. **A narrativa de Maria Firmina dos Reis e a perspectiva hermenêutica para a prática dos estudos literários.** 2018. 113 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2018.

SILVA, M. G. P. **Úrsula, de Maria Firmina dos Reis: memória e contraponto aos retratos da escravidão no Brasil.** 93 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Tocantins, Tocantins, 2022.

SILVA, M. A. A. **Mulheres, raça e literatura: as representações femininas presentes no romance Úrsula (1859), de Maria Firmina dos Reis.** 2021. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SOUSA, L. S. **As mulheres do século XIX pelas narrativas de Maria Firmina dos Reis.** 2021. 135 f. Dissertação (Mestrado interdisciplinar em história e letras) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021.

SOUZA, N. L. **Uma senhora maranhense que cultiva as belas letras: Maria Firmina dos Reis e sua trajetória na imprensa (1860 – 1911).** 2020. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

TROINA, R. J. **Marcas da desconstrução das concepções hegemônicas da condição de gênero e etnia no romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis.** 2021. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2021.

VERISSIMO, T. H. **Maria Firmina dos Reis: a escrita de uma mulher no Brasil oitocentista.** 2019. 79 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

VRBATA, S. A. P. **Maria Firmina dos Reis: Iyalodê do Brasil.** 2018. 136 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018.

ZIN, R. B. **Escritoras abolicionistas no Brasil-Império: Maria Firmina dos Reis e Júlia Lopes de Almeida na luta contra a escravidão.** 2022. 272 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.